

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL**

**KARINA GOMES BERTOLINO**

**Restrições sobre a interpretação da proforma *ele* com antecedente local do  
Português Brasileiro: Um estudo experimental**

**São Paulo**

**2013**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL**

**Restrições sobre a interpretação da proforma *ele* com antecedente local do  
Português Brasileiro: Um estudo experimental**

Karina Gomes Bertolino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Grolla

**São Paulo**

**2013**

BERTOLINO, K. **Restrições sobre a interpretação da proforma *ele* com antecedente local do Português Brasileiro: Um estudo experimental.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Elaine Bicudo Grolla

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

---

Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

---

Profa. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

## **Agradecimentos**

Começo – e não poderia ser de outra forma – agradecendo à Profa. Dra. Elaine Grolla, minha orientadora. Sinto-me privilegiada por ter tomado contato com ela desde o início do meu curso de graduação. Durante esses seis anos que tenho sido sua orientanda, ela me ensinou, com toda a atenção aos pormenores, tudo que sei sobre como elaborar e aplicar experimentos em aquisição da linguagem. Ela também foi leitora atenta e exigente de todos os meus trabalhos, e se mostrou disponível para esclarecer as inúmeras dúvidas que apareceram durante esses anos.

Deixo aqui meu agradecimento às crianças e aos funcionários das creches Central e Oeste da USP e da EMEI Monte Castelo, localizadas em São Paulo. Agradeço também aos parentes, amigos e alunos da USP pela participação nos meus experimentos, como sujeitos adultos. Também não posso deixar de agradecer aos colegas que me auxiliaram a aplicar os experimentos: Diemily Santos, Amanda Balduino, Maria Gabriela de Castro e Renato Caruso. Toda a pesquisa que apresento nesta dissertação não teria sido realizada sem a colaboração de vocês!

Agradeço à banca do exame de qualificação desta dissertação, composta pelo Prof. Dr. Jairo Nunes e pela Profa. Dra. Esmeralda Negrão, pela leitura crítica e atenta do meu trabalho e pelas sugestões.

Agradeço também à FAPESP pela bolsa de mestrado que financiou a pesquisa (nº 2011/04281-9).

Outras pessoas, embora não envolvidas diretamente no meu cotidiano acadêmico, foram importantes para que eu concluísse esse trabalho. Dentre elas, minha mãe, que, sobretudo durante o tempo de escritura da dissertação, me ajudou muito com a minha vida prática; e a minha amiga querida, Susi Guedes, cujas conversas diárias dos últimos meses e o cuidado comigo foram fundamentais para que eu me mantivesse disposta.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é discutir casos em que a forma *ele* do português brasileiro (PB) pode aparecer localmente ligada. Dois experimentos foram conduzidos: no Experimento I, falantes nativos adultos de PB e crianças adquirindo essa língua recusaram a leitura localmente ligada do *ele* quando este era objeto direto de um verbo. No Experimento II, por outro lado, adultos e crianças aceitaram a ligação local do *ele* quando a forma era complemento de uma preposição. Observou-se também uma associação entre a aceitabilidade da ligação local do *ele* dentro de PPs e a natureza semântica do predicado: diante predicados de reflexividade improvável, adultos e crianças permitiram a ligação local do *ele* significativamente mais em predicados de reflexividade provável do que improvável. Baseando-me em Hornstein (2001), assumo que o pronome *ele* ligado é um elemento que é inserido como último recurso nos contextos preposicionais, dada a impossibilidade de movimento para fora de PPs no PB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pronomes, ele, teoria da ligação, princípio B, aquisição da linguagem, aquisição de pronomes.

## ABSTRACT

This dissertation aims to discuss cases in which the form *ele* in Brazilian Portuguese (BP) can be locally bound. Two experiments were conducted: in the first one, adult speakers of BP and children acquiring this language refused the locally bound reading of *ele* when it was the direct object of a verb. On the other hand, in the second experiment, adults and children allowed the locally bound reading of *ele* when it was inside a PP. We noted an association between the acceptability of the bound reading of *ele* and the semantic nature of the predicate: the children and adults tested allowed local binding of 'ele' significantly more often with probable reflexive verbs, than with improbable ones. Following Hornstein (2001), I assume that the bound pronoun *ele* is an elsewhere element that is inserted in prepositional contexts, due to the absence of preposition stranding in BP.

**KEYWORDS:** pronouns, *ele*, binding theory, principle B, language acquisition, acquisition of pronouns

# Sumário

<b>Capítulo 1 – Introdução</b>	1
1.1 Teoria de Princípio e Parâmetros	1
1.2 Princípio B: formulações e problemas	4
<b>Capítulo 2 – Estudos Prévios</b>	13
2.1 A ligação da forma <i>ele</i> no PB: Lemle (1985) e Galves (1986)	14
2.2 Estudos sobre a aquisição de pronomes	18
2.2.1 Chien & Wexler (1990)	20
2.2.2 Thornton & Wexler (1999)	26
2.2.3 Conry, Takahashi, Lidz & Phillips (2009)	33
2.3 Conclusão	40
<b>Capítulo 3 – Distribuição e análise do <i>ele</i></b>	41
3.1 Distribuição da forma <i>ele</i>	42
3.2 <i>Ele e lui</i>	47
3.3 Análise	50
3.3.1 Pronomes dentro de PPs: diferença entre línguas	51
3.3.2 Predicados de reflexividade provável e improvável	56
3.4 Predições sobre a interpretação da forma <i>ele</i>	69
3.4.1 Adultos	69
3.4.2 Crianças	71
3.5 Conclusão	73
<b>Capítulo 4 – Resultados experimentais</b>	76
4.1 Experimento I	78
4.1.1 Método	79
4.1.2 Materiais	85

4.1.3	Sujeitos	90
4.1.4	Procedimentos	90
4.1.5	Resultados	93
4.1.5.1	Adultos	93
4.1.5.2	Crianças	97
4.1.5.3	Comparações entre grupos	100
4.1.6	Discussão	102
4.2	Experimento II	103
4.2.1	Método	104
4.2.2	Materiais	105
4.2.3	Sujeitos	107
4.2.4	Resultados	107
4.2.5.1	Adultos	107
4.2.5.2	Crianças	109
4.2.6	Discussão	110
4.3	Conclusão	112
<b>Capítulo 5 – Considerações finais</b>		115
5.1	Distribuição e aquisição do <i>ele</i>	115
5.2	Resultados experimentais	120
<b>Apêndice I – Folhas de respostas</b>		122
1.	Experimento I	122
2.	Experimento II	124
<b>Apêndice II – Histórias</b>		125
1.	Experimento I	125
2.	Experimento II	136
<b>Referências</b>		141



# Capítulo 1 – Introdução

## 1.1 Teoria de Princípios e Parâmetros

Nesta dissertação, adoto pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981; CHOMSKY & LANISK, 1993), de acordo com a qual os seres humanos possuem um conhecimento linguístico inato. Tal sistema permitiria aos falantes saber propriedades bastante abstratas da linguagem, que não poderiam ser adquiridas por mera observação.

Conforme a Teoria de Princípios e Parâmetros, a Gramática Universal (GU) corresponderia a esse conhecimento linguístico inato. A GU é composta por restrições de dois tipos: princípios e parâmetros. Os princípios são propriedades invariantes em todas as línguas, que não precisam ser adquiridas, enquanto que os parâmetros são conjuntos de restrições que apresentam opções de escolhas, dando conta da variação entre as línguas, cujos valores devem ser selecionados pela criança de acordo com o *input* disponível durante o processo de aquisição da linguagem.

A motivação para uma teoria como a de Princípios e Parâmetros é a necessidade de se responder ao chamado “Problema de Platão”, cunhado por Chomsky (1986a) para responder à seguinte indagação: como a criança, na ausência de evidências completas no *input* linguístico, consegue adquirir uma língua e conhecer, tacitamente, todas as suas propriedades abstratas? Sem postularmos a existência de um aparato linguístico inato, não conseguimos explicar por que as crianças não cometem certos erros que esperaríamos que elas cometessem, caso elas adquirissem sua língua materna por meio da mera generalização do *input* linguístico. Com o fim de ilustrarmos o problema, vejamos as sentenças abaixo:

(1a) Who do you want to invite \_\_\_<sup>1</sup>?

(1b) Who do you wanna invite \_\_\_?

(2a) Who do you want to see \_\_\_?

(2b) Who do you wanna see \_\_\_?

(3a) Who do you want \_\_\_ to come?

(3b) \*Who do you wanna come?

Ao observarmos as sentenças (1) e (2), chegamos à generalização de que a contração de ‘want to’ em ‘wanna’ é opcional. No entanto, tal generalização está incorreta, como vemos no contraste em (3). Uma sentença como (3b) é impossível, pelo fato de a cópia (ou vestígio) de *who* (sinalizada com ‘\_\_\_’) bloquear a adjacência entre *want* e *to*, adjacência essa que é fator necessário para que a contração ocorra. Crianças adquirindo inglês não chegam a fazer essa generalização incorreta, pois não produzem sentenças como (3b) (GUASTI, 2004: 5). Esse comportamento indica que elas têm conhecimento sobre tal fenômeno, embora não contem com evidência negativa, que as informe sobre isso. Ou seja, apesar de não serem abertamente informadas sobre a impossibilidade de (3b), as crianças nunca cometem erros desse tipo, não estendendo a generalização detectada em (1) e (2) para casos impossíveis (3). A pergunta então é: por que não? O que informa a criança de que tal generalização não é possível?

A Teoria de Princípios e Parâmetros nos permite resolver o Problema de Platão, na medida em que os princípios aparecem como um conjunto de restrições universais, válidas para qualquer língua. Como os princípios são de natureza inata, a hipótese é de

---

<sup>1</sup> Os traços indicam a posição de onde a palavra interrogativa se moveu.

que a criança em fase de aquisição da linguagem já sabe implicitamente quais estruturas são universalmente impossíveis, e isso as impede de cometer determinadas generalizações. Os parâmetros, uma vez selecionados, também guiariam a criança no processo de aquisição, fazendo-a detectar propriedades que são específicas à sua língua.

Com base nas assunções da Teoria de Princípios e Parâmetros, esta pesquisa tem como fim estudar restrições que regem a interpretação de pronomes por adultos e crianças em dois contextos sintáticos distintos, a saber, pronomes em posição de objeto direto de um verbo e pronomes dentro de PPs, como vemos nos dois exemplos abaixo, respectivamente:

(4) \*O João<sub>i</sub> coçou ele<sub>i</sub>.

(5) O João<sub>i</sub> falou dele<sub>i</sub>.

Na sentença (4), a leitura em que o pronome tem *o João* como antecedente não é aceitável, sendo possível apenas a leitura exofórica do pronome. Esta é a intuição de falantes de diversas línguas, para sentenças análogas a (4), como inglês, holandês etc. Com base na observação de que essa é uma restrição comum nas línguas, um dos princípios mais tradicionais que foram propostos na Teoria de Princípios e Parâmetros seria o princípio B (CHOMSKY, 1981), responsável por regular, universalmente, a distribuição de pronomes.

Entretanto, conforme veremos em detalhes na subseção seguinte, embora o princípio B capture a interpretação de pronomes em uma variedade de estruturas de línguas distintas, ele falha em capturar a intuição de falantes nativos em determinadas

circunstâncias. Por exemplo, a sentença em (5), cujo complemento da preposição pode ter o sujeito como antecedente, parece ser aceitável por falantes nativos de português brasileiro (PB) e de francês (*Jean a parle de lui*), embora a mesma viole o princípio B, tal como formulado em Chomsky (1981), discutido abaixo. Este problema, assim como outros, sejam eles empíricos ou conceituais, nos convidam a repensar a teoria canônica de interpretação de pronomes.

## 1.2 Princípio B: formulação e problemas

A Teoria da Ligação, responsável pelas restrições sintáticas à distribuição da anáfora intra-sentencial, da qual faz parte o princípio B, diz que pronomes e anáforas estão em distribuição complementar (CHOMSKY, 1981: 188). Isto é, se anáforas devem estar ligadas em sua categoria de regência, pronomes não devem estar ligados dentro da mesma (devem estar “livres”):

(6) Teoria da Ligação

- (i) Princípio A: uma anáfora deve estar ligada em seu domínio de regência.
- (ii) Princípio B: um pronome deve estar livre (não ligado) em seu domínio de regência.

Sendo a definição de regência: “ rege se e somente se (i) é um regente; (ii) m-comanda ; e (iii) nenhuma barreira intervém entre e . Projeções máximas são barreiras à regência. Regentes são núcleos.” (CHOMSKY, 1986b: 5).

Categoria de regência, por sua vez, seria definida como: “ é uma categoria de regência de se e somente se é a categoria mínima contendo , um regente de , e um SUJEITO acessível a . (CHOMSKY, 1981: 220)”.

Conforme o princípio A, uma sentença com uma anáfora, como os reflexivos, é gramatical apenas quando esta possui um antecedente dentro de seu domínio de regência, por exemplo, dentro da oração que a contém, como vemos em (7a):

(7a) O João<sub>i</sub> disse que o Pedro<sub>k</sub> se<sub>k</sub> coçou.

Em (7a), o princípio A coíbe a interpretação em que a anáfora *se* possui *João* como antecedente, ao invés de *Pedro*, já que *João* não está no mesmo domínio de regência da anáfora. De forma análoga, para o princípio B, uma sentença é gramatical se o pronome não possuir um antecedente dentro de seu domínio de regência. Na sentença (7b), o princípio B coibiria a interpretação em que o pronome tem como antecedente *Pedro*, sendo possíveis apenas as leituras em que *ele* refere-se a *João* ou a um antecedente exofórico.

(7b) O João<sub>i</sub> disse que o Pedro<sub>k</sub> coçou ele<sub>i</sub>.

Ainda que os princípios da Teoria da Ligação sejam capazes de capturar em grande medida a intuição de falantes nativos de línguas diversas, exceções foram logo notadas. Já nos anos 70, Ross (1970) havia observado que anáforas não necessariamente

aparecem localmente ligadas, como mostram as sentenças abaixo do inglês. Em (8a), a anáfora *himself* aparece ligada não localmente, e em (8b), *yourself* aparece livre. Ambas as sentenças são gramaticais. Tais fatos apresentam contra-argumentos para a ideia de que anáforas e pronomes estão em distribuição complementar.

(8a) John<sub>i</sub> was hoping that Mary would support no one but himself<sub>j</sub>.

(8b) Physicists like yourself are a godsend.

Não são apenas anáforas que por vezes apresentam um comportamento distinto daquele previsto pela Teoria da Ligação de Chomsky (1981), mas também pronomes. No frisão, por exemplo, pronomes verdadeiros (que contêm a possibilidade da leitura exofórica) podem aparecer localmente ligados (REULAND, 2011):

(9) Jan<sub>i</sub> waske him<sub>i</sub>.

João lavou ele

‘O João se lavou’

O problema se torna mais acentuado quando olhamos para os pronomes de 1ª e 2ª pessoa. Embora grande parte das línguas não permita a ligação local de pronomes de 3ª pessoa, muitas delas permitem com pronomes nas demais pessoas, como é o caso, por exemplo, do alemão (10), do holandês (11) e do francês (12) (REULAND, 2011), e sem dúvida do PB, como mostram as glosas das sentenças abaixo:

(10) Ich<sub>i</sub> wasche mich<sub>i</sub>.  
Eu lavo eu-ACUS.  
'Eu me lavo'

(11) Jij<sub>i</sub> wast je<sub>i</sub>.  
Eu lavo eu-ACUS.  
'Eu me lavo'

(12) Nous<sub>i</sub> nous<sub>i</sub> lavons.  
Nós nos lavamos  
'Nós nos lavamos'

Pronomes em NPs constituíram-se logo também em um desafio para a Teoria da Ligação. Em (13), por exemplo, a anáfora *himself* aparece ligada fora de seu domínio de regência. Segundo o princípio A, a anáfora deveria estar ligada ao sujeito da oração mais baixa ([<sub>NP</sub> a picture of himself]), no entanto, ela está ligada a *John*.

(13) John<sub>i</sub> believes that [<sub>NP</sub> a picture of himself<sub>i</sub>] will be on show.

Em PPs locativos e direcionais, em que o complemento NP parece ser um argumento de P e não do verbo, também não vemos complementaridade entre anáforas e pronomes, mesmo no inglês (CHOMSKY, 1981; CHOMSKY, 1986b; KOSTER, 1985; REULAND, 2011, WILLIAMS, 1982, 1985, 1987):

(14a) John<sub>i</sub> saw a ghost next to him<sub>i</sub>/himself<sub>i</sub>.

(14b) John<sub>i</sub> pulled the cart toward him<sub>i</sub>/himself<sub>i</sub>.

Contudo, em PPs não locativos e não direcionais, como aqueles que fazem parte de predicados como *speak about*, *talk about* e *proud of*, o pronome não pode aparecer localmente ligado no inglês, como vemos abaixo (REULAND, 2011):

(15a) \*John<sub>i</sub> is proud of him<sub>i</sub>.

(15b) \*John<sub>i</sub> talks about him<sub>i</sub>.

Esse comportamento do pronome em PPs no inglês por si só já se apresenta como mais uma dificuldade para a Teoria da Ligação. Contudo, os fatos podem se tornar ainda mais obscuros ao considerarmos que sentenças análogas a (15) parecem ser aceitáveis em PB e em francês com a leitura localmente ligada do pronome (para o francês, ver ZRIBI-HERTZ, 1995). Não podemos dizer, adotando a Teoria da Ligação canônica, que o domínio de regência para o pronome em (16) e (17) é apenas o PP, haja vista os exemplos em (15), que mostram que as sentenças do inglês são agramaticais porque o domínio de regência do pronome é toda a sentença. Se dissermos que, no inglês, o domínio de regência para o pronome é a sentença toda, com o fim de explicar os dados em (15), temos de assumir que em (16) e (17) temos o mesmo domínio de regência para os pronomes em PB e em francês.

(16a) Jean<sub>i</sub> est fier de lui<sub>i</sub>.



(16b) Jean<sub>i</sub> parle de lui<sub>i</sub>.

(17a) O João<sub>i</sub> está orgulhoso dele<sub>i</sub>.

(17b) O João<sub>i</sub> fala dele<sub>i</sub>.

Julgo que os exemplos aqui apresentados são suficientes para indicar ao leitor que a Teoria da Ligação de Chomsky (1981) não captura de maneira satisfatória a distribuição de pronomes e anáforas. Outros problemas descritivos poderiam ser levantados: por exemplo, os princípios da Teoria da Ligação não levam em conta a existência de anáforas simples, como *zich* do holandês e *sig* do islandês. Anáforas simples têm um comportamento diverso do de anáforas complexas (como *himself* do inglês e *zichzelf* do holandês, por exemplo), e também não atuam como pronomes e tampouco como expressões referenciais<sup>2</sup>.

Além dos problemas descritivos elencados acima, a teoria clássica sobre interpretação de pronomes enfrenta problemas de natureza conceitual. Dentro de uma perspectiva minimalista da gramática (CHOMSKY, 1995), a Teoria da Ligação de Chomsky (1981) vale-se de artifícios conceitualmente indesejáveis, como, por exemplo, a noção de regência<sup>3</sup>, e o emprego de índices<sup>4</sup> como meio de caracterizar a noção de ligação (liga-se e somente se e estão *coindexados* e *c-comanda*). Além disso, como aponta Reuland (2011), a Teoria da Ligação canônica não se lança a questões de

---

<sup>2</sup> Ver Reinhart & Reuland (1993), Reuland (2001) e Reuland (2011) para uma discussão sobre anáforas simples.

<sup>3</sup> A noção de regência seria um artifício indesejável do ponto de vista minimalista. O fato incontestável de que as estruturas das línguas são formadas por meio de sintagmas nos traz a noção de núcleo e, conseqüentemente, as noções de complemento e especificador do núcleo. Portanto, do ponto de vista minimalista, não deveríamos postular a noção artificial de regência, se já temos as noções de complemento e de especificador, que são dadas naturalmente. Essas noções naturais podem preencher funções que durante a GB dependiam da noção de regência, como a atribuição de papel temático (HORNSTEIN, NUNES & GROHMANN, 2005).

<sup>4</sup> Índices são artifícios indesejáveis dentro do Minimalismo, uma vez que se assume que o sistema computacional da linguagem humana respeita a ‘condição de inclusividade’, que diz que qualquer estrutura deve ser formada apenas com elementos presentes no léxico (CHOMSKY, 1995: 225). Como dificilmente se poderia assumir que índices estão presentes no léxico, eles não fazem parte da derivação.

natureza explicativa: ela não se pergunta *por que* os princípios em (6) existiriam, ou simplesmente *por que* há restrições nas possibilidades de ligação de anáforas e pronomes.

Nesta dissertação, não irei discutir todos os problemas apontados acima com respeito à distribuição de pronomes e anáforas. Meu foco será verificar, por meio de dois experimentos, se, de fato, sentenças como (17) são aceitáveis em PB adulto e infantil, em contraste com sentenças com pronomes em posição de objeto direto de um verbo (4), que parecem ser inaceitáveis. A partir disso, irei propor uma análise para explicar por que pronomes em PPs não locativos e não direcionais podem estar ligados localmente a um sujeito em algumas línguas (como o francês e, possivelmente, o PB) e em outras não (como o inglês).

Baseando-me na ideia de Hornstein (2001), irei propor que *há um princípio que anuncia que pronomes ligados são inseridos como último recurso*, quando a derivação via movimento, com inserção de uma anáfora, é impossível. Segundo essa análise, sentenças como (4), em que o *ele* ligado aparece como objeto direto de um verbo, seriam impossíveis porque a derivação utilizando o movimento do sujeito *João* e a inserção da anáfora *se* seria possível. Por outro lado, sentenças como (5), com o pronome localmente ligado estando dentro de PPs, seriam possíveis porque a derivação via movimento não pode ocorrer. Isso porque o PB não permite o movimento para fora de PPs (essa restrição seria marcada por um parâmetro), e a anáfora *se*, especificada no léxico para caso acusativo, não pode ser inserida para checar o caso oblíquo associado à preposição — não há outra anáfora que possa checar esse caso disponível no PB falado atual.

Dada a assunção sobre a existência de um princípio que diz que pronomes ligados são inseridos como último recurso, o conhecimento acerca disso seria inato. Portanto, minha hipótese nula é de que as crianças se comportam como adultos, rejeitando a ligação local do *ele* em posição de objeto direto. Prevejo também que elas devem aceitar a ligação local de pronomes que estão dentro de PPs, uma vez que, sendo a anáfora *se* especificada no léxico para caso acusativo, elas saberiam que não há meios de derivar esse tipo de sentença por movimento. Mesmo crianças que ainda não tenham marcado o parâmetro que proíbe o movimento do pronome para fora de PPs no PB aceitariam a ligação local do pronome em contexto preposicional, já que não conseguiriam inserir uma anáfora para checar caso oblíquo.

Esta dissertação está dividida da seguinte maneira: na primeira parte do capítulo 2, realizo uma revisão dos estudos que lidaram com o *ele* do PB em posição de objeto, mostrando que não se chegou a uma conclusão se a forma pode aparecer localmente ligada ou não na língua; na segunda parte do mesmo capítulo, discuto estudos prévios fundamentais sobre a aquisição de pronomes, a saber, Chien & Wexler (1990), Thornton & Wexler (1999) e Conroy et alii (2009). No terceiro capítulo, proponho uma descrição sobre a distribuição da proforma *ele* em posição de objeto e uma análise, baseada em Hornstein (2001) para explicar tal distribuição. Além disso, considerando tal análise, faço previsões a respeito de como se daria a aquisição do *ele* em posição de objeto direto e dentro de PPs. No quarto capítulo, exponho e discuto os resultados de dois experimentos que realizei com falantes nativos adultos de PB e crianças adquirindo PB como língua materna, que podem ser considerados evidências a favor das hipóteses levantadas no capítulo anterior. No quinto e último capítulo, apresento as considerações finais.

A dissertação também possui um apêndice, no qual está exposto o *script* com todas as histórias utilizadas no Experimento I e II e o formato das folhas de respostas.

## Capítulo 2 - Estudos prévios

No capítulo anterior, apresentei uma série de evidências mostrando como a Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981) falha em predizer o comportamento de pronomes e anáforas em uma variedade de contextos sintáticos. Neste capítulo, discutirei o *status* incerto da forma *ele* em posição de objeto no português brasileiro (PB), mostrando que a literatura da área não chegou a uma conclusão sólida sobre se a forma pode ser vinculada a um antecedente local ou não. A segunda parte deste capítulo, por sua vez, é reservada à discussão sobre aquisição de pronomes.

Na seção 2.1 deste capítulo, irei discutir alguns estudos que investigaram a ligação da forma *ele* no PB adulto. O objetivo desta primeira parte é fornecer uma ideia geral do que já foi dito sobre a ligação de pronomes no PB, nos contextos sintáticos relevantes para esta pesquisa, a saber, pronomes na posição de objeto direto de um verbo e dentro de PPs.<sup>5</sup> Irei revisar tais estudos e discutir as hipóteses que por lá são levantadas, os meios de investigação utilizados e seus possíveis problemas.

Na seção 2.2 do capítulo, vou revisar estudos que lidaram com a aquisição de pronomes, tanto no PB como em outras línguas. Como a literatura neste tópico de aquisição é bastante ampla<sup>6</sup>, irei me restringir aos estudos que alcançaram certa

---

<sup>5</sup> Há uma série de estudos sobre pronomes no PB adulto, além dos que reviso nesta dissertação (ver, por exemplo, Negrão (1997), Negrão & Müller (1996), Müller (2003), Menuzzi (1999)). No entanto, na minha revisão, irei me restringir àqueles trabalhos que lidaram com o *ele* em posição de objeto direto. A aquisição pronominal, área que engloba diversos fenômenos, também já foi estudada no PB e diversos trabalhos podem ser citados. Ver por exemplo, Casagrande (2010) e Lopes (2009) sobre a aquisição de objetos nulos, Mendes (2009) sobre a aquisição de pronomes possessivos e Magalhães (2006) sobre a aquisição de pronomes em posição de sujeito e de objeto em PB e em português europeu.

<sup>6</sup> Ver Avrutin (1999); Avrutin and Thornton (1994); Avrutin and Wexler (1992); Baauw, Escobar and Philip (1997); Boster (1994); Cairns, McDaniel, Hsu and Konstantyn (1995); Cardinaletti and Starke (1995); Chien and Wexler (1990); Conroy et al. (2009); Deutsch, Koster and Koster (1986); Escobar and Gavarró (1999); Grimshaw and Rosen (1990); Grodzinsky and Kave (1993); Grodzinsky and Reinhart (1993); Grolla (2005); Hamann (2002); Hamann, Kowalsky and Philip (1997); Jakubowicz (1984); Jakubowicz, Müller, Kang, Riemer and Rigaut (1996); Kaufman (1988); Lasnik and Crain (1985); Lust,

notoriedade na área e que são também relevantes para esta dissertação. O objetivo dessa seção é reportar achados prévios sobre como as crianças lidam com a ligação de pronomes. Discutirei os métodos experimentais utilizados e os resultados obtidos, salientando como o contexto experimental influencia de modo decisivo na interpretação de pronomes.

Na seção 2.3, concluo com um resumo das principais ideias apresentadas no capítulo e introduzo, brevemente, as questões que serão levantadas no capítulo 3.

## 2.1 A ligação da forma *ele* no PB: Lemle (1985) e Galves (1986)

Como vimos no capítulo anterior, na abordagem canônica sobre a interpretação de pronomes, assume-se que a leitura ligada de um pronome por um antecedente é regulada pelo princípio B da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981: 188). Tal princípio captura apropriadamente a intuição de falantes nativos de diversas línguas, como inglês e holandês, em sentenças como (1a,c). Essas sentenças são inaceitáveis quando contêm um pronome na posição de objeto direto vinculado localmente a um sujeito (seja estabelecendo uma relação de correferência ou de ligação), sendo necessário o uso de uma anáfora (*himself*, no inglês, e *zichzelf* no holandês) (REULAND, 2011: 100-2):

(1a) \*John<sub>i</sub> washes him<sub>i</sub>.

(1b) John<sub>i</sub> washes himself<sub>i</sub>.

(1c) \*Jan<sub>i</sub> wast hem<sub>i</sub>.

(1d) Jan<sub>i</sub> wast zichzelf<sub>i</sub>.

---

Loveland and Kornet (1980); McDaniel, Cairns and Hsu (1990); McDaniel and Maxfield (1992); McKee (1988); McKee (1992); McKee, Nicol and McDaniel (1993); Philip and Coopmans (1996); Sigurjónsdóttir and Coopmans (1996); Sigurjónsdóttir and Hyams (1992); Silva (1989); Solan (1983); Thornton (1991); Thornton and Wexler (1999); Varela (1988); Wexler and Chien (1985), entre outros.

‘O João lava ele (mesmo)’

Entretanto, conforme vimos no capítulo 1, a Teoria da Ligação, desde o início, se confrontou com exemplos, de línguas diversas, que pareciam falsear a teoria. No PB, desde os anos 80, alguns autores têm apontado que falantes nativos de PB permitem a leitura localmente ligada do pronome *ele* (MOREIRA, 1984; LEMLE, 1985; GALVES, 1986), como vemos nos exemplos abaixo:

(2a) O João<sub>i</sub> está coçando/vestindo/barbeando ele<sub>i</sub>.

(2b) O João<sub>i</sub> pensou com ele<sub>i</sub> que ele<sub>i</sub> deveria ir embora.

Em (2a) e na oração principal de (2b), a leitura reflexiva do *ele* parece violar o princípio B da Teoria da Ligação, como formulado por Chomsky (1981), pois *ele* encontra-se ligado ao antecedente local *João*.

Analisando dados da tese de Moreira (1984), Lemle (1985) observa que no dialeto de Minas Gerais é possível que a forma *ele* compartilhe a referência com o seu antecedente local. A autora afirma que essa interpretação é impossível no Rio de Janeiro.

Lemle afirma que “a palavra *ele* passou de pronome à anáfora” no dialeto mineiro, pois *ele* teria perdido o seu índice referencial. Galves (1986) discorda dessa explicação, uma vez que uma anáfora é sempre ligada, enquanto que em Minas Gerais ainda se permite a interpretação em que *ele* tem uma referência distinta de seu antecedente. A autora prefere assumir que *ele* mantém-se como pronome e estabelecerá uma relação de tópico com o sujeito local:



A representação em (3) é possível, conforme Galves, porque o PB é uma língua “de tópico” ou “orientada para o discurso” (PONTES, 1987). Assim, para a autora, *João* e *ele* apontariam para o tópico da sentença, que seria o antecedente do pronome. A relação que o *ele* estabelece com o sujeito seria dada por correferência, e não por ligação. Como o princípio B impede que um pronome esteja *ligado* localmente ao sujeito local, mas não que estabeleça uma relação de *correferência* com este (REINHART, 1983), a sentença (3), conseqüentemente, não viola o princípio B, seguindo essa análise.

Lembremos que há, de fato, evidências para se tratar um pronome como correferencial ou como variável ligada. Por exemplo, a ambiguidade da sentença abaixo, com elipse de VP, nos mostra que há esses dois meios de conectar um pronome ao seu antecedente:

(4) O João gosta da irmã dele e o Pedro também.

a. = O João<sub>i</sub> gosta da irmã dele<sub>i</sub> e o Pedro<sub>k</sub> <gosta da irmã dele<sub>k</sub>> também. (*sloppy*)

b = O João<sub>i</sub> gosta da irmã dele<sub>j</sub> e o Pedro<sub>k</sub> <gosta da irmã dele<sub>j</sub>> também. (*strict*)

Em (b),  $i = j$

Em (4), podemos interpretar o pronome como variável ligada, o que nos rende a leitura *sloppy*, como vemos em (a). Essa leitura corresponde à interpretação de que o João é um x, tal que x gosta da irmã de x e Pedro é um y, tal que y gosta da irmã de y. Por outro lado, se interpretarmos o pronome como correferencial, temos a leitura *strict*,



como vemos em (b). Tal leitura da sentença (4) corresponde à interpretação de que João é um x, tal que x gosta da irmã de y e Pedro é um z tal que z gosta da irmã de y, e ocorre que, por acaso,  $x = y$ .

Galves (1986: 252) ainda afirma que a leitura correferencial da proforma *ele* não estaria restrita ao dialeto mineiro. Conforme a autora, para falantes dos dialetos carioca e paulista, a proforma pode ter a mesma referência que a categoria vazia local em (5). Para Galves, do ponto de vista sintático, não haveria diferença entre a sentença em (3), por exemplo, em que o sujeito é realizado fonologicamente, e (5):

(5) Maria<sub>i</sub> fez a lista de convidados mas [e]<sub>i</sub> esqueceu de [e]<sub>i</sub> incluir ela<sub>i</sub>.<sup>7</sup>

Devemos notar que a análise de Galves (1986) prediz que o *ele* não pode compartilhar a referência com um QP, mesmo no dialeto de Minas Gerais. Uma vez que QPs não referem, a correferência entre um QP e *ele* seria impossível. O único vínculo concebível entre *ele* e um antecedente local seria o de ligação, que é bloqueado pelo princípio B. Portanto, se a análise de Galves estiver correta, espera-se que falantes nativos de PB que permitam a correferência entre *ele* e um DP local não permitam a ligação local de *ele* a um QP. No entanto, Galves não realizou um estudo experimental com falantes nativos de PB para testar essa hipótese. Como veremos no capítulo 3, esse é um dos objetivos do presente trabalho.

---

<sup>7</sup> Creio que o exemplo em (5) representa um contexto pragmaticamente peculiar, em que a correferência entre um pronome e um DP é aceita mesmo no inglês (Heim, 1998: 283), conforme discutiremos em detalhes na próxima seção deste capítulo. Vemos que em (5) Maria possui dois diferentes *guises*, isto é, duas identidades que são de certo modo distintas: a Maria quem escreve a lista e o nome da Maria na lista. Portanto, creio que (5) não é uma evidência de aceitabilidade do vínculo local do *ele*, uma vez que a correferência entre diferentes *guises* é possível, aparentemente, em qualquer língua.

## 2.2 Estudos sobre a aquisição de pronomes

Nesta seção, iremos revisar alguns estudos sobre a aquisição de pronomes, sendo eles, Chien & Wexler (1990), Thornton & Wexler (1999) e Conroy et alii (2009). Como já mencionei, a literatura sobre o assunto é bastante ampla, de modo que discorrerei apenas sobre alguns desses estudos, que julgo serem os mais relevantes para a discussão desta pesquisa.

Estudos clássicos sobre a aquisição de pronome no inglês, como Chien & Wexler (1990), Thornton & Wexler (1999) e Grodzinsky & Reinhart (1993), relatam que crianças em fase de aquisição da linguagem têm dificuldade em lidar com a interpretação de pronomes. De modo geral, o que se verificou é que as crianças demonstram conhecimento sobre o princípio A, recusando leituras em que a anáfora não se encontra localmente ligada e aceitando leituras em que a anáfora se encontra localmente ligada. Entretanto, a aquisição de pronomes parece se dar de modo mais tardio de que de anáforas. As crianças testadas por esses autores recusaram a ligação local de um pronome em apenas cerca de 50% das vezes quando o antecedente era um DP, demonstrando, assim, um comportamento de chance. Por outro lado, quando o antecedente era um QP, as crianças demonstravam um comportamento adulto, recusando ligações locais do pronome. Esse fenômeno, em que se observa compreensão adulta de pronomes diante de antecedentes quantificados, mas não diante de antecedentes não quantificados, ficou conhecido como “assimetria quantitacional”.

A assimetria quantitacional observada em tais estudos logo foi tomada como um suporte para a proposta de Reinhart (1983a), que restringe o escopo da Teoria de Ligação aos casos de variável ligada. Diferentemente de Chomsky (1981), para quem

não há diferença de tratamento para os casos envolvendo correferência e ligação de pronomes (todos seriam sujeitos ao princípio B), Reinhart (1983a) propõe que o princípio B apenas se responsabiliza pela ligação de pronomes e não por sua correferência. A dificuldade que as crianças exibem com a correferência de pronomes foi tomada, desse modo, como uma evidência para a separação entre correferência e ligação na gramática.

Tanto Chien & Wexler (1990) como Thornton & Wexler (1999) assumem que as crianças têm conhecimento sobre o princípio B. Essa seria uma conclusão natural para os autores, pois elas exibem conhecimento do princípio A, que envolve as mesmas noções que o princípio B — a saber, c-comando, co-indexação e domínio local. Como as crianças testadas recusaram corretamente a ligação local de pronomes por antecedentes quantificados, mas não diante de antecedentes DPs, os autores concluem que a fonte de dificuldade das crianças está no domínio da correferência.

A correferência entre um pronome e um antecedente referencial é aceita por falantes nativos adultos de inglês apenas em presença de situações pragmáticas apropriadas. Segundo Heim (1998), contextos tais como os de “debate de identidade”, em que um falante não tem certeza se o referente que se encontra aos seus olhos é o mesmo de sua representação mental, admitem a correferência entre um pronome e um DP:

(6) *Contexto de debate de identidade*

Falante A: Is this speaker Zelda?

Falante B: How can you doubt it? She praises her to the sky. No competing candidate would do that.

No exemplo acima (6), retirado de Heim (1998: 213), *she* refere-se à pessoa que os dois falantes estão vendo, que possivelmente é Zelda, enquanto *her* refere-se à representação mental que os dois falantes possuem de Zelda. A sentença proferida pelo falante B estabelece uma relação de correferência entre *she* e *her*, conforme a autora:

(7) She<sub>j</sub> praises her<sub>k</sub> to the sky. (em que j = k)

Outros contextos, como os chamados *run-of-the-mill*, com a presença de acento, dando ênfase ao pronome, também fazem com que a correferência local seja possível no inglês adulto.

Para Chien & Wexler (1990) e Thornton & Wexler (1999), crianças em fase de aquisição da linguagem têm dificuldade em reconhecer, justamente, que é preciso uma situação pragmática apropriada (como debate de identidade ou *run-of-the-mill*) para que seja permitida a correferência entre um pronome e o seu antecedente local.

Entretanto, Conroy et alii (2009), valendo-se de uma série de cuidados metodológicos que não tinham sido aplicados nos estudos clássicos sobre aquisição de pronomes, mostram que crianças adquirindo inglês como língua materna, na verdade, não permitem o vínculo local de um pronome, tanto quando o antecedente é um QP como quando é um DP. Os autores conduziram também outro experimento que, ao reintroduzir as falhas experimentais de estudos anteriores, consegue replicar a assimetria quantitativa.

Vejam os, nas subseções seguintes, uma revisão mais detalhada dos estudos mencionados acima.

### 2.2.1 Chien & Wexler (1990)

Chien & Wexler (1990) entrevistaram 177 crianças adquirindo inglês como língua materna nesse estudo sobre aquisição de pronomes e anáforas, com idade de 2;6 a 7;0 anos. O método utilizado foi a Tarefa de Verificação de Figuras. Os autores apresentavam à criança uma figura com personagens, na qual era desempenhada uma ação reflexiva. Por exemplo, uma das figuras mostrava uma personagem chamada Mama Bear encostando a mão em si mesma, enquanto Goldilocks se encontrava próxima a ela. Logo em seguida, o experimentador dizia:

(8) This is Mama Bear, this is Goldilocks. Is Mama Bear touching her?

Se a criança aceitasse o vínculo local do pronome ao antecedente, esperava-se que a criança respondesse ‘sim’, pois na figura, Mama Bear tocava em si mesma. Caso a criança não aceitasse esse vínculo, e tomasse o pronome como não ligado, esperava-se que ela dissesse ‘não’, pois a figura não mostrava Mama Bear tocando Goldilocks.

Observou-se que as crianças aceitaram a interpretação correferencial associada a sentenças como *Mama Bear is touching her* em cerca 50% das vezes. No entanto, as mesmas crianças aceitaram sentenças equivalentes com antecedente quantificado (como *Every bear is touching her*) em apenas 15% das vezes. Os autores concluem, assim, que

as crianças sabem o princípio B, já que rejeitaram a ligação em casos com QPs, mas têm dificuldade em lidar com a correferência de um pronome a um antecedente, que não seria regida por esse princípio.

As crianças abaixo de 5;0, na verdade, tiveram um desempenho não adulto também em sentenças com antecedente quantificado. Entretanto, Chien & Wexler (1990) argumentam que crianças abaixo dessa faixa etária podem ter problemas com sintagmas quantificados e não com pronomes, uma hipótese que é suportada pelo comportamento que crianças tiveram diante de sentenças que faziam parte da condição de controle, como (9). Nesse exemplo, o experimentador mostrava uma figura em que nem todos os ursos encostavam a mão em Goldilocks, mas as crianças da faixa de 4 – 5 anos e abaixo de 4 anos, por não compreenderem a semântica do quantificador ‘todo’, responderam ‘sim’ em um número considerável de vezes (em cerca de 30% das vezes para o grupo de 4 a 5 anos, e 70% das vezes para o grupo de crianças mais novas).

(9) These are the bears; this is Goldilocks. Is every bear touching Goldilocks?

Para explicar a dificuldade que crianças teriam em lidar com a correferência de um pronome, Chien & Wexler (1990) argumentam que um princípio pragmático, chamado princípio P, restringe a interpretação vinculada do pronome. Em contextos especiais, como o debate de identidade que vimos acima em (6), o princípio P permite a correferência. Para os autores, as crianças não saberiam o princípio P, de modo que elas acabariam permitindo a correferência entre o pronome e um antecedente local em sentenças como (8), mesmo sem a presença de um contexto pragmático apropriado.

O princípio P não é claramente explicado no trabalho de Chien & Wexler (1990). Os autores apenas afirmam seguir Reinhart (1983a, 1983b, 1986), que propõe que um princípio pragmático rege a escolha dos referentes em caso de correferência.

A proposta dos autores, contudo, apresenta alguns problemas. Em primeiro lugar, vemos que essa proposta faz determinada predição com respeito ao conhecimento que crianças devem demonstrar com o princípio C que não se confirma. Se crianças permitem a correferência entre um pronome e um antecedente local em razão da falta de conhecimento do princípio P, espera-se que elas tenham o mesmo problema com sentenças como (10), isto é, elas deveriam permitir a correferência de uma expressão-R ao antecedente. Isso porque, diante de contextos pragmaticamente apropriados, é permitida a correferência entre uma expressão-R e um antecedente, como vemos em (11).

(10) \*He<sub>i</sub> kissed Donald<sub>i</sub>.

(11) He's wearing John's coat. Therefore, he<sub>i</sub> must be John<sub>i</sub>.

(CHIEN & WEXLER, 1990)

Contudo, McDaniel et alii (1990) e Thornton & Wexler (1999) mostram que crianças se saem bem em testes sobre o princípio C, rejeitando corretamente a leitura anafórica tanto quando o antecedente é referencial como quando é quantificado. Esse comportamento é imprevisto pela proposta de Chien & Wexler (1990), pois não ter o princípio P significaria ter dificuldades para lidar tanto com a correferência de pronomes como de expressões-R.

Além disso, a proposta de Chien & Wexler (1990) apresenta problemas de aprendizibilidade: de que maneira o princípio P seria adquirido? Como o princípio P é uma restrição, que diz que a correferência em casos como (8) e (10) só deve ser permitida no contexto pragmático apropriado, só seria possível “aprendê-lo” por meio da evidência negativa: a criança teria de ser instruída sobre o que não deve fazer. Entretanto, é consenso na literatura sobre aquisição da linguagem que, comumente, a evidência negativa não está disponível no *input*. Portanto, a ideia de que as crianças aprenderiam o princípio P é implausível.

Não é só a análise de Chien & Wexler (1990) que apresenta problemas, mas também o próprio experimento. Grolla (2005) e Elbourne (2005) levantaram dúvidas quanto à validade da assimetria quantificacional observada no experimento de Chien & Wexler (1990). Esses autores mencionam que o antecedente anafórico para as sentenças com QP não estava suficientemente disponível, o que pode ter levado a essa aparente assimetria. Por exemplo, na figura referente à sentença (8), Chien & Wexler (1990) mostravam à criança uma figura com três pequenos ursos, idênticos entre si, tocando a si mesmos. Nessa figura, Goldilocks era uma personagem saliente, tanto pelo seu tamanho na ilustração como pelo fato de ser a única personagem com nome e diferente dos demais. Os ursos, por sua vez, não possuíam nomes e eram todos idênticos. As crianças testadas podem ter tido também dificuldade em identificar o gênero dos ursos: não fica claro que são fêmeas, já que a única coisa que as identifica como tal é a presença de um pequeno laço sobre a cabeça. Goldilocks, por outro lado, era obviamente uma personagem feminina, o que pode ter contribuído ainda mais para a sua saliência, já que frente aos demais, ela parece ser a única cujo gênero é evidente. Essa falha em deixar os possíveis referentes para o pronome igualmente salientes nas figuras, pode ter feito com que as crianças recusassem a ligação local do pronome ao



antecedente quantificado não porque obedecem ao princípio B, mas, sim, pelo fato de o referente dêitico, Goldilocks, ser o único aparente o bastante na figura para tomar a referência do pronome.

Outro fator que diminui a confiabilidade nos resultados de Chien & Wexler (1990) seria o método utilizado. O método utilizado, a Tarefa de Escolha de Figuras, obviamente tem algumas vantagens, como o alto número de crianças que é possível testar em um experimento, devido à rapidez e praticidade inerente ao tipo de teste. Entretanto, possui desvantagens que podem prejudicar significativamente a recuperação do referente para o pronome. A presença de uma técnica, ausente no método em questão, é reconhecida nos estudos de aquisição de linguagem como eficaz - ou mesmo essencial - para que a criança consiga estabelecer a referência do pronome. Tal técnica é conhecida como *condition of plausible dissent* (CRAIN & THORNTON, 1998: 225-6). A condição de *plausible dissent* é o ato de tornar a sentença-teste relevante para o discurso em que ela aparece, para dar à criança entrevistada uma razão para julgá-la como falsa. A *plausible dissent* normalmente é apenas empregada na Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV), mas podemos pensar que sua ausência nos outros métodos os tornem menos eficazes para se obter julgamentos de crianças. Sem a condição de *plausible dissent*, o contexto pragmático em que a sentença-teste é proferida se torna infeliz. Considere, por exemplo, a situação em que perguntamos à criança se é verdade que ‘o João pensa que o Pedro é seu melhor amigo’, após contar uma história em que o João sequer considera essa possibilidade. Ao dar o seu julgamento, a criança pode reconhecer que a sentença ‘o João pensa que o Pedro é o seu melhor amigo’ não é verdadeira e nem falsa, mas sim, infeliz: como responder se isso é falso ou verdadeiro se na história sequer houve a menção se o João considera o Pedro como o seu melhor amigo? Para evitar que a criança fique confusa e acabe por aceitar a

sentença, temos de incluir na história um instante em que o João se pergunta se o Pedro é o seu melhor amigo, mas acabe chegando à conclusão de que, na verdade, é o Joaquim que ocupa tal posto. Desse modo, a criança não terá dúvida em julgar que a sentença é falsa.

Assim, as crianças do experimento de Chien & Wexler (1990) podem ter julgado as sentenças com DP como *Mama Bear is touching her* como verdadeiras mesmo tendo a leitura do pronome como exofórico. Como o fato de Mama Bear não ter tocado Goldilocks não foi falseado em nenhum momento, as crianças podem ter dito que a sentença é verdade porque Mama Bear pode ter tocado Goldilocks em algum momento, não ilustrado na figura. Ou seja, a ausência da *plausible dissent* faz com que a criança não tenha razões suficientes para negar essa leitura. A ausência de *plausible dissent*, contudo, pode não ter tido influência nas sentenças com QP pelo fato já apontado: a personagem Goldilocks era fortemente saliente em relação aos demais referentes possíveis para o pronome.

Em resumo, Chien & Wexler (1990) realizaram uma pesquisa que se tornou notória para os estudos em aquisição da linguagem. Os resultados davam suporte à proposta de Reinhart (1983a) de que a Teoria da Ligação se restringe aos casos de variável ligada, sendo a correferência controlada por outro módulo da gramática. No entanto, como vimos, o experimento dos autores, bem como a análise dos resultados, apresentava problemas em sua formulação.

### **2.2.2 Thornton & Wexler (1999)**

Thornton & Wexler (1999) testaram 19 crianças adquirindo inglês como língua materna. Foi utilizada a TJJV como método. Os autores investigaram a interpretação de pronomes tanto em sentenças matrizes como sentenças envolvendo elipse de VP.

Os autores replicaram os resultados de Chien & Wexler (1990), identificando uma taxa de aceitabilidade da correferência de um pronome ao antecedente local em 58% das vezes em DPs e em apenas 8% das vezes em QPs. Em outras palavras, Thornton & Wexler (1999) encontraram a mesma assimetria quantificacional que Chien & Wexler (1990) identificaram no seu experimento.

Thornton & Wexler (1999) analisam casos de correferência local que são permitidas por falantes nativos adultos de inglês como envolvendo diferentes *guises* do mesmo indivíduo (conforme Heim, 1998). Nesses casos, o princípio B não opera. Os autores, de modo similar a Chien & Wexler (1990), argumentam que o conhecimento pragmático da criança é incompleto, de modo que elas acabam atribuindo *guises* diferentes ao mesmo indivíduo diante de qualquer situação pragmática. No entanto, diferentemente de Chien & Wexler (1990), Thornton & Wexler (1999) não atribuem essa dificuldade à ausência do chamado princípio P, mas sim, à ausência de conhecimento de mundo real.

Thornton & Wexler (1999) assumem que adultos podem aceitar a correferência local de um pronome em sentenças cuja reflexividade parece ser, de certo modo, inesperada. Tais casos são nomeados por Heim (1998) como *run-of-the-mill* e são acompanhados por acento no pronome. O exemplo em (12), com ênfase no pronome, pode expressar que Mama Bear lavou a si mesma, e não a outra pessoa, ao contrário do que seria esperado.

(12) Mama Bear<sub>i</sub> washed HER<sub>i</sub>.

Thornton & Wexler (1999) argumentam que as crianças não têm conhecimento de mundo suficiente para saber se lavar a si mesmo seria uma ação comum entre ursos,

de modo que elas acabariam aceitando a correferência do pronome por acabar julgando que este deve ser um comportamento inesperado (p. 98). Entretanto, como argumentado por Grolla (2005: 38), crianças podem não saber que esse seria um comportamento comum entre ursos de verdade, mas elas certamente assistem desenhos, leem livros e escutam histórias em que ursos (e outros animais) aparecem fazendo as mesmas coisas que humanos fazem. Portanto, não é claro se as crianças podem ter o tipo de dificuldade que os autores sugerem.

Para os autores, as crianças não saberiam também que a correferência deve estar acompanhada de ênfase no pronome, como em (12). Essa razão, somada à descrita no parágrafo interior, fariam com que Thornton & Wexler (1999) chegassem à conclusão de que crianças permitem a correferência local de um pronome devido ao seu conhecimento de mundo limitado. Mas, como assinalado por Atkinson (2002), é problemático assumir que crianças aceitam a correferência local do pronome por não saberem que o pronome precisa ser pronunciado com ênfase nesses contextos. Supondo que haja um momento em que a criança se dá conta de que o acento é fundamental para que a correferência seja permitida, isso não necessariamente a leva a saber que a falta de acento é *incompatível* com a leitura correferencial. Ou seja, para chegar a um estágio final, em que a criança recusaria sentenças como (12) sem o acento, seria necessário a presença da evidência negativa, que a informasse que é impossível a correferência local do pronome *sem* a presença do acento.

Além dos problemas teóricos apontados acima na proposta de Thornton & Wexler (1999), o experimento dos autores apresentam também sérias falhas experimentais, conforme Conroy et alii (2009) descrevem com detalhes.

Abaixo, temos uma das histórias utilizadas no experimento de Thornton & Wexler (1999: 142), com as sentenças-teste correspondentes. Vejamos a história para

em seguida melhor ilustrarmos os problemas metodológicos apontados por Conroy et alii (2009):

(13) Bert and three reindeer friends have a snowball fight, and they all get covered in snow. When they go inside, Bert is shivering, so he asks the reindeer to brush the snow off him. Two of the reindeer (separately) refuse, saying they have too much snow to deal with, and they brush themselves. The third reindeer helps Bert a little bit, but then brushes the snow off himself. Bert thanks the helpful reindeer for starting to brush him. He says he's sorry he can't reciprocate by helping brush the reindeer; he needs to finish brushing all the snow off himself because he's still very cold.

(14) I think Bert brushed him. (DP)

(15) I think every reindeer brushed him. (QP)

Conroy et alii (2009) argumentam que a assimetria quantificacional observada nos resultados de Thornton & Wexler (1999) pode ser derivada de uma assimetria existente entre as próprias sentenças-teste com DP e QP. Vemos que na sentença com QP, o referente dêitico de *him* seria Bert, que claramente é a personagem principal da história. Em contraste, o antecedente para a sentença em DP seria a terceira rena, da qual Bert quase ajuda a remover a neve. Como podemos observar em (13), a terceira rena é bem menos proeminente na história do que Bert, pois ela não possui sequer um nome e não se diferencia das demais renas. Conroy et alii (2009) argumentam que as crianças teriam aceitado a leitura anafórica do pronome na condição DP devido à falta

de saliência do referente dêitico do pronome — o referente anafórico, *Bert*, por outro lado, estaria bastante saliente. Com sentenças com QP, as crianças não teriam apresentado o mesmo problema, já que a leitura dêitica do pronome corresponde a *Bert*.

O experimento de Thornton & Wexler (1999) também apresenta uma falha relacionada ao modo como a sentença-teste se associa ao tema central da história (no caso do exemplo em (13), o tema da história seria “quem vai tirar a neve de Bert?”), o que pode ter também corroborado com a assimetria quantificacional encontrada pelos autores. Conforme assinalam Conroy et alii (2009), a interpretação dêitica da sentença (14), com antecedente DP, corresponde à proposição de que Bert tirou a neve da terceira rena, uma possibilidade que Bert menciona muito brevemente e que não está diretamente relacionada ao tema da história. A falta de relação que essa proposição tem com o tema central da história, pode ter feito com que as crianças tenham tido dificuldade em acessar a leitura dêitica do pronome, e preferido a anafórica, que expressa o tema central da história (Bert tirou a neve de si mesmo).

Além disso, adiciono a observação de que não fica claro no experimento de Thornton & Wexler (1999) se eles utilizaram algum *lead-in* (uma breve introdução, entre a história e a sentença-teste, que mencione os dois referentes possíveis para o pronome, isto é, o exofórico e o anafórico) antes de fornecer a sentença-teste. Os autores reconhecem a importância de que exista uma sentença que tenha a função de estabelecer os dois referentes possíveis para o pronome antes da sentença-teste, e que a menção durante a história das personagens relevantes não seria o suficiente para que a criança escolha o antecedente apropriado para o pronome, como vemos no trecho abaixo (p. 56):

“[...] the test sentences should be preceded by an appropriate *linguistic* antecedent for the pronoun. It is not enough, in Grimshaw and Rosen’s view, for the referent of the pronoun to have been mentioned in a story or discourse. Rather, it must be prominent in the sentence preceding the test sentence. If this requirement is not satisfied, they claim, children will not know that to do and may assume that the referent for the pronoun is the nearest NP. [...] We agree with Grimshaw and Rosen that test sentences should be presented following in appropriate linguistic antecedent.”

No entanto, em nenhum momento, Thornton & Wexler (1999) apresentam um *lead-in* que teria sido utilizado no experimento elaborado por eles. Ficamos sem ter certeza, portanto, se os autores utilizaram um *lead-in* ou não, e se utilizaram, como ele foi empregado. Pela transcrição do diálogo entre o fantoche (chamado *Kermit*) e as crianças, que os autores realizaram em alguns casos, não vemos a presença de um *lead-in* que procure estabelecer as duas referências possíveis para o pronome *him*, como podemos observar no exemplo abaixo (p. 171):

(16) *Kermit*: I know what happened. Every reindeer brushed him.

*Child*: No.

Conroy et alii (2009) assumem que o *lead-in* utilizado por Thornton & Wexler (1999) seria algo como (17). Ao que me parece, é possível que Conroy et alii (2009) também não saibam exatamente como Thornton & Wexler (1999) procederam durante a

menção da sentença-teste, mas tenham apenas suposto que teria sido de modo similar a (17)<sup>8</sup>:

(17) It was a story about reindeer and Bert. I think *Bert brushed him*. (DP)

It was a story about reindeer and Bert. I think *Every reindeer brushed him* (QP).

Se Thornton & Wexler (1999) de fato procederam de modo semelhante ao exemplo em (17), o *lead-in* utilizado pelos autores também pode ter corroborado para que as crianças aceitassem a ligação local de *him* ao DP, mas não ao QP. Em (17), a sentença com antecedente DP teria como referente dêitico a terceira rena, que não é mencionada individualmente no *lead-in* “It was a story about reindeer and Bert”. Por outro lado, o referente dêitico para a sentença com QP, Bert, é mencionado no *lead-in*. Portanto, se o *lead-in* de Thornton & Wexler (1999) de fato seguiu o formato acima, as crianças teriam ficado sem opção de leitura exofórica para o pronome nas sentenças com antecedente DP, tendo sido obrigadas a aceitar a leitura anafórica do pronome.

Em resumo, Thornton & Wexler (1999) replicaram a assimetria quantificacional encontrada por Chien & Wexler (1990), utilizando outra metodologia, a saber, a TJVV. Em um primeiro momento, tais resultados replicados em diferentes metodologias pareciam dar força à hipótese de que as crianças teriam dificuldade com a correferência de pronomes, mas não com a ligação, já que em ambos os estudos elas recusaram o vínculo local do pronome diante de antecedentes QPs, mas não em antecedentes DPs.

---

<sup>8</sup> Essa incerteza em relação ao procedimento utilizado no experimento de Thornton & Wexler parece ser expressa na seguinte nota de rodapé de Conroy et alii (2009: 467: nota 8): “As in [our] Experiments 1 and 2, the lead-in sentences first mentioned the group containing the appropriate (deictic) antecedent and then the group containing the inappropriate (anaphoric) antecedent before presenting the test sentence. However, the exact format of the lead-in sentences was changed in order to match *our understanding of Thornton and Wexler’s procedure*.” (grifo meu). O uso da expressão “our understanding of Thornton and Wexler’s procedure”, somado ao fato de que no texto de Thornton & Wexler (1999) faltam informações a respeito do *lead-in* utilizado, parece indicar que Conroy et alii apenas estimaram a maneira como esse *lead-in* seria.



Entretanto, como vimos em nossa revisão, o estudo de Thornton & Wexler (1999) apresentava inúmeras falhas experimentais que podem ter levado a uma falsa aparência de uma assimetria quantificacional nos dados.

### **2.2.3 Conroy, Takahashi, Lidz & Phillips (2009)**

Conroy et alii (2009) realizaram três experimentos com crianças adquirindo o inglês como língua materna, empregando a TJJV como método. O Experimento I tinha o objetivo de verificar se a assimetria quantificacional e o aparente atraso no domínio da correferência de pronomes seriam replicados uma vez efetuadas correções de falhas encontradas em experimentos anteriores. O Experimento II, por seu lado, tinha como fim testar se a leitura anafórica do pronome, quando gramatical, era aceita pelas crianças e se essa leitura estava suficientemente proeminente nas histórias utilizadas no Experimento I. Por fim, no Experimento III, os autores modificaram as histórias utilizadas no Experimento I, tornando-as semelhantes às histórias utilizadas por Thornton & Wexler (1999). Ao reintroduzir falhas experimentais, os autores tinham como objetivo testar se eram mesmo essas falhas as responsáveis pelos resultados reportados em Thornton & Wexler (1999) e em outros estudos clássicos de aquisição de pronomes.

No Experimento I, foram testadas 16 crianças entre 4;0 e 5;6 anos de idade (média: 4;6 anos de idade) e 16 adultos. Para melhor compreendermos como Conroy et alii (2009) aprimoraram a metodologia utilizada no teste de pronomes, em relação a estudos anteriores, vejamos uma das histórias utilizadas neste experimento:

(18) *The Painting Story*

Characters: Hiking Smurf, Tennis Smurf, Papa Smurf  
[collectively Smurfs]

Grumpy, Dopey, Happy [collectively dwarves]

Papa Smurf announces that Snow White is going to have a party, and that she is going to have a painting contest. Papa Smurf declares that he is going to be the judge. Each of the dwarves shows and discusses the color of paint that he is going to use to get painted, as does Tennis Smurf. However, Hiking Smurf does not have any paint, and he

wonders whether one of the other characters will be willing to share. He first approaches Happy, who says that he would be glad to help out if any paint remains after he is painted. Fortunately, when Happy is finished some paint remains, and so he paints Hiking Smurf. Hiking Smurf, however, is not yet satisfied, so he approaches Dopey with a similar request, which is similarly successful. Then Grumpy, who is in such a bad mood that he doesn't even want to go to the party, declares that he doesn't need to get painted. The other dwarves really want him to go, and Grumpy agrees to get painted, using all of his paint in the process. After Grumpy is painted, Hiking Smurf approaches him and asks for some paint. Grumpy politely apologizes that he would like to help but cannot, because he has used up all of his paint. Hiking Smurf realizes that his best remaining chance is to ask Tennis Smurf for some extra paint,

and Tennis Smurf obliges when he is asked. Finally, everybody is ready for Snow White's party.

*Referential lead-in:* OK, this was a story about painting. Hiking Smurf didn't have any paint, and Grumpy almost didn't go to the party. Let me see . . . I think . . .

*Quantificational lead-in:* OK, this was a story about painting. Hiking Smurf didn't have any paint, and all the dwarves looked great. Let me see . . . I think . . .

(19) Grumpy painted him. (DP)

(20) Every dwarf painted him. (QP)

Ao observarmos a história acima e as sentenças-teste (19) e (20), vemos que há igual acessibilidade do antecedente exofórico e anafórico. Para ambas as sentenças, o referente exofórico para o pronome é *Hiking Smurf*. Esse referente está, sem dúvida, saliente, já que se associa ao tema central da história: quem irá ajudar Hiking Smurf a se pintar para a festa da Branca de Neve. Diferentemente do que vimos nas sentenças-teste de Thornton & Wexler (1999) (ver (14) e (15)), no Experimento I de Conroy et alii (2009) a leitura exofórica do pronome está associada ao mesmo antecedente tanto na condição DP como na condição QP.

Vemos também que, no exemplo (18), o evento que corresponde à leitura dêitica de ambas as sentenças é relevante para a história. A proposição associada à leitura dêitica do pronome na sentença com DP é de que 'Os anões pintaram o Hiking Smurf' e a proposição associada à leitura dêitica para a sentença com QP é de que 'Grumpy pintou o Hiking Smurf'. Ambas as proposições são relevantes na história, na medida em que toda narrativa gira em torno da tentativa de Hiking Smurf de obter ajuda dos anões.

Como podemos ver em (18), as duas sentenças-teste possuem um *lead-in* que estabelece quais são os dois referentes possíveis para o pronome antes da menção da sentença-teste. Ao contrário do que ocorre no suposto *lead-in* utilizado por Thornton & Wexler (1999) (ver (17)), ocorre menção dos antecedentes exofóricos e anafóricos correspondentes tanto nas condições DP e QP.

Vemos também em (18) que as personagens do experimento de Conroy et alii (2009) apresentavam nomes próprios, para evitar que uma personagem se tornasse mais saliente que outra devido à presença ou ausência de nome. No experimento de Thornton & Wexler (1999), por outro lado, o grupo de renas era apresentado como um todo, sem a presença de nomes que individualizassem cada rena. A única personagem nomeada era Bert.

Os resultados desse experimento mostraram que os adultos aceitaram o vínculo local do pronome em apenas 5% das vezes quando o antecedente era um DP e em 3% das vezes quando era o QP. As crianças aceitaram a leitura localmente ligada do pronome quando o antecedente era um QP em 14% das vezes e em 11% das vezes quando era um DP. Os autores mostram que não há diferença estatisticamente significativa entre condições, para os dois grupos, e que também não houve diferença entre o comportamento de adultos e crianças. A conclusão dos autores é de que com uma metodologia cuidadosa, as crianças não aceitam a correferência local do pronome e também não exibem assimetria quantitativa.

No Experimento II, foram utilizadas histórias e sentenças similares ao primeiro experimento. A diferença é que, nesse experimento, foram testadas sentenças como ‘Grumpy painted his costumes’ ou ‘Every dwarf painted his costumes’, em que a leitura

localmente ligada do pronome era gramatical. Nesse experimento, foram testadas 16 crianças entre 4;0 a 5;4 anos de idade (média: 4;6 anos)<sup>9</sup> e 16 adultos.

Os resultados do Experimento II mostram que crianças aceitam a leitura localmente ligada do pronome quando ela é gramatical: elas aceitaram a leitura anafórica do pronome em 80% das vezes quando o antecedente era um DP, e em 73% das vezes quando o antecedente era um QP, sendo a diferença entre condições não significativa estatisticamente. A comparação com o grupo de controle também mostrou que o desempenho das crianças foi similar ao dos adultos. Com esses resultados, Conroy et alii (2009) concluem que as crianças recusaram a leitura localmente ligada do pronome no Experimento I em razão do princípio B, e não porque elas não permitiriam a leitura localmente ligada de pronomes em geral. Além disso, os resultados desse experimento mostraram que o antecedente anafórico para o pronome estava suficientemente saliente nas sentenças-teste do Experimento I, uma vez que o Experimento II, em que as crianças aceitaram a leitura anafórica do pronome, era bastante similar ao primeiro.

Como já dito, o Experimento III de Conroy et alii (2009) procurava reintroduzir falhas experimentais de estudos anteriores com o fim de observar se os fenômenos de aceitabilidade da correferência local do pronome e de assimetria quantificacional seriam replicados. Foram testadas 16 crianças entre 4;1 a 5;2 anos de idade (média: 4;7 anos). Abaixo, temos um exemplo de *lead-in* acompanhado das sentenças-teste utilizado neste experimento:

(21) This was a story about dwarves and Hiking Smurf. I think

*Hiking Smurf painted him.* (DP)

---

<sup>9</sup> Tanto as crianças como os adultos testados no Experimento II foram diferentes daqueles testados no Experimento I. As crianças que participaram do Experimento III também foram outras.

(22) This was a story about dwarves and Hiking Smurf. I think  
*every dwarf painted him.* (QP)

Na história associada às sentenças (21) e (22), os anões não possuíam nomes e a presença deles na história era bem menos saliente do a que Hiking Smurf. Para a sentença em (21), a leitura exofórica do pronome corresponde àquela em que o Hiking Smurf pintou o terceiro anão. Vemos que, no *lead-in*, não há menção do terceiro anão. Por outro lado, a sentença com antecedente QP teria como referente exofórico para o pronome a personagem Hiking Smurf, que é mencionada no *lead-in*. Só a falta de um antecedente exofórico apropriado no *lead-in* da sentença com DP, em contraste com a sua presença na sentença em QP, já seria uma motivação para as crianças aceitarem a interpretação anafórica do pronome na condição DP, gerando uma aparente assimetria quantificacional.

Outra falha reintroduzida no Experimento III seria a de que Hiking Smurf, a personagem central da história, ocupa papéis diferentes nas duas sentenças. Ele é a referência anafórica da condição DP e é a referência dêitica da condição QP. Portanto, se a criança interpreta *him* como se referindo a Hiking Smurf, ela deve julgar a sentença como verdadeira na condição DP e como falsa na condição QP, levando novamente a uma diferença entre os resultados para cada uma das duas condições.

Outro fator do Experimento III que contribuiria para um *bias* na condição DP para a interpretação anafórica seria o modo como as sentenças-teste se relacionam ao tema central da história. Na condição DP, a interpretação anafórica está associada à proposição de que Hiking Smurf pintou a si mesmo, algo que é claro na história. A interpretação dêitica, por outro lado, se relaciona à proposição de que Hiking Smurf pintou o terceiro anão, o que é mencionado muito brevemente na história do

Experimento III. Como essa proposição é irrelevante na história, as crianças teriam dificuldade para acessá-la nas sentenças com antecedente DP. Na condição QP, por outro lado, a interpretação dêitica está associada à proposição de que todo anão pintou o Hiking Smurf. Essa proposição faz parte do tema central da história, pois Hiking Smurf pede aos anões que o pintem para a festa. A proposição anafórica, de que os anões se pintaram, ao menos indiretamente, também está associada ao tema central da história (os anões não pintaram Hiking Smurf, pois pintaram a si mesmos).

Os resultados mostraram que, reintroduzidas as falhas experimentais de estudos clássicos sobre aquisição de pronome, as crianças exibem uma aceitabilidade da sua correferência local, juntamente com uma assimetria quantificacional. As crianças testadas no Experimento III aceitaram o vínculo local do pronome em 56% das vezes quando o antecedente era um DP e em 16% das vezes quando era um QP, sendo a diferença encontrada entre as condições estatisticamente significativa.

Como vimos, o Experimento I e o Experimento III de Conroy et alii (2009) se diferem em muitos pontos distintos: no último, são reintroduzidas diversas falhas metodológicas de experimentos clássicos sobre aquisição de pronomes, e não apenas uma: há diferença entre o *lead-in* utilizado em cada experimento, entre a acessibilidade dos referentes no discurso e entre a relação que as sentenças-teste estabelecem com o tema central da história. Portanto, o Experimento III não pode nos dizer a causa exata da diferença nos resultados. No entanto, ele não deixa de servir como um teste sobre como o contexto influencia a interpretação de pronomes.

## 2.3 Conclusão

Na primeira parte deste capítulo (seção 2.1), revisei alguns estudos sobre a interpretação de pronomes em posição de objeto direto no PB adulto. Vimos que a proposta de que o *ele*, uma forma tradicionalmente chamada de pronome, poderia aparecer vinculado a um antecedente local originou-se nos anos 80, com a discussão por parte de Lemle (1985) e Galves (1986) dos dados apresentados na tese de Samuel Moreira da Silva (1984).

Galves (1986) propõe que o *ele* não pode aparecer localmente ligado a um QP, mas pode ter uma leitura correferencial com o antecedente local. Isso seria possível, porque, ao contrário de línguas como o inglês, o PB seria uma língua “de tópico”, ou voltada para o discurso. A ideia da autora seria de que a operação de correferência local de um pronome, normalmente impossível sem a presença de uma situação pragmática especial, seria possível no PB quando o antecedente e o pronome apontam para o mesmo tópico discursivo.

No entanto, o *status* do *ele* permanece incerto, uma vez que não foi realizado um estudo sistemático: não se sabe se o vínculo local do *ele* é de fato aceito por falantes, se há diferença entre essa aceitabilidade a depender do tipo de antecedente (DP ou QP) e se há diferenças dialetais.

Na segunda seção (2.2) deste capítulo, revisei três estudos sobre a aquisição de pronomes, a saber, Chien & Wexler (1990), Thornton & Wexler (1999) e Conroy et alii (2009). Os dois primeiros estudos se tornaram representativos do comportamento em que crianças exibem aceitabilidade da leitura localmente ligada de pronomes em antecedentes não quantificacionais, mas não quando o antecedente é referencial. Contudo, os experimentos conduzidos por Conroy et alii (2009) mostram que, sob uma



metodologia cuidadosa, as crianças recusam o vínculo local de pronomes tanto quando o antecedente é um DP como quando é um QP.

No próximo capítulo, irei apresentar as minhas hipóteses quanto ao *status* do *ele*, bem como minha predição sobre como se dá a aquisição da forma. Baseando-me, em um primeiro momento, em meus próprios julgamentos, irei propor que o *ele* não pode aparecer localmente ligado quando é objeto direto de um verbo no PB adulto.

No capítulo seguinte, irei também discorrer sobre a hipótese de que a ligação local da forma *lui* do francês só seria possível porque a forma ocorre apenas dentro de PPs e não como objeto direto de um verbo (no segundo contexto, seria necessário o uso do clítico no lugar de *lui*). Dentro dessa perspectiva, irei me perguntar se a ligação local do *ele* não seria também possível quando o pronome se encontra dentro de PPs. Irei me perguntar também se a aceitabilidade da ligação local do *ele* seria, tal como propõe Zribi-Hertz para o *lui*, sujeita à natureza semântico-pragmática do predicado, de reflexividade provável ou improvável. A minha hipótese será a de *ele* e *lui* seriam formas análogas, cuja aceitabilidade da ligação local depende tanto da natureza do predicado como da presença de uma preposição.

Irei propor uma análise para essa possível distribuição das formas *ele* e *lui*, baseando-me em Hornstein (2001). Em seguida, farei a minha predição quanto à aquisição do *ele*. Todas as hipóteses expostas no próximo capítulo serão testadas no capítulo 4.

## Capítulo 3 – Distribuição e análise do *ele*

Na primeira parte do capítulo anterior, discuti alguns estudos que lidaram com o *status* da forma *ele* no PB adulto. Como vimos, é possível que o vínculo do *ele* a um antecedente local seja possível no PB, entretanto, a revisão desses estudos nos mostrou que não se sabe se essa aceitabilidade é sujeita a variação dialetal (conforme sugere Lemle (1985)) ou se há diferença dessa aceitabilidade a depender do fato de o antecedente ser quantificado ou não (como sugere Galves (1985)). Esses estudos não nos trazem evidências conclusivas sobre a distribuição do *ele*, dada a falta de uma análise sistemática.

Início este capítulo (seção 3.1) fornecendo os meus próprios julgamentos a algumas sentenças com *ele* em posição de objeto. Sou falante nativa de PB e o meu dialeto é o paulistano. A partir desses julgamentos, farei predições a respeito do *status* da forma *ele*. Na seção seguinte (3.2), observo semelhanças que há entre a distribuição do *ele* e a distribuição da forma *lui* do francês. Na seção 3.3, proponho uma análise unificada para essas duas formas, baseando-me em Hornstein (2001). Também faço uma análise dos verbos considerados de reflexividade provável e improvável, que influenciariam na aceitabilidade da ligação local do *ele* em contextos preposicionais, baseando-me em Reinhart (2002), Reinhart & Siloni (2005) e Lemmen (2005). Na seção 3.4, realizo a minha predição de como a forma *ele* seria interpretada por falantes nativos adultos de PB e por crianças adquirindo essa língua. Na seção 3.5, concluo este capítulo. Todas as hipóteses apresentadas aqui foram testadas na pesquisa experimental cujos resultados apresento no capítulo 4.

### 3.1 Distribuição da forma *ele*

Em posição de objeto direto de um verbo, o vínculo da proforma *ele* a um antecedente local me parece ser inaceitável, tanto quando o antecedente é um DP como quando é um QP:

(1a) \* O menino<sub>i</sub> coçou ele<sub>i</sub>.

(1b) \*Cada menino<sub>i</sub> coçou ele<sub>i</sub>.

É possível que no dialeto mineiro, interpretações do *ele* como (1a) sejam de fato aceitas. Para confirmarmos esse fato, seria necessário realizar um estudo apenas com falantes do dialeto mineiro. Se Galves (1986) estiver correta em sua análise de que somente a leitura correferencial do *ele* seria possível, sentenças como (1b) não seriam aceitas no dialeto mineiro.

No entanto, observo que quando o *ele* se encontra dentro de PPs, sua leitura vinculada a um antecedente local me parece aceitável, tanto quando o antecedente é um QP quanto como é um antecedente DP:

(3a) O João<sub>i</sub> falou dele<sub>i</sub>.

(3b) Cada menino<sub>i</sub> falou dele<sub>i</sub>.

(4a) O João<sub>i</sub> pensou nele<sub>i</sub>.

(4b) Cada menino<sub>i</sub> pensou nele<sub>i</sub>.

Essa aceitabilidade do vínculo local do *ele* dentro de PPs, entretanto, parece variar conforme o tipo de predicado. Enquanto as sentenças em (3) e (4) com a interpretação anafórica do *ele* me parecem aceitáveis, as sentenças (5) e (6) são inaceitáveis com essa interpretação, sendo necessária a adjunção de *mesmo*<sup>10</sup> à forma *ele*.

(5a) \*O João<sub>i</sub> conversou com ele<sub>i</sub>.

(5b) \*Cada menino<sub>i</sub> conversou com ele<sub>i</sub>.

(6a) \*O João<sub>i</sub> brigou com ele<sub>i</sub>.

(6b) \*Cada menino<sub>i</sub> brigou com ele<sub>i</sub>.

(7a) O João<sub>i</sub>/cada menino<sub>i</sub> conversou com ele<sub>i</sub> mesmo.

(7b) O João<sub>i</sub>/cada menino<sub>i</sub> brigou com ele<sub>i</sub> mesmo.

Inicialmente, para distinguir os predicados das sentenças (3)-(4) daqueles das sentenças (5)-(6), utilizarei a definição de Zribi-Hertz (1995) de predicado de reflexividade provável e improvável. Na seção 3.4, fornecerei uma definição mais formal para esses dois tipos de predicado, baseando-me nos trabalhos de Reinhart (2002), Reinhart & Siloni (2005) e Lemmen (2005).

---

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre a forma *ele mesmo* no PB adulto, ver Klein, S. (2001). Para estudos em aquisição do *ele mesmo*, ver Caruso (2013), Grolla (2010) e Grolla (2012).

As sentenças em (3) e (4) contêm predicados que podemos classificar como de reflexividade provável, porque podemos imaginar com facilidade as situações em que uma pessoa fala de si mesma ou pensa em si mesma. Isto é, um predicado de reflexividade provável é aquele que expressa uma ação que, pragmaticamente, pode ser facilmente realizada de forma reflexiva. Essa definição, baseada em Zribi-Hertz (1995), é por agora um tanto imprecisa: nem todos os indivíduos podem concordar entre si que uma dada ação é de reflexividade provável ou não, porém, como já dito, essa definição nos será provisória. Por enquanto ela é uma boa aproximação do que chamamos de predicado de reflexividade provável.<sup>11</sup>

As sentenças em (5) e (6), por outro lado, em que a leitura localmente ligada do *ele* é impossível, apresentam predicados de reflexividade improvável, cuja ação expressa parecem depender da interação entre dois indivíduos. Quando pensamos em *conversar* e em *brigar* imaginamos normalmente um ato entre duas pessoas, e não uma ação feita por um indivíduo em si mesmo. As situações em que uma pessoa conversa ou briga consigo mesma são um tanto excêntricas, e por isso dizemos que estes são predicados de reflexividade improvável. Novamente, essa definição é apenas uma aproximação daquilo que será formalizado na seção 3.4.

Essa variação da aceitabilidade da ligação local do *ele*, observada quando a forma se encontra dentro de um PP, não ocorre quando o *ele* é objeto direto de um verbo, uma vez que tanto as sentenças em (1) como a sentença em (8) parecem ser inaceitáveis.

(8) \*O João salvou ele.

---

<sup>11</sup> Menuzzi (1999) fornece as mesmas intuições que Zribi-Hertz (1995) quanto ao que seriam predicados de reflexividade provável e improvável. O autor também fornece uma lista para cada um desses dois tipos de predicados em PB (MENUZZI, 1999: 123).

Pode-se dizer que um verbo como *molhar* pode ser considerado de reflexividade provável, porque não é difícil imaginar a situação em que uma pessoa molha a si mesma. *Salvar*, por sua vez, normalmente pressupõe uma ação entre dois indivíduos, uma pessoa que salva e a outra que estava em perigo, e então pode ser considerado como de reflexividade improvável. No entanto, tanto a sentença (1) como a sentença em (8) são inaceitáveis, demonstrando que a natureza semântico-pragmática do predicado não influencia na possibilidade da ligação local do *ele* quando este é objeto direto de um verbo.

O esquema abaixo resume os julgamentos sobre a distribuição do *ele*:

(9a)  $DP_i/QP_i$   $V_{\text{reflexividade provável}}$  P  $ele_i$ .

(9b)  $*DP_i/QP_i$   $V_{\text{reflexividade provável}}$   $ele_i$ .

(9c)  $*DP_i/QP_i$   $V_{\text{reflexividade improvável}}$  P  $ele_i$ .

(9d)  $*DP_i/QP_i$   $V_{\text{reflexividade improvável}}$   $ele_i$ .

O esquema em (9) mostra que a aceitabilidade da ligação local do *ele* está sujeita a restrições de ordem sintática e de ordem semântico-pragmática. A ligação local do *ele* não é possível quando este é objeto direto de um verbo, independentemente do tipo de predicado ((9b) e (9d)). A leitura localmente ligada do *ele* é possível apenas quando a forma se encontra dentro de PPs e quando o predicado é de reflexividade provável (9a).

Quando o *ele* se encontra dentro de PPs, mas o predicado é de reflexividade improvável (9c), a ligação local da forma não é aceita.

A minha predição, portanto, seria de que falantes nativos adultos de PB não permitiriam o vínculo local do *ele* em sentenças no formato (9b) e (9d), em que o *ele* aparece como objeto direto de um verbo — ao menos, no dialeto paulistano —, mas permitiriam tal vínculo em sentenças no formato (9a). Pode-se prever, também, que exista ao menos uma tendência para se aceitar mais a leitura localmente ligada do *ele* dentro de PPs quando o predicado é de reflexividade provável (9a), do que quando é de reflexividade improvável (9c).

### 3.2 *Ele e lui*

Como vimos no capítulo 2, a aceitabilidade da ligação local da forma *lui* do francês, assim como parece ser o caso do *ele* do PB, está sujeita à natureza semântico-pragmática do predicado. No francês, *lui* pode estar vinculado a um sujeito local quando ocorre em um predicado de reflexividade provável, como ‘parler de’. Dizemos que ‘parler de’ é um predicado de reflexividade provável porque não é incomum a situação em que uma pessoa fala de si mesma. Assim, a sentença (10a) é boa no francês, tanto com a leitura em que *lui* é igual a *Jean*, ou em que ‘lui’ tem leitura exofórica. Mas, a sentença (10b), com a leitura de que *lui* é igual a *Jean* é inaceitável na língua, porque ‘bavarder avec’ (conversar com) é um predicado de reflexividade improvável. Para que uma sentença como (10b) se torne aceitável, é necessária a adjunção de *même*<sup>12</sup>.

(10a) Jean<sub>i</sub> parle de lui<sub>i</sub>.

---

<sup>12</sup> Para uma discussão da forma ‘lui-même’ no francês adulto, ver Zribi-Hertz (1990), (1995), (2008). Para uma análise de como se dá a aquisição da forma, ver Jakubowicz (1994)

‘O João fala dele’

(10b) \*Jean<sub>i</sub> bavarde avec lui<sub>i</sub>.

‘O João conversa com ele’

(10c) Jean<sub>i</sub> bavarde avec lui<sub>i</sub>-même

‘O João conversa com ele mesmo’

Zribi-Hertz (1995) assume que *lui* é uma UBE (*unspecified bindable expression*). Conforme a autora, a distribuição de UBEs não está sujeita a restrições de natureza sintática, mas sim, apenas à natureza semântico-pragmática do predicado, de reflexividade provável ou improvável. O que Zribi-Hertz (1995) propõe, portanto, é a existência de uma quarta categoria referencial: além de anáforas, pronomes e expressões-R, teríamos UBEs.

No entanto, diferentemente do que propõe Zribi-Hertz (1995), podemos pensar que a leitura localmente ligada do *lui* está sujeita não só à natureza semântico-pragmática do predicado, mas também a restrições sintáticas, tal como o *ele*, como concluímos na seção anterior deste capítulo. Devemos notar que a forma *lui* sempre ocorre após preposição. Quando o pronome é antecedido por um verbo, e não por uma preposição, ele é realizado como clítico, cuja interpretação só pode ser exofórica (ZRIBI-HERTZ, 1995), como vemos pelos exemplos abaixo:

(11a) Pierre<sub>i</sub> est fier de lui<sub>i/k</sub>.

‘O Pedro está orgulhoso dele’

(11b) \*Jean lave lui.



‘O João lava ele’

(11c) \*Jean<sub>i</sub> le<sub>i</sub> lave.

(11d) Jean<sub>i</sub> le<sub>k</sub> lave.

‘O João o lava’

Podemos pensar, portanto, que a leitura localmente ligada de *lui* está associada à presença de uma preposição, e não apenas à natureza do predicado. Em outras palavras, conforme essa hipótese, a proposta de Zribi-Hertz (1995) de que o *lui* é uma UBE estaria incorreta: *lui* pode estar localmente ligado não por obedecer apenas a restrições de ordem semântico-pragmática, mas também porque ocorre dentro de PPs.

Infelizmente, não temos como testar essa hipótese no francês, uma vez que para isso seria necessário que *lui* ocorresse como complemento de um verbo — se a leitura localmente ligada de *lui* em tal contexto não fosse possível, então essa leitura estaria associada à presença de uma preposição. Mas, se confirmado que o *ele* pode aparecer ligado localmente apenas dentro de PPs, como sugerem meus julgamentos, podemos propor uma análise unificada, em que o vínculo de *lui* ao seu antecedente local estaria também associado ao ambiente sintático em que a forma se insere. Em outras palavras, *lui* talvez não seja uma UBE, mas um pronome que, por ser utilizado em contexto de preposição, possa aparecer localmente ligado. No entanto, temos ainda de responder por que a ligação local de *ele* e de *lui* seria possível nesse ambiente, e por que a possibilidade dessa leitura está sujeita à natureza semântico-pragmática do predicado. Tentarei responder essas perguntas na seção seguinte, em que irei propor uma análise unificada para lidar com a distribuição das formas *ele* e *lui*.

### 3.3 Análise

Conforme vimos no capítulo 1 desta dissertação, a Teoria da Ligação canônica (CHOMSKY, 1981) não captura de maneira suficiente a distribuição de pronomes. Quanto ao fenômeno que estamos particularmente interessados, ela não é capaz de explicar o comportamento diferente de pronomes dentro de PPs no PB e no francês em relação a outras línguas, como o inglês e o holandês. Como vemos abaixo, no inglês e no holandês, sentenças análogas a (12) e (13) são inaceitáveis (REULAND, 2011: 241), mesmo quando o predicado é de reflexividade provável (14) e (15):

- |      |  |                 |
|------|--|-----------------|
| (12) | Jean <sub>i</sub> parle de lui <sub>i</sub> .      | <i>français</i> |
| (13) | O João <sub>i</sub> fala dele <sub>i</sub> .       | <i>PB</i>       |
| (14) | *John <sub>i</sub> speaks about him <sub>i</sub> . | <i>inglês</i>   |
| (15) | *Jan <sub>i</sub> praat over hem <sub>i</sub> .    | <i>holandês</i> |

Além disso, como também comentado no capítulo 1, a Teoria da Ligação de Chomsky (1981) vale-se de artifícios que já se argumentam como conceptualmente indesejáveis no Minimalismo (CHOMSKY, 1995), como, por exemplo, a noção de regência, e o emprego de índices como meio de caracterizar a noção de ligação. Por esses motivos, irei optar por uma análise não canônica dos dados que nos interessam. Minha proposta é baseada em Hornstein (2001), Reinhart (2002), Reinhart & Siloni (2005) e Lemmen (2005).

### 3.3.1 Pronomes dentro de PPs: diferenças entre línguas<sup>13</sup>

De acordo com Hornstein (2001), podemos eliminar tanto o princípio A como o B da gramática se permitirmos que movimento ocorra para posições temáticas. Em seu sistema, a distribuição de pronomes e anáforas é explicada pela noção de cópia e movimento.

Veamos como Hornstein explica a derivação de uma sentença como (16), em que *himself* aparece obrigatoriamente ligado por *John*.

(16) John<sub>i</sub> likes himself<sub>i</sub>.

Como podemos ver em (17), a derivação ocorre da seguinte maneira: *John* (com caso nominativo) concatena com *self* (um elemento que é inserido na derivação por razões de caso) que possui caso acusativo. O complexo formado é inserido na posição de objeto de *likes*, permitindo que *John* assumo o papel temático interno do verbo. Depois, *John* se move para [Spec, VP], preenchendo o papel temático externo de *likes*. Em seguida, *John* sobe para [Spec, TP] onde checa seu caso nominativo e o traço EPP. Em LF, *self* se move para checar o caso acusativo do verbo.

(17a) [TP John<sub>NOM</sub> T [VP John [likes [[John] self]]]].

(17b) [TP John<sub>NOM</sub> T [self<sub>ACUS</sub> [VP John [likes [[John] self]]]]].

A derivação em (17), contudo, ainda está incompleta. Vemos que há três cópias de *John* e que a anáfora aparece como *Johnself* ao invés de *himself*. Assim, devemos

---

<sup>13</sup> Para outra abordagem sobre pronomes dentro de PPs, ver Menuzzi (1999), que assume os pressupostos de Reinhart & Reuland (1993).

explicar (i) como a segunda cópia é deletada e (ii) como *John* é deletado da cópia mais baixa e o pronome é implementado em seu lugar.

As duas cópias mais baixas de *John* são deletadas por razões de linearidade. A cópia de *John* mais alta, em [Spec, TP] é a única com traço nominativo checado, portanto, ela é mantida e as outras são deletadas.

Agora devemos responder por qual razão temos *John likes himself* ao invés de *John likes self* depois que as duas cópias inferiores são deletadas. Hornstein explica este fato ao assumir que *self* é um elemento que apenas aparece anexado a outro em inglês: ele não pode permanecer sozinho, portanto, *him* é inserido com o fim de fornecer suporte morfológico a *self*.

De acordo com Hornstein, não podemos ter um pronome ao invés de uma anáfora em (16) porque pronomes ligados são *elsewhere elements*, isto é, eles apenas são inseridos na derivação como último recurso. A sentença (16) foi formada por meio do movimento de *John* da posição de objeto direto para posição de sujeito, mas uma sentença com um pronome ligado não seria formada através do mesmo mecanismo. Pronomes ligados são inseridos somente com o fim de reparar derivações não convergentes. Em outras palavras, quando uma anáfora não pode ser formada por meio de movimento (dentro de ilhas, por exemplo), o pronome ligado é inserido na estrutura.

Assumindo a ideia de Hornstein (2001), podemos dizer que a sentença em (18b), com a leitura localmente ligada do pronome, é excluída no PB por causa da derivação em (18a) em que a anáfora *se*, formada via movimento, é possível nesta língua:

(18a) O João se coça.

(18b) \*O João coça ele.

A sentença em (18a) tem a derivação em (19). *Se*, uma forma análoga à *self*, é inserida na estrutura por razões de caso (para checar o caso acusativo do verbo). *O João* preenche o papel temático interno do verbo *coçar* e depois se move para preencher o papel temático externo do mesmo verbo. Posteriormente, *O João* se move para [Spec, TP] para checar caso nominativo e os traços de EPP de T. Diferentemente de *self*, *se* não precisa de suporte morfológico, mas deve se mover de sua posição original por ser um clítico.

(19) [TP O João -NOM T [VP o João [coça [[o João] se]]]]

[TP O João -NOM T [VP ~~o João~~ [coça [[~~o João~~] se]]]]

[TP O João -NOM T [VP ~~o João~~ [se coça [[~~o João~~]]]]

Vejamos agora como podemos seguir esse raciocínio para explicar por que a forma *ele* pode aparecer localmente ligada dentro de PPs. Em primeiro lugar, é importante notarmos que o PB é uma língua que não permite movimento para fora de PPs, como vemos na sentença (20a). Outras línguas, como o inglês, permitem o movimento para fora de PPs, como vemos pela sentença (20b). Assumo, portanto, que um parâmetro regularia se uma língua permite tal movimento ou não.

(20a) \*O menino que eu conversei com\_\_.

(20b) The boy that I talked with\_\_.

Como não há movimento para fora de PPs no PB, o pronome tem de ser inserido em uma sentença como *o João fala dele*. Outra razão para a derivação via movimento ser impossível em contexto preposicional seria o fato de *se* não poder aparecer dentro de PPs. Neste ambiente, podemos ter a forma *si* checando caso oblíquo, como vemos na sentença (21b):

(21a) \*O João fala de se.

(21b) #O João fala de si.

(21c) O João fala dele.

Entretanto, hoje em dia no Brasil, a forma *si* não é geralmente utilizada na língua falada, sendo associada a uma norma muito formal. Então, ao contrário de *se*, *si* não entra em competição com a forma ligada de *ele*. Em outras palavras, a sentença (21c) é possível em PB com a leitura localmente ligada do *ele*, porque (21a) é uma derivação impossível (*se* não checa caso oblíquo) e (21b) é bastante incomum. *Ele* é, portanto, inserido na derivação como um pronome ligado, como último recurso.

A derivação da sentença (21c) ocorreria dentro dos seguintes passos: primeiro, *João* tentaria se mover da posição de objeto direto para a posição de [Spec, VP], no entanto, esse movimento não ocorreria, porque o PB é uma língua que não permite movimento para fora de PPs. Além disso, nenhuma anáfora está disponível para checar caso oblíquo, de modo que a derivação via movimento não converge. O pronome ligado *ele* é então inserido, com a única maneira de derivar a sentença.

Podemos adotar uma análise análoga para *lui*. No francês, também não é possível movimento para fora de PPs. Além disso, a anáfora *se* francesa, tal como *se* do PB, não é possível dentro de PPs. Ao invés de *se*, temos *soi* como uma anáfora que pode aparecer em contextos preposicionais. Contudo, de acordo com Zribi-Hertz (2008), para muitos falantes de francês nos dias de hoje, *soi* pode apenas estar ligado por *on* ou por PRO arbitrário. Assim, *lui* ligado é inserido como último recurso:

(22a) \*Jean parle de se.

(22b) #Jean parle de soi.<sup>14</sup>

(22c) Jean parle de lui.

‘O João fala dele’

A derivação de uma sentença com predicado de reflexividade improvável seria similar a (21) e (22), como vemos em (23) e (24). Mas seria necessário adicionar o morfema *mesmo* (PB) e *même* (francês) à estrutura em PF, devido à necessidade de assinalar o status marcado da leitura reflexiva nesse contexto. A leitura reflexiva do pronome não é esperada, porque o predicado é de reflexividade improvável (a leitura dêitica do pronome seria muito mais natural). Então, *mesmo* e *même*, em predicados de reflexividade improvável, atuam como elementos cuja função é marcar que, embora a leitura reflexiva seja inesperada, é na realidade esta a interpretação intencionada.

---

<sup>14</sup> O símbolo ‘#’ é usado para indicar estruturas não atestadas.

(23a) \*O João conversou com se.

(23b) #O João conversou consigo.

(23c) \*O João conversou com ele.

(23d) O João conversou com ele mesmo.

(24a) \*Jean bavarde avec si.

(24b) #Jean bavarde avec soi.

(24c) \*Jean bavarde avec lui.

(24d) Jean bavarde avec lui-même.

### 3.3.2 Predicados de reflexividade provável e improvável

Veremos agora se é possível darmos uma definição mais precisa para predicados de reflexividade provável e improvável. Para tal, vou me utilizar da noção de Sistema Temático (Theta System) de Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005).

Conforme Reinhart (2002), o Sistema Temático, responsável por conectar conceitos abstratos à sintaxe, é formado por entradas lexicais, um conjunto de operações nessas entradas e por regras para a concatenação dessas entradas.

As entradas lexicais teriam traços formais que são legíveis tanto para a sintaxe como para a semântica. Assim, segundo o Sistema Temático, todos os papéis temáticos de um núcleo são codificados formalmente por meio de dois traços binários: +/- c



(causa mudança) e +/- m (estado mental). Quando esses traços são combinados, temos oito combinações possíveis, que corresponderiam aproximadamente aos rótulos de papéis temáticos que conhecemos:

(25)	[+ c +m]	<i>agente</i>
	[+c -m]	<i>instrumento</i>
	[-c +m]	<i>experienciador</i>
	[-c -m]	<i>tema</i>
	[+c]	<i>causa</i>
	[-c]	<i>beneficiário/meta</i>
	[-m]	<i>assunto/origem</i>
	[+m]	<i>senciente</i>

Em (25), vemos que alguns traços são totalmente especificados, enquanto outros são não especificados. Por exemplo, [+c] seria não especificado para /m. A não especificação, permite que separemos verbos como *comer* ([+c +m], [-c -m]) de verbos como *quebrar* ([+c], [-c -m])<sup>15</sup>. Nas sentenças abaixo, vemos que *comer* exige um agente, enquanto que *quebrar* não, uma vez que tal verbo pode gerar derivações causativas (26a) e inacusativas (26b):

---

<sup>15</sup> O primeiro conjunto indica o papel temático externo e o segundo conjunto o papel temático interno. Assim, *comer* teria como papel temático externo um agente ([+c +m]) e como papel temático interno um tema ([-c -m]).

(26a) O João quebrou a janela.

(26b) A janela quebrou.

(26c) O João comeu a maçã.

(26d) \*A maçã comeu.

Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005) assumem que há operações que podem ser aplicadas à grade do verbo. Elas são chamadas de operações de valência (*arity operations*). Existiriam três dessas operações: saturação, redução e expansão. Para o meu propósito, apenas a operação de redução seria de interesse (particularmente, a redução do papel temático interno), portanto irei ignorar por aqui as demais operações.

A operação de redução seria responsável por reduzir pelo menos um argumento do verbo. Podemos ter a redução de papel temático externo e de papel temático interno. Quando apenas o papel temático interno é reduzido, temos o processo de reflexivização. A operação de reflexivização pode ser aplicada na sintaxe ou no léxico. O lugar onde essa operação será aplicada é sujeito à variação paramétrica. Em línguas como o inglês e o holandês, a reflexivização se dá no léxico, enquanto que no francês (e possivelmente no PB, como veremos adiante), a reflexivização ocorre na sintaxe. A reflexivização no léxico é definida como em (27):

(27) *Reflexivização no léxico*

- (a) Agrupamento (*Bundling*): A operação (28) se aplica na grade temática do verbo.
- (b) Caso: O traço de caso acusativo do verbo é reduzido.

(28) *Agrupamento*

$[i] [j] \rightarrow [i - j]$ , em que  $i$  é o papel temático externo.

Vemos que a operação de redução do papel temático interno (reflexivização) não elimina o papel temático interno, mas sim, agrupa o papel temático externo com o interno. Ou seja, os dois papéis temáticos distintos são agrupados, de modo a formar um papel temático complexo. Além disso, a operação reduz o caso acusativo. Vejamos, no exemplo abaixo, como funcionaria a reflexivização no léxico:

(29) John shaved.

$\text{shave}_{\text{acus}} [i] [j]$  *entrada do verbo*

$\text{shave}_{\text{acus}} [i - j]$  *agrupamento e redução do caso*

John  $[i - j]$  shaved (reflexivo) *concatenação (merge)*

A reflexivização no léxico é bastante limitada. Conforme Reinhart & Siloni (2005), nem todos os verbos transitivos podem ser reflexivizados lexicalmente, como mostram os exemplos abaixo do inglês:

- (30) a. John loves (\*reflexivo)
- b. John shaves (reflexivo)
- c. John talks (\*reflexivo)
- d. John washes (reflexivo)

Segundo Reinhart & Siloni (2005), os verbos que permitem reflexivização no léxico, chamados de “reflexivos”, correspondem a um subgrupo dos verbos do tipo agentivos que seria aproximadamente o mesmo entre línguas que permitem a reflexivização no léxico. Esse subgrupo, segundo as autoras, seria formado por verbos que denotam atividades que as pessoas tendem a fazer nelas mesmas, mas uma definição precisa de quais verbos são esses não estaria clara (p. 411).

Embora o PB e o francês não sejam línguas de reflexivização no léxico, mas sim, de reflexivização sintática, parece-me que o subgrupo de verbos chamados “reflexivos”, que permitiriam a operação de redução do papel temático interno, corresponde ao mesmo subgrupo de verbos que denominamos como de reflexividade provável, conforme a definição de Zribi-Hertz (1995). No entanto, antes de argumentar em favor dessa hipótese, demonstrarei por que o PB é uma língua de reflexivização sintática e qual seria a caracterização de verbos chamados “reflexivos”.

Em línguas de reflexivização sintática, sentenças como (29) são impossíveis. Não podemos dizer algo como “O João barbeou” intencionando uma interpretação reflexiva no PB. Em línguas marcadas com esse valor do parâmetro, a reflexivização só é possível quando um clítico, ou o seu equivalente, está presente na sentença

(REINHART & SILONI, 2005: 402). A operação de reflexivização sintática é definida em (31) e ocorre como no exemplo em (32) do francês:

(31) *Reflexivização na sintaxe*

(a) Agrupamento: A operação em (28) se aplica ao papel temático não atribuído.

(b) Caso: O caso é reduzido pela morfologia apropriada (como com o clítico *se*).

(32) Jean se lave.

Laver <sub>acus</sub> [ i ] [ j ]	<i>entrada do verbo</i>
Laver <sub>acus</sub> [ i - j ]	<i>agrupamento</i>
laver <sub>aeus</sub> se <sub>aeus</sub> [ i - j ]	<i>caso reduzido com inserção de 'se'</i>
Jean [ i - j ] se lave (reflexivo)	<i>concatenação (merge)</i>

Vemos em (32) que em línguas de reflexivização sintática o caso acusativo não é reduzido quando há o agrupamento. O caso acusativo do verbo é checado apenas quando o clítico é inserido.

Os testes para o diagnóstico de línguas com reflexivização sintática versus línguas de reflexivização lexical fornecidos por Reinhart & Siloni (2005) são quatro. Vejamos cada um deles.

O primeiro teste consiste em verificar se predicados ECM da língua sob investigação podem ser reflexivizados. Se a língua for sintática, ela permitirá a reflexivização desses predicados, caso não seja, não permitirá, como mostra o contraste

entre o húngaro (língua de reflexivização lexical) e o servo-croata ((33a) e (33b) respectivamente) (REINHART & SILONI, 2005: 408). Como vemos em (34), o PB se comporta como o servo-croata, permitindo a reflexivização de um predicado ECM, correspondendo portanto a uma língua de reflexivização sintática.

(33a) \*Okos-nak gondol-kod-t-unk. *Húngaro*

inteligente-DAT achar-REFL-PASS-1PL+INDEF.OBJ.AGR

‘Nós nos achamos inteligentes’

(33b) Peter se smatra pametnim. *Servo-croata*

Pedro se considera inteligente

‘O Pedro se considera inteligente’

(34) O Pedro se considera inteligente. *PB*

O segundo teste consiste em verificar se a língua permite reflexivização nominal. Se a língua permite, ela é classificada como de reflexivização lexical, caso contrário, é classificada como de reflexivização sintática. Considero difícil determinar se o PB permite ou não reflexivização nominal. A ideia é que no inglês, uma sentença como (35) teria *shaver* como um nome derivado do verbo *shave* e que esse nome pode ser interpretado como reflexivo, o que não seria possível, no entanto, em línguas como o francês quando um nome é formado a partir de um verbo (no caso, *habilleur* – ‘alfaiate’ – é formado a partir de *habiller* e não pode ter interpretação reflexiva). Abaixo, a tradução do exemplo do francês parece indicar que o PB se aproxima mais dessa língua do que do inglês:

(35) Peter shaves slowly because he is a precise *shaver*. (reflexivo/outros)

(36) Jean est un excellent *habilleur*. (outros)

‘O João é um excelente alfaiate’

(LEMMEN, 2005: 46-7)

O terceiro teste consiste em verificar se na língua a reflexivização é uma operação produtiva. Como já mencionei, em línguas de reflexivização lexical, poucos verbos permitem a reflexivização via léxico. Não são todos os verbos que permitem essa operação, como vimos em (30) para o inglês e podemos ver em (38) para o russo. No entanto, em línguas de reflexivização sintática, qualquer verbo pode ser reflexivizado. O PB, certamente, é diagnosticado como língua de reflexivização sintática por meio desse teste, como vemos pelas glosas em (37).

(37a) Jean se dessine. *français*

‘O João se desenha’

(37b) Jean s’aime.

‘O João se ama’

(38a) \* c *russo*

Ele ama(-REFL)

‘Ele ama’

(REINHART & SILONI, 2005: 411)

O quarto e último teste proposto pelas autoras é verificar se a língua permite reflexivização envolvendo argumentos dativos. Se a língua for de reflexivização sintática, permitirá essa reflexivização (como vemos em (39), para o francês), mas não permitirá se for de reflexivização lexical (como é o caso do holandês (40)):

(39) Jean s' est acheté une voiture. *français*

João se comprou um carro.

‘João comprou um carro para si mesmo’

(REINHART & SILONI, 2005: 411)

(40) \*Peter koopt zich een auto. *holandês*

Pedro comprou *zich* (dativo) um carro.

‘O Pedro comprou um carro para si mesmo’

(LEMMEN, 2005: 47)

No PB, embora a reflexivização de dativos não seja comum com qualquer verbo — ela não parece ser possível com verbos como *comprar* —, ela pode ocorrer em presença do verbo *dar*, como vemos em (41b):



(41a) ???O Pedro se comprou um carro.

(41b) O Pedro se deu um presente.

Agora que vimos que o PB se comporta como língua de reflexivização sintática, veremos como os verbos chamados “reflexivos” das línguas de reflexivização lexical parecem corresponder aos nossos chamados “verbos de reflexividade provável”.

Lemmen (2005), na tentativa de fornecer uma caracterização mais precisa do subgrupo de verbos que, conforme Reinhart & Siloni (2005), permitiriam a reflexivização lexical, lança a hipótese de que verbos agentivos cuja grade é [+c +m], [-c +m] (como *interrogar*, *comandar* e *humilhar*) não permitiriam a tal reflexivização, devido ao envolvimento mental do papel temático interno, enquanto aqueles verbos cuja grade é [+c +m], [-c -m] (como *comer*, *coçar*, *molhar*) permitiriam. A autora observa que verbos com a grade [+c +m] [-c +m] requerem algum tipo de interação entre os dois papéis temáticos, isto é, uma exigência de que tais papéis sejam representados por duas entidades capazes de interagir (mentalmente envolvidas, portanto), e formariam justamente essa classe de verbos que não permitiria a reflexivização em línguas lexicais.

É necessário maior pesquisa para determinar precisamente a relação entre o que chamamos de predicado de reflexividade provável e os verbos reflexivos. Portanto, irei me limitar a observar que os chamados verbos de reflexividade improvável correspondem aos verbos que não permitem reflexivização lexical.

Lemmen (2005) fornece um meio de testar se o verbo possui papel temático externo [+c +m] e papel temático interno [-c +m]. Vejamos como seriam esses testes:

(42a) Teste para [+c +m], papel temático externo

O verbo é transitivo?	Não	Exclua o verbo
Sim		
O verbo licencia um sujeito animado e um objeto?	Não	Exclua o verbo
Sim		
O verbo licencia <i>causa</i> ?	Não	Exclua o verbo
Sim		
O verbo licencia força natural como papel temático externo	Sim	Exclua o verbo
Não		
<b>Inclua o verbo como [+c +m]</b>		

(42b) Teste para [-c +m], papel temático interno

<b>Considerando verbos cujo papel temático externo é [+c +m]</b>		
O verbo licencia objetos animados e não animados?	Sim	O papel temático interno é [-c-m]
Não		
Uma pessoa pode preencher o papel temático é [-c-m] interno ao estar em coma?	Sim	O papel temático interno
Não		
<b>O papel temático interno é [-c +m]</b>		

Vejam as sentenças em (43), em que o *ele* aparece dentro de PPs, mas a ligação local da forma não é possível, pelo fato de os predicados serem de reflexividade improvável:

(43a) \*O João<sub>i</sub> conversou com ele<sub>i</sub>.

(43b) \*O João<sub>i</sub> brigou com ele<sub>i</sub>.

Realizando os testes descritos em (42) para os verbos *brigar* e *conversar*, notamos o seguinte: o papel temático interno seria de fato classificado como [- c +m], pois tais verbos licenciam objetos animados e ficam sem sentido quando preenchidos por um papel temático que não pode interagir com o papel temático externo (como uma pessoa em coma). Quando conversamos com alguém, pressupomos que o outro esteja escutando, interagindo, caso contrário, o predicado mais apropriado seria *falar de* e não *conversar com*, e o mesmo pode ser dito quanto a *brigar*. Quanto ao papel temático desses dois verbos, aplicando o teste em (42a), vemos que *conversar* e *brigar* são verbos transitivos, que só são possíveis quando o sujeito é animado. Esses verbos também não licenciam força natural como papel temático externo (já que não podemos ter algo como *o vento conversou com o João*). No entanto, saber se esses verbos licenciam causa pode ser um tanto confuso: em *o João conversou com ele* e *o João brigou com ele*, o sujeito não parece causar alguma mudança no argumento interno (diferente de verbos que obviamente licenciam causa, como *comer*), ainda que pareça atuar como agente, já que o sujeito é responsável por produzir o evento da briga ou da conversa.

Predicados que anteriormente classifiquei como de reflexividade provável, como *falar de* e *pensar em*, por outro lado, licenciam objetos inanimados, como vemos nas sentenças abaixo, sendo, portanto [- c -m]:

(44a) O João estava pensando na aula de ontem.

(44b) O João estava falando da casa nova.

Embora Lemmen (2005) lance a hipótese de que a caracterização do papel temático externo de verbos reflexivos e não reflexivos é [+c +m], creio que essa caracterização não é exata. Em primeiro lugar, porque é difícil saber se alguns verbos que podem ser considerados reflexivos/não reflexivos e de reflexividade provável/improvável licenciaram, de fato, causa, como vimos ser o caso de *brigar* e *conversar*. Em segundo lugar, porque para que um verbo seja considerado reflexivo ou de reflexividade provável, na verdade, não é necessário o envolvimento mental do argumento externo. Lemmen (2005) classifica os verbos *wassen* (holandês) e *wash* (inglês), que significam ‘lavar’, como possuindo argumento externo [+c +m], no entanto, no inglês são possíveis sentenças como *the rain washed the street* (‘a chuva lavou a rua’), mostrando que *wash*, e possivelmente *wassen*, não exigem envolvimento mental e animacidade do argumento externo para serem reflexivos.

Por outro lado, parece-me bastante sólida a intuição de que verbos reflexivos e de reflexividade provável têm argumento interno [-c -m] e de que verbos não reflexivos e de reflexividade improvável têm argumento interno [-c +m]. Portanto, irei considerar apenas o argumento interno como relevante para a caracterização formal do que tenho chamado de predicado de reflexividade provável e de reflexividade improvável.

Repito que são necessárias pesquisas futuras para determinar a relação clara entre verbos que chamo aqui de reflexividade provável/improvável e verbos

classificados por Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni como reflexivos/não reflexivos. Além disso, seria desejável observarmos uma lista extensa de verbos classificados como de reflexividade provável e improvável para confirmar, de modo mais robusto, a associação entre esses verbos e aqueles que permitem reflexivização lexical. Por ora, o que realizei por aqui foi apenas uma tentativa inicial de dar uma definição mais precisa das noções de predicado de reflexividade provável e improvável.

### 3.4 Predições sobre a interpretação da forma *ele*

#### 3.4.1 Adultos

No próximo capítulo, irei apresentar evidências experimentais cujo fim será o de confirmar a hipótese de que o *ele*, do PB, só pode aparecer localmente ligado quando está dentro de um PP e o predicado é de reflexividade provável (conforme definido na subseção anterior).

Assim, minha predição é de que, quando falantes nativos adultos de PB forem apresentados a sentenças com o pronome como objeto direto de um verbo, eles recusarão a leitura localmente ligada da proforma, independentemente do tipo de predicado, uma vez que a derivação com *se*, via movimento, seria obrigatória sempre que possível (bloqueando, portanto, a derivação com inserção do pronome).

(45a) \*O João<sub>i</sub> coçou ele<sub>i</sub>. *predicado de reflexividade provável*

(45b) \*O João<sub>i</sub> salvou ele<sub>i</sub>. *predicado de reflexividade improvável*

Em sentenças com PP, uma vez que a alternativa com movimento, utilizando o *si* na checagem de caso oblíquo, não seria utilizada, o *ele* ligado poderia ser inserido na derivação. Em outras palavras, por não haver uma derivação convergente envolvendo movimento, a derivação envolvendo a inserção de ‘*ele*’ seria aceita por falantes nativos adultos de PB. No entanto, prevejo que haja uma diferença significativa entre a taxa de aceitabilidade da ligação local diante de predicados de reflexividade provável e de reflexividade improvável. A tendência será que os falantes não aceitem a leitura localmente ligada do *ele* diante de predicados de reflexividade improvável, se a hipótese de que esta se trata de uma caracterização da grade temática do verbo *for* consistente.

(46a) O João<sub>i</sub> falou dele<sub>i</sub>.

(46b) O João<sub>i</sub> conversou com ele<sub>i</sub>.

Todas essas predições se sustentam apenas ao assumirmos que o experimento utilizado para testar essas sentenças com o *ele* deixará as duas referências possíveis para a forma (a exofórica e a anafórica) igualmente salientes, de modo que o sujeito de pesquisa não tenha outras razões, além do que informa a sua gramática, para privilegiar a leitura dêitica sobre a anafórica, ou vice-versa.

### 3.4.2 Crianças

Como vimos no capítulo 2, Conroy et alii (2009) mostraram que, com uma metodologia cuidadosa, as crianças recusam a ligação local de pronomes do inglês,

assim como adultos, tanto quando o antecedente é um DP como quando é um QP. As sentenças testadas pelos autores de tal estudo continham pronomes em posição de objeto direto de um verbo, como (47):

(47) \*John<sub>i</sub> painted him<sub>i</sub>.

(48) \*O João<sub>i</sub> pintou ele<sub>i</sub>.

Sentenças como (47) são inaceitáveis no inglês pela mesma razão que uma sentença como (48) é inaceitável no PB, como vimos em nossa análise baseada em Hornstein (2001). Isto é, o pronome ligado não pode ser inserido nessas sentenças porque a derivação via movimento, com a inserção da anáfora, é possível. Considerando a existência de um princípio que diz que pronomes ligados só podem ser inseridos como último recurso<sup>16</sup>, a minha previsão é de que crianças adquirindo o PB como língua materna recusarão a ligação local do *ele* em sentenças como (48), se realizado um estudo com o mesmo rigor metodológico de Conroy et alii (2009).

A hipótese nula é de que as crianças adquirindo PB irão recusar a ligação local do *ele* quando este for objeto direto de um verbo independentemente do tipo de predicado, já que assumo a existência de um princípio inato que impõe que a derivação via movimento seja realizada sempre que possível e a derivação com pronome ligado seja efetuada apenas quando o movimento não puder ocorrer.

---

<sup>16</sup> Hornstein (2001) não chega a postular que essa característica de pronomes ligados é um princípio. Talvez não seja necessário dizer que essa formulação se trata de um princípio, pois podemos interpretá-la apenas como uma característica da entrada lexical de pronomes ligados: isto é, pronomes ligados seriam especificados como sendo elementos inseridos como último recurso. No entanto, deixarei essa questão em aberto.

Assumindo que o *se* esteja especificado já no léxico como uma partícula com traço de caso acusativo, e as crianças tenham adquirido os predicados que serão utilizados no experimento, a predição é de que elas não terão dificuldade em permitir a leitura localmente ligada do *ele* quando a forma estiver dentro de um PP. As crianças saberão que é impossível realizar movimento do DP de dentro de PP para a posição de sujeito, já que não haveria um elemento para checar o caso oblíquo da preposição. Mesmo que as crianças das idades a serem testadas não tenham ainda marcado o parâmetro que, no PB, impede o movimento de pronomes para fora de PPs, elas irão aceitar a inserção do pronome, já que não há anáfora disponível na língua para checar o caso oblíquo da preposição.

Será que as crianças em fase aquisição da linguagem serão sensíveis à natureza do predicado, recusando a leitura localmente ligada do *ele* diante de predicados de reflexividade improvável? Se a noção de predicado de reflexividade improvável dependesse apenas na pragmática, sem que nada estivesse especificado na semântica do verbo, seria razoável predizer que as crianças teriam dificuldade em reconhecer qual seria a situação apropriada para o uso do *ele* como localmente ligado, uma vez que a aquisição de aspectos pragmáticos tem sido dita comumente como tardia na literatura sobre aquisição da linguagem (CHEIN & WEXLER, 1990; THORNTON & WEXLER, 1999).

Contudo, como argumentei na seção anterior, é possível que os chamados verbos de reflexividade improvável e provável estejam codificados no léxico com os traços [-c +m] e [-c -m] para o papel temático interno, respectivamente. Assumindo que a criança já tenha o verbo a ser testado no experimento corretamente classificado em seu léxico, ela não terá dificuldade em reconhecer a sua natureza, já que os traços já estariam especificados.



Se assumirmos que a criança inicialmente aceita a ligação local do *ele* diante de predicados de reflexividade provável e improvável (quando o *ele* está dentro de PPs), mesmo diferenciando os dois tipos, nossa proposta apresentaria problemas de aprendizibilidade. Como explicaríamos de que maneira a criança chega ao estágio adulto de não aceitar a ligação local do *ele* diante de predicados de reflexividade improvável, considerando a ausência de evidência negativa? Como não é óbvio o que poderia servir como *trigger* para que a criança passe do estágio em que aceita a ligação local do *ele* diante qualquer tipo de predicado predicados, e passe a recusar diante de predicados de reflexividade improvável, assumirei a hipótese de que as crianças, assim como os adultos, tenderão a recusar a ligação local do *ele* em PPs quando o predicado for de reflexividade improvável, mas o aceitarão mais frequentemente quando o predicado for de reflexividade provável.

### 3.5 Conclusão

Na primeira parte deste capítulo (3.1), com base nos meus julgamentos de sentenças com o *ele* em posição de objeto, fiz algumas predições sobre a distribuição da forma no PB adulto. Concluí que o *ele* pode aparecer localmente ligado apenas quando está dentro de um PP e o predicado é de reflexividade provável. Essas predições foram testadas por meio de testes realizados com 40 falantes nativos adultos de PB. Como veremos no capítulo seguinte, os resultados dos experimentos com adultos corroboram a hipótese de que a distribuição do *ele* seja de fato essa, ao menos no dialeto paulistano.

Na seção 3.2, vimos que o *lui* e o *ele* podem ser analisados da mesma maneira: as duas formas seriam pronomes que podem aparecer localmente ligados quando dentro de PPs, quando os predicados são de reflexividade provável. Na primeira parte da

terceira seção (3.3.1), propus uma análise unificada para *lui* e *ele* baseada em Hornstein (2001). De acordo com essa análise, *ele* e o *lui* são inseridos na estrutura apenas quando a derivação via movimento é impossível. Portanto, o *ele* e o *lui* não podem aparecer localmente ligados quando são o complemento direto de um verbo porque a derivação com a anáfora *se*, formada via movimento, é possível. Por outro lado, em contextos preposicionais, não há uma anáfora disponível no PB falado atual, assim como não há para o francês no contexto em questão; como o *ele* e o *lui* ligados não competem com uma anáfora nesse contexto sintático, tais formas podem ser inseridas na estrutura como último recurso. Mas, em predicados de reflexividade improvável, seria necessário adicionar o morfema *mesmo* a *ele* e *même* a *lui*, com o fim de indicar que a leitura reflexiva do pronome é de fato a intencionada apesar de ser improvável.

Na segunda parte da terceira seção deste capítulo (3.3.2), procurei fornecer uma definição mais precisa do que seria um predicado de reflexividade provável e improvável. Baseando-me nos trabalhos de Reinhart (2002), Reinhart & Siloni (2005) e Lemmen (2005), propus que predicados de reflexividade provável são aqueles que possuem a grade temática [-c -m] para papel temático interno e que predicados de reflexividade improvável seriam aqueles que possuem a grade temática [-c +m] para papel temático interno.

Por fim, na seção (3.4), discorri sobre as minhas previsões quanto à interpretação que falantes nativos adultos de PB teriam para a forma *ele*. Fiz a previsão de que, assumindo condições metodológicas adequadas para um experimento sobre interpretação de pronomes – e assumindo que os meus julgamentos apresentados na primeira seção do capítulo sejam compartilhados pela maioria dos falantes de PB –, sujeitos adultos apenas aceitariam a interpretação do *ele* como localmente ligado quando a forma estivesse dentro de PPs e o predicado fosse de reflexividade provável.

Quanto aos dados de aquisição, minha hipótese é de que crianças se comportarão do mesmo modo que adultos, dadas condições experimentais adequadas.

No capítulo seguinte, discutirei resultados de dois experimentos que realizei com falantes nativos adultos de PB e crianças adquirindo essa língua, cujo objetivo foi testar as hipóteses apresentadas neste capítulo. Os experimentos com adultos confirmam essas hipóteses: os testes mostram que a leitura localmente ligada do *ele* não está restrita apenas à natureza do predicado, mas também à sintaxe. *Ele* pode aparecer localmente ligado apenas quando está dentro de um PP e o predicado é de reflexividade provável. Quando a forma *ele* é objeto direto de um verbo, a leitura localmente ligada não é aceita, independentemente do tipo de predicado.

A partir da observação dos resultados apresentados no próximo capítulo, veremos também que crianças desde as idades mais novas testadas são sensíveis a restrições impostas na interpretação de pronomes. Meus resultados são consistentes com os achados de Conroy et alii (2009), mostrando que, diante de boas condições metodológicas, as crianças em fase de aquisição da linguagem apresentam um comportamento adulto na interpretação de pronome.

## Capítulo 4 – Resultados experimentais

Neste capítulo, irei discutir dois experimentos que conduzi com falantes nativos adultos de PB e crianças adquirindo PB como língua materna. Os experimentos foram elaborados de modo a testar as predições apresentadas no capítulo anterior.

Relembrando, uma das predições era de que os adultos recusariam a ligação local do *ele* quando este fosse objeto direto de um verbo (1), uma vez que nesse contexto sintático a derivação via movimento, com inserção da anáfora *se*, seria possível e, portanto, obrigatória (2).

(1) \*O João<sub>i</sub> coçou ele<sub>i</sub>.

(2) O João se coçou.

Por outro lado, em contextos preposicionais, a ligação local do *ele* seria aceita por adultos (3), uma vez que nesse contexto sintático, o movimento não é possível e a forma ligada não compete com uma anáfora — uma vez que *si*, a anáfora que checaria caso oblíquo, está em desuso no PB falado:

(3) O João<sub>i</sub> falou dele<sub>i</sub>.

(4) #O João falou de si.

No entanto, a aceitabilidade da ligação local do pronome em contextos preposicionais se daria apenas diante de predicados de reflexividade provável. Prevejo

que quando o predicado é de reflexividade improvável, os adultos testados não irão aceitar a ligação local do *ele* em contextos preposicionais (5).

(5) \*O João<sub>i</sub> conversou com ele<sub>i</sub>.

Considerando que adoto uma análise que assume a existência de uma restrição que diz que pronomes ligados são inseridos apenas quando a derivação via movimento não pode ocorrer, a hipótese nula é de que as crianças possuem um conhecimento inato a respeito dessa restrição.

Minha previsão é de que crianças adquirindo PB como língua materna devem rejeitar sentenças como (1), em que o *ele* localmente ligado é objeto direto de um verbo, do mesmo modo que crianças adquirindo inglês rejeitam sentenças equivalentes (CONROY ET ALII, 2009).

Quanto ao comportamento de crianças diante de sentenças com *ele* dentro de PPs, minha previsão é de que elas, assim como os adultos, aceitem a ligação local do *ele*, uma vez que assumo em minha análise que a partícula *se* já estaria especificada no léxico como possuindo caso acusativo. Assumo, portanto, que elas saberiam que não é possível inserir o *se* em contexto de caso oblíquo e efetuar o movimento do sujeito. Na ausência da possibilidade de efetuar a derivação via movimento, o *ele* ligado seria inserido como último recurso.

Vimos também que a previsão é de que as crianças sejam sensíveis à natureza do predicado, recusando a ligação local do *ele* em contextos preposicionais diante de predicados de reflexividade improvável. Essa seria a hipótese nula, uma vez que não há

razão, e nem evidência na literatura, para pensarmos que as crianças seriam diferentes de adultos. Além disso, assumir o contrário nos traria problemas de aprendizibilidade: como a criança aprenderia que *não* deve aceitar a ligação local do pronome em predicados de reflexividade improvável na ausência de evidência negativa?

Este capítulo está dividido da seguinte forma: na seção 4.1 apresento e discuto os resultados do Experimento I, expondo antes os seus objetivos, metodologia, materiais, sujeitos e procedimentos. Na seção 4.2, os resultados do Experimento II são expostos e discutidos, junto também com seus objetivos, metodologia, materiais, sujeitos e procedimentos. Na seção 4.3, faço um resumo dos resultados dos dois experimentos e apresento as conclusões às quais cheguei.

#### **4.1 Experimento I**

O objetivo do Experimento I foi verificar se falantes nativos adultos de PB e crianças adquirindo PB como língua materna recusariam a ligação local do *ele* quando esta forma fosse objeto direto de um verbo. Dessa maneira, seria possível verificar se as hipóteses de Lemle (1985) e de Galves (1986), sobre a aceitabilidade da ligação local do *ele* nesses contextos, são válidas ou não para outro dialeto do PB, que não o mineiro. Era de interesse, sobretudo, testar se haveria aceitabilidade da ligação local da proforma nesse contexto sintático quando o predicado fosse de reflexividade provável, em sentenças como (6). Dessa forma, seria possível verificar se o *ele* se comporta como uma UBE, que, conforme a definição de Zribi-Hertz (1995), pode aparecer localmente ligada não só em contextos preposicionais, mas em qualquer contexto sintático, desde que o predicado seja de reflexividade provável.

(6a) O João coçou ele.

(6b) O João molhou ele.

(6c) O João secou ele.

Caso os falantes aceitassem a ligação local do pronome nas sentenças em (6) e em contextos preposicionais com sentenças de predicado de reflexividade provável, poder-se-ia dizer que o contexto sintático não influencia na aceitabilidade da ligação local do *ele*, mas que apenas a natureza do predicado seria um fator determinante para essa aceitabilidade.

No Experimento I foram testados tanto adultos como crianças. O objetivo dos testes com crianças foi verificar se a interpretação que elas forneceriam a sentenças como o pronome *ele* seriam compatíveis com a análise de que há um princípio que diz que derivações com movimento devem ser efetuadas sempre que possível, e que o pronome ligado deve ser inserido na derivação apenas quando a derivação via movimento for não convergente.

#### **4.1.1 Método**

No Experimento I utilizei a Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV) como método, tal como Conroy et alii (2009). A TJVV é uma técnica experimental que avalia a compreensão de sentenças, utilizada, sobretudo, nos estudos em aquisição de primeira língua. No entanto, como desejávamos comparar as respostas das crianças com as dos adultos testados, foi necessário utilizar o mesmo método para ambos os grupos,

evitando assim que possíveis disparidades entre os resultados fossem atribuídas a particularidades metodológicas.

Na TJVV é necessária a presença de dois experimentadores no momento do teste. Um experimentador deve manipular um fantoche que é apresentado à criança como uma criatura real: ele deve ter um nome, personalidade etc. Outro experimentador deverá contar para a criança e para o fantoche uma história encenada com brinquedos. Antes de iniciar a narrativa, o experimentador que a contará a história explica à criança — utilizando um vocabulário apropriado para a idade dela — que o fantoche tem dificuldade em prestar atenção nas coisas: às vezes ele fica distraído e entende histórias de um modo inapropriado, achando que ocorreram eventos que na verdade não ocorreram. No entanto — deve ressaltar o experimentador —, às vezes o fantoche consegue prestar atenção e entende o que foi dito e encenado na narrativa. Após fornecer essa explicação sobre o caráter do fantoche, o mesmo experimentador deve dizer à criança que contará algumas histórias encenadas com brinquedos e pedir a ela para que o ajude a saber quando o fantoche está prestando atenção. Criança e experimentador então combinam que, após cada uma das narrativas, o fantoche dirá o que ele acha que aconteceu na história. Se o fantoche disser algo correto, que de fato ocorreu na narrativa, a criança deve dizer que o fantoche está certo, indicando que ele prestou atenção na história. Caso ele diga algo que não aconteceu na história, a criança deve dizer que o fantoche está errado, o que indica que ele estava distraído durante a encenação.

Como apontei no capítulo 2, a condição de *plausible dissent* é outro fator essencial da TJVV, e ela deve estar presente em todo experimento que se utilize deste método. Para lembrarmos como a condição de *plausible dissent* atua na TJVV, considere a situação em que um experimentador conta à criança uma história em que há um



cachorro e dois meninos. A história poderia ser contada mencionando apenas que os meninos coçam a si mesmos. Logo depois, o fantoche proferiria a sentença (7):

(7) Os meninos coçaram o cachorro.

Essa história não seria adequada porque os meninos nem sequer pensaram na possibilidade de coçar o cachorro. Nessa situação, quando o experimentador pede para que a criança julgue a sentença proferida pelo fantoche como ‘verdadeira’ ou ‘falsa’, surge um problema. A criança ficará provavelmente confusa sobre como julgar essa sentença, pois ela não é verdadeira e nem falsa: trata-se de algo que não foi considerado na narrativa, que não há como saber se é verdadeiro ou falso. É, portanto, pragmaticamente infeliz proferir a sentença (7) nesse contexto, pois ela não é relevante para o discurso que foi estabelecido. A criança, inclusive, diante da confusão, pode julgar a sentença como verdadeira, pensando que o fantoche esteja dizendo isso porque, em algum momento, os meninos podem ter coçado o cachorro, mesmo que este momento não esteja presente na história. No entanto, adicionando a condição de *plausible dissent*, podemos tornar a sentença (7) relevante à narrativa, e conseqüentemente, fornecer uma razão para que a criança julgue a sentença como falsa. Para adicionar a condição de *plausible dissent* na história em questão, basta fazer com que em algum ponto da narrativa os meninos considerem coçar o cachorro, mas acabem desistindo e cocem a si mesmos. Assim, a criança não terá dúvida da falsidade da sentença (7), uma vez que os meninos iam coçar o cachorro, mas acabaram coçando a si mesmos. Agora há um motivo para que o experimentador pergunte se a sentença (7) é verdadeira ou não, uma vez que foi *quase* verdade que isso aconteceu.

Vou ilustrar a seguir como utilizei a TJJVV para testar a aceitabilidade da ligação local do *ele* quando a forma era o objeto direto de um verbo. Considere, abaixo, uma das histórias utilizadas no Experimento I:

- (8) Os alienígenas Oscar e Beta estavam jogando futebol com o Pluto e com o Pateta. Quando chegou no fim do jogo, o Beta e o Pateta estavam muito sujos de terra. O Beta então pegou um balde com água e molhou todo o seu rosto e sua roupa, para ficar limpo. O Pateta, coitado, como é muito bobinho, não sabia limpar com água a sujeira na sua roupa e no seu rosto. Então, o Pateta pediu ajuda para o Beta:

*Pateta:* “Beta, você pode me ajudar?”

*Beta:* “Estou molhando o meu cabelo que também ficou todo sujo de terra. Mas, se sobrar água, eu molho você.”

Infelizmente, não sobrou água. Então, o alienígena Beta não pôde molhar o Pateta. Aí o Pateta resolveu pedir ajuda para o Oscar.

*Pateta:* “Oscar, você tem água também! Que ótimo! Será que você pode molhar aqui o meu nariz e a minha roupa, para limpar a sujeira?”

*Oscar:* “Claro, Pateta. Eu estou limpinho. Nem vou precisar da água. Posso molhar o seu nariz e a sua roupa.”

Mas, aí, quando o Oscar estava pegando o balde com água, o Pluto subiu em cima do Oscar, com as patas todas sujas. O Oscar ficou furioso!

*Oscar:* “Olha o que você fez, Pluto, você sujou toda a minha roupa, o meu sapato, os meus braços. Tudo! Até as minhas antenas você sujou! Esse cachorro não tem jeito... Desculpa, Pateta, mas agora eu vou ter de usar toda essa água!”

Então o Oscar jogou o balde cheio de água em cima da cabeça, molhando as antenas, o braço, a roupa. O Pateta, coitado, teve de voltar sujo para casa...

### *Fala do Fantoche*

#### **Sentença com antecedente DP**

Hum, acho que entendi! Essa história foi sobre água. O Pateta estava todo sujo e não sabia usar água para limpar a sujeira, e o Oscar tinha um balde com água. Acho que sei o que aconteceu... **O Oscar molhou ele.**

#### **Sentença com antecedente QP**

Hum, acho que entendi! Essa história foi sobre água. O Pateta estava todo sujo e não sabia usar água para limpar a sujeira, e os alienígenas sabiam usar a água. Acho que sei o que aconteceu... **Cada alienígena molhou ele.**

A condição de *plausible dissent* foi satisfeita em (8) e nas demais histórias que utilizei no Experimento I (ver apêndice). Em (8), essa condição foi satisfeita no instante em que cada alienígena, separadamente, considerou molhar o Pateta, mas acabou molhando apenas a si mesmo.

No experimento I, como veremos detalhadamente na sessão ‘materiais’, cada história continha sentenças-teste com antecedentes DPs e com antecedentes QPs. Essas sentenças-teste aparecem em (8) na fala do fantoche, destacadas em negrito, após uma breve introdução (um *lead-in*) em que se procura estabelecer quais são os possíveis referentes para o *ele*. Vemos que as sentenças-teste *O Oscar molhou ele* e *Cada alienígena molhou ele* são falsas na interpretação em que o *ele* possui leitura dêitica, porque na história narrada os alienígenas Oscar e Beta iam molhar o Pateta (referente

exofórico no contexto), mas acabaram molhando apenas a si mesmos. Portanto, se os sujeitos permitissem a leitura localmente ligada do *ele*, eu esperava que respondessem que as sentenças-teste eram verdadeiras, pois na história, é verdade que os alienígenas (o que inclui o Oscar e o Beta) se molharam; no entanto, se esses sujeitos não permitissem a ligação local do *ele*, eu esperava que respondessem que essas mesmas sentenças eram falsas, pois os alienígenas não molharam o Pateta (o referente exofórico disponível).

Como vimos no capítulo 2, ao comentarmos os experimentos de Thornton & Wexler (1999) e de Conroy et alii (2009), a presença do *lead-in* é fundamental em testes sobre interpretação de pronomes. Sem o *lead-in*, os falantes podem aceitar a leitura localmente ligada do pronome mesmo que essa não seja uma opção em suas gramáticas, uma vez que o referente exofórico para o pronome fica distante demais da sentença-teste para ser considerado como interpretação possível para o pronome.

Vemos também em (8) que todos os personagens relevantes para se estabelecer a referência para o *ele* são igualmente salientes: todos têm um nome e atuam ativamente na história.

A interpretação dêitica das sentenças-teste DP e QP de (8) corresponde a proposição de que o Oscar molhou o Pateta e cada alienígena molhou o Pateta, respectivamente, que se associam ao tema central da história que seria “quem irá molhar o Pateta?”. Portanto, os sujeitos não seriam levados a aceitar a leitura anafórica do pronome por falta de relação que a proposição dêitica teria com o tema central da história (esse problema, conforme argumentado por Conroy et alii (2009), teria ocorrido no experimento de Thornton & Wexler (1999)).

O Experimento I também foi pensado de modo a não favorecer uma aparente assimetria quantitativa nos resultados. Conforme veremos detalhadamente na seção

‘materiais’, o experimento continha 8 histórias e para todas elas havia uma sentença-teste com antecedente DP e QP. Tomei o cuidado para que nas duas condições a referência exofórica para o *ele* fosse sempre a mesma. Por exemplo, em (8), tanto para a condição DP como para a condição QP, o *ele* seria interpretado como *Pateta* caso os falantes não aceitassem a leitura anafórica da forma. Desse modo, evitava-se que em uma das condições o referente exofórico estivesse mais saliente do que em outra, o que poderia gerar uma diferença nos resultados entre as duas condições mesmo que os sujeitos não exibissem essa diferença em suas gramáticas.

Como o objetivo do Experimento I era verificar se o *ele* em posição de objeto direto era aceito quando o predicado era de reflexividade provável, não foi controlado com rigor o ambiente sintático das sentenças com predicado de reflexividade improvável: três sentenças com esse tipo de predicado continham PPs e uma não. As sentenças com predicado de reflexividade provável, entretanto, que eram de extrema relevância, tiveram o ambiente sintático controlado: apenas sentenças com *ele* como objeto direto de verbos foram utilizadas.

#### **4.1.2 Materiais**

No Experimento I, as variáveis independentes consideradas foram: ‘tipo de antecedente’, DP ou QP, e ‘tipo de sentença’, com predicado de reflexividade provável ou com predicado de reflexividade improvável. Cruzando-se essas variáveis, obtemos 4 condições (‘tipo de sentença’), contendo quatro sentenças-teste em cada uma delas, totalizando 16 sentenças-teste, como mostra o quadro abaixo. Também foram utilizadas sentenças distratoras (intercaladas aos itens de interesse) e um pré-teste (ver apêndice). As sentenças distratoras tinham tanto a finalidade de fazer com que o sujeito não

notasse a estrutura sob análise, como a finalidade de equilibrar o número de sentenças verdadeiras e falsas.

Tabela 1

<b>Tipo de Sentença</b>	<b>Sentenças</b>
<b>Ligação local em predicado de reflexividade improvável (DP)</b>	A Bela brigou com ela. A Zazá conversou com ela. O Smurf ciclista brincou com ele. O Peri salvou ele.
<b>Ligação local em predicado de reflexividade improvável (QP)</b>	Cada princesa brigou com ela. Cada galinha conversou com ela. Cada Smurf brincou com ele. Cada índio salvou ele.
<b>Ligação local em predicado de reflexividade provável (DP)</b>	O Oscar molhou ele. O Homem Aranha pintou ele. O Dino coçou ele. O vovô Bernardo enxugou ele.
<b>Ligação local em predicado de reflexividade improvável (QP)</b>	Cada alienígena molhou ele. Cada super-herói pintou ele. Cada dinossauro coçou ele. Cada vovô enxugou ele.

O experimento era composto por apenas 8 histórias testando o *ele*, e cada uma delas era acompanhada de uma sentença-teste com antecedente DP e outra com antecedente QP. Por exemplo, para a história 1, tínhamos as sentenças-teste ‘A Bela

brigou com ela’ (DP) e ‘Cada princesa brigou com ela’ (QP). Todos os sujeitos escutaram as 8 histórias, entretanto, montei duas listas (folhas de respostas) diferentes, de tal modo que os sujeitos A, B e C recebiam a sentença-teste com antecedente DP da história 1, os sujeitos D, E e F a sentença-teste com antecedente QP da história 1 e assim por diante, como ilustrado no esquema abaixo (as folhas de respostas utilizadas podem ser visualizadas no apêndice):

- (9) Lista 1: DP<sub>história 1</sub>, QP<sub>história 2</sub>, DP<sub>história 3</sub>, QP<sub>história 4</sub>,...DP<sub>história 8</sub> (Sujeitos A, B, C)  
Lista 2: QP<sub>história 1</sub>, DP<sub>história 2</sub>, QP<sub>história 3</sub>, DP<sub>história 4</sub>,...QP<sub>história 8</sub> (Sujeitos D, E, F)

O procedimento ilustrado em (9), inspirado no *design* do experimento de Conroy et alii (2009), é útil para evitarmos um possível efeito *carry-over*, em que as respostas que um sujeito fornecesse às sentenças com antecedente DP influenciassem as respostas fornecidas às sentenças com antecedentes QP da mesma história, ou vice-versa.

Os predicados de reflexividade provável utilizados no experimento foram: *molhar*, *pintar*, *enxuga* e *coçar*. Todos esses predicados foram assim classificados porque possuem papel temático interno [-c -m], isto é, eles não requerem envolvimento mental do argumento interno. Os predicados de reflexividade improvável utilizados foram: *brigar com*, *conversar com*, *brincar com* e *salvar*, classificados como [-c +m], pelo fato de requererem envolvimento mental do argumento interno, isto é, uma interação desse argumento com o argumento externo.

O quantificador utilizado nas sentenças com QP foi sempre o ‘cada’, como podemos observar na Tabela 1. Nas histórias, os personagens que compunham o QP encenavam ações distributivas, garantindo assim uma interpretação condizente com o caráter distributivo de sintagmas introduzidos por ‘cada’ (NEGRÃO, 2002). Por

exemplo, em (8), os alienígenas, separadamente, consideram molhar o Pateta, e separadamente molham a si mesmos. Assim, a leitura ligada do pronome é verdadeira (dado que cada alienígena, separadamente, se molhou). No entanto, a sentença seria rejeitada por conta do princípio sintático que bloqueia a ligação local de pronomes em PB.

Comumente, os testes sobre interpretação de pronomes com antecedentes QPs no inglês utilizam o quantificador ‘every’, levando ao questionamento do porquê não ter-se usado o quantificador ‘todo’ no presente estudo. Tal uso garantiria uma maior similaridade com os testes já feitos no inglês (sendo favorável para propósitos de comparação). No entanto, argumento que o quantificador ‘todo’ em PB não é equivalente ao ‘every’ do inglês. Quando em posição de sujeito, ‘Todo NP’ parece levar a uma interpretação genérica e não episódica, o que seria indesejado nas histórias do Experimento I. Vemos em (10a) que ‘todo’ é diferente do ‘every’ do inglês (10b), já que em inglês é mais natural o uso desse quantificador em sentenças episódicas. Em PB, tal uso é bastante marginal:

(10a) ?Ontem, todo menino gostou do jogo.

(10b) Yesterday, every boy liked the game.

A sentença (10b) pode ser usada para eventos específicos. Já em PB, tal uso é considerado marginal. ‘Todo NP’ parece ser mais naturalmente utilizado em sentenças genéricas, em que um predicado é atribuído a todos os NPs em questão, sem nenhuma restrição contextual. Por exemplo, em ‘todos os meninos gostam de sorvete’, a sentença é mais naturalmente interpretada como significando que meninos, em geral, gostam de sorvete. Ou seja, seria uma característica atribuída a meninos em geral e não a um grupo



deles contextualmente delimitado. Esse foi o motivo pelo qual decidi utilizar outro quantificador, que não o ‘todo’ nos testes em PB.

As sentenças-teste poderiam ser introduzidas pelo quantificador ‘nenhum’, mas teríamos uma inversão no valor de verdade das sentenças-teste. Considere a história em (8), com as sentenças-teste ‘nenhum alienígena molhou ele’. A interpretação dêitica do pronome passaria a ser verdadeira ao invés de falsa, pois na história é verdade que nenhum alienígena molhou o Pateta. A interpretação anafórica, por sua vez, passaria a ser falsa, porque na história em (8), é falso que os alienígenas não molharam a si mesmos. Ter sentenças-teste verdadeiras é indesejável nos estudos em aquisição da linguagem, uma vez que se observa que as crianças, se confusas sobre a estrutura em teste, têm a tendência de dizer ‘sim’, fenômeno que é conhecido como *yes bias* (CRAIN & THORNTON, 1998: 130). Portanto, a interpretação relevante para a hipótese experimental deve ser sempre falsa, pois se a criança disser ‘não’ temos uma evidência mais robusta de que a sua resposta corresponde a uma aderência à sua gramática, ao invés de um mero *bias* por determinada resposta.

É claro que, para tornar a interpretação dêitica do pronome falsa nas sentenças-teste, bastava modificar a estrutura das histórias. No entanto, escolhi utilizar um único quantificador em todas as sentenças-teste e preferi que as histórias fossem maximamente similares às de Conroy et alii (2009), com o fim de melhor comparar as respostas das crianças adquirindo PB com as das crianças adquirindo inglês como língua materna. Dentre os quantificadores do PB, o ‘cada’ era aquele que mais se aproximava de ‘every’, pois ‘cada’ não traz a leitura genérica, e pede, assim como ‘every’, restrições no singular.

### **4.1.3 Sujeitos**

Dez adultos, falantes nativos de PB, e 30 crianças adquirindo PB como língua materna (de 3;4 a 6;0 anos de idade; idade média = 4;5 anos) participaram do experimento.

Os sujeitos adultos foram selecionados em locais diversos da cidade de São Paulo. Todos eram nascidos no estado de São Paulo.

As crianças, por sua vez, foram selecionadas nas creches Central e Oeste da Universidade de São Paulo e na EMEI Monte Castelo (localizada no bairro do Butantã, São Paulo). Elas foram separadas em três grupos, de acordo com a faixa etária: G1, composto por 10 crianças de 5;6 a 6;0 anos de idade (idade média: 5;9); G2, composto por 10 crianças de 4;6 a 5;5 anos de idade (idade média: 5;0); G3, composto por 10 crianças de 3;4 a 4;5 de idade (idade média: 3;10).

### **4.1.4 Procedimentos**

Nesta subseção, irei relatar alguns detalhes sobre como procedi durante a aplicação dos testes.

Antes de iniciar os testes com crianças, entreguei aos pais e responsáveis um termo que eles deveriam assinar caso autorizassem a participação de seus filhos nos testes. Este termo continha o formulário de consentimento livre e esclarecido nos termos exigidos pelo Comitê de Ética (CEP) da USP<sup>17</sup> e um formulário para que os pais preenchessem os dados da criança (nome, idade, línguas faladas dentro de casa e possíveis problemas de saúde), autorizando a participação do filho no experimento. Nesse formulário, explicava-se que a pesquisa era de risco mínimo (não envolvia

---

<sup>17</sup> Antes de iniciar a pesquisa, o projeto de mestrado passou pela aprovação do CEP (nº processo 592/2011 – 2011.1.1689.59.5).

nenhum perigo para a criança, além dos riscos normais do dia-a-dia) e que a voz da criança seria gravada, com o fim de se analisar os resultados posteriormente.

Antes de iniciar os testes, realizei também um período de adaptação com as crianças (esse procedimento, bem como todos os outros, foram realizados tanto nas Creches Central e Oeste da USP como na EMEI Monte Castelo, em momentos diferentes), com duração de 3 dias. No período de adaptação, todos os experimentadores<sup>18</sup> que me auxiliaram a aplicar os testes, manipulando o fantoche, interagiram com as crianças. Nesse período, não apliquei testes em nenhuma das crianças: o único objetivo era conhecê-las e fazer com que elas se acostumassem com a minha presença e a de outros experimentadores. Essa adaptação ajudava a criança a não se sentir intimidada no momento do teste. Durante esses três dias, brincamos e conversamos com as crianças no momento em que elas se encontravam no pátio da creche (o que durava cerca de duas horas por dia). O fantoche, um burrinho de pelúcia que nomeamos de Billy, também foi introduzido às crianças no período de adaptação.

Finalizada a etapa de adaptação, iniciaram-se os testes.

Cada teste durava em média 40 minutos. Caso eu percebesse que a criança estava cansada ou ansiosa para terminar o teste, eu interrompia o teste e continuava outro dia (perguntava após o término de cada uma das histórias, se ela queria continuar e ficava atenta a sinais de sono ou agitação excessiva). O momento do teste era tratado como uma brincadeira, como um jogo cujo objetivo era adivinhar se o fantoche estava prestando atenção ou não na história.

A criança era retirada da sala de aula ou do pátio em algum momento em que a classe estivesse realizando uma atividade em que ela podia se ausentar pelo período

---

<sup>18</sup> Quatro integrantes do Laboratório de Aquisição da Linguagem (LEAL), coordenado pela Profa. Dra. Elaine Grolla, se alternaram nessa função.

necessário. Ela era levada, junto comigo e com o outro experimentador que manipulava o fantoche, a uma sala silenciosa, reservada pelas creches para a realização dos testes. Nessa sala, era permitida apenas a presença de dois experimentadores (eu e o outro que manipulava o fantoche) e a criança. Todas as crianças foram testadas individualmente.

Com o gravador ligado, eu explicava a criança que ia contar algumas histórias encenadas com brinquedos para ela e para o Billy, que às vezes ficava distraído e não prestava atenção nas histórias que eu contava — mas, ressaltava que às vezes o Billy prestava atenção, uma vez que era importante que a criança pensasse que não é o tempo todo que ele diria algo errado, que não aconteceu na narrativa. Após essa explicação, eu aplicava um pré-teste (ver apêndice). O pré-teste consistia em uma história acompanhada de sentenças que não tinham a ver com o objetivo do estudo, que eram claramente falsas ou verdadeiras em relação à narrativa. O pré-teste foi concebido para treinar a criança na tarefa e verificar se ela entendeu a sua função. Caso a criança não julgasse as sentenças do pré-teste corretamente, eu repetia a história e o fantoche repetia a sentença, e eu verificava se a criança havia entendido. Se a criança, mesmo após a repetição e explicações, não compreendesse a tarefa, interrompíamos o teste e eliminávamos a sua participação no estudo. Caso ela acertasse todas as três sentenças que compunham o pré-teste, demonstrando que entendeu a tarefa, eu prosseguia com o restante das histórias e sua participação no experimento era mantida. Das crianças que entrevistei no Experimento I, 6 de um total de 36 não passaram no pré-teste, de modo que foram consideradas apenas as respostas de 30 crianças (nenhuma criança do Experimento II precisou ser eliminada).

Crianças que errassem um número de distratoras superior à média, deveriam também ser excluídas do estudo. No entanto, nenhuma criança que passou no pré-teste errou mais de duas distratoras, de modo que todas elas foram mantidas.

Quando a criança fornecia seu julgamento à sentença-teste, eu anotava a sua resposta na folha de respostas (toda criança entrevistada tinha uma folha de respostas, na qual eu arquivava os julgamentos).

O teste com adultos foi realizado dentro da USP, em uma sala reservada para os dias de teste. As histórias contadas aos adultos eram encenadas com brinquedos também, mas não se utilizaram do fantoche: eu mesma proferia o *lead-in* e a sentença-teste, seguindo o mesmo *script* utilizado com as crianças. A presença do fantoche não era necessária no teste com adultos, uma vez que sua função era fazer com que a criança não se sentisse testada — adultos, entretanto, não incorreriam na ficção. Eu explicava aos adultos que se tratava de um teste que seria aplicado em crianças muito novas e que por isso era infantilizado, mas que era necessário aplicar o mesmo teste tanto em adultos como em crianças, com o mínimo de adaptação, para comparar as respostas de ambos os grupos sem a influência que poderia causar a diferença entre métodos. Todos os adultos que testei compreenderam porque estavam participando de um experimento concebido para crianças, fornecendo seus julgamentos com seriedade (sem, no entanto, serem informados sobre o tema da pesquisa).

#### **4.1.5 Resultados**

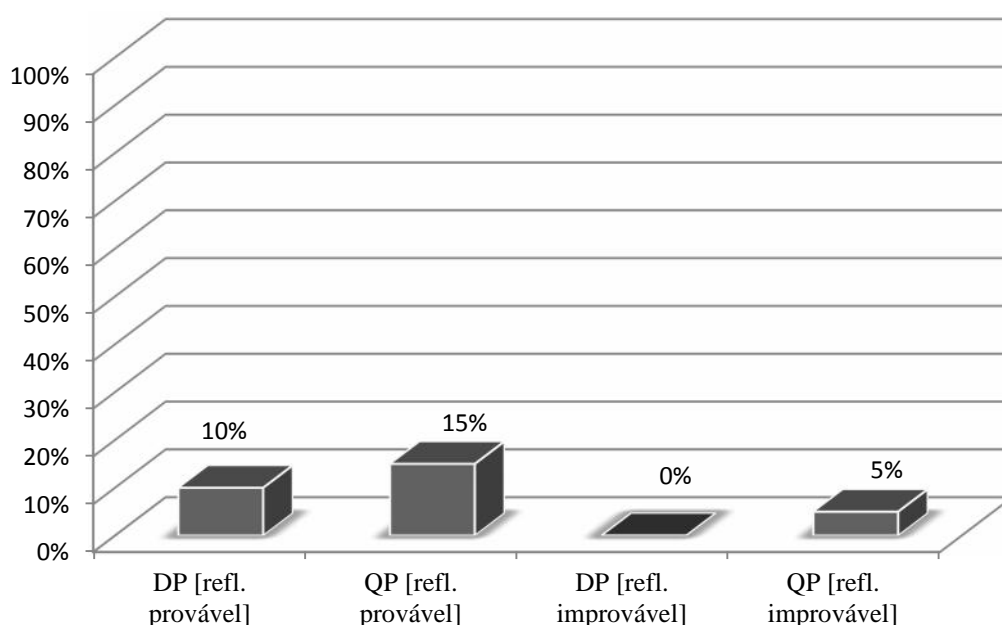
##### **4.1.5.1 Adultos**

Adotando a hipótese de que o *ele* não pode aparecer localmente ligado quando é objeto direto de um verbo, independentemente do tipo de predicado, temos a predição de que os sujeitos recusarão o vínculo local do *ele* em todas as condições.

Considerando as respostas de todo o grupo de adultos, foram aceitas ligações locais do *ele* em apenas 7,5% (6/80) das vezes. O gráfico abaixo mostra a porcentagem de ligações aceitas por condição:

Gráfico 1

### Ligações aceitas (adultos)



A primeira barra traz a porcentagem de ligações locais do *ele* aceitas para a condição ‘antecedente DP, com predicado de reflexividade provável’ (ex.: O Oscar molhou ele). Vemos que os adultos aceitaram a ligação local do *ele* em 10% das vezes nessa condição. A segunda barra corresponde à condição ‘antecedente QP, com predicado de reflexividade provável’ (ex.: Cada alienígena molhou ele), e ela mostra que os sujeitos adultos aceitaram a ligação local em 15% das vezes para essa condição. A terceira barra, referente à condição ‘antecedente DP, com predicado de reflexividade improvável’ (ex.: A Bela brigou com ela), mostra que os adultos não aceitaram a ligação local do *ele* em nenhum momento para essa condição. Por fim, a quarta barra, refere-se

à condição ‘antecedente QP, com predicado de reflexividade improvável’ (ex.: Cada princesa brigou com ela), que mostra uma taxa de aceitabilidade da ligação local do *ele* de 5%.

Os resultados do teste de Friedman<sup>19</sup> mostram que essa diferença no número de ligações aceitas em cada condição não é estatisticamente significativa:  $\chi^2 = 3$ ,  $p = 0,392$ .

Este experimento, portanto, nos fornece evidência de que a leitura localmente ligada do *ele*, quando objeto direto de um verbo, não é possível no PB (ao menos no dialeto paulista), independentemente da natureza do predicado.

Antes de discutir os resultados das crianças, quero fazer um adendo sobre resultados divergentes a este que eu encontrei no primeiro experimento que realizei, junto com a Profa. Dra. Elaine Grolla, sobre a interpretação do *ele* no PB, cujos resultados foram publicados em Grolla & Bertolino (2011). Em Grolla & Bertolino (2011), o vínculo do *ele* a um antecedente local foi aceito quando a forma era objeto direto de um verbo. Os resultados reportados nessa dissertação são de fato significativamente diferentes daqueles publicados no artigo em questão. Considerando apenas as sentenças matrizes do experimento publicado em Grolla & Bertolino (2011) *versus* as sentenças com predicado de reflexividade provável do Experimento I acima<sup>20</sup>, obteve-se mais aceitabilidade da ligação local do ‘*ele*’ no experimento de Grolla e Bertolino (2011) do que no experimento reportado nesta dissertação (Teste-U de Mann-Whitney:  $p = 0,0025$  para DP,  $p = 0,015$  para QP).

Pode-se pensar que a diferença entre os resultados dos dois experimentos (Grolla & Bertolino (2011) *versus* Experimento I) deve-se a diferenças dialetais. Em outras

---

<sup>19</sup> Utilizei um método não paramétrico equivalente à ANOVA de Medida Repetida, pois os dados não possuem uma distribuição normal (teste de Anderson-Darling,  $p < 0,005$ ).

<sup>20</sup> Em Grolla & Bertolino (2011), não utilizamos predicados que possam ser considerados de reflexividade improvável, por isso optei por realizar a comparação sem as sentenças com predicado de reflexividade improvável do Experimento I.

palavras, como em Grolla & Bertolino (2011), ao contrário do Experimento I, foram testados sujeitos de outros estados, que não São Paulo, pode-se pensar que a alta taxa de aceitabilidade da ligação local do *ele* encontrada naquele experimento tenha sido causada apenas por estes sujeitos nascidos fora do estado de São Paulo. Para testarmos essa hipótese, basta considerarmos a diferença de julgamentos dos 15 sujeitos nascidos no estado de São Paulo que participaram do experimento de Grolla & Bertolino (2011) – descartando, portanto, as respostas dos demais sujeitos – com os julgamentos daqueles que participaram do Experimento I. Aplicando novamente o Teste-U de Mann-Whitney, vemos que essa hipótese pode ser descartada ( $p = 0,0115$  para DP,  $p = 0,04$  para QP), já que, mesmo excluindo-se tais sujeitos, os resultados continuam sendo estatisticamente significantes. Isto é, a diferença entre os resultados dos dois experimentos não se deve a uma mera questão dialetal; ela deve-se, muito provavelmente, a uma diferença metodológica.

Em Grolla & Bertolino (2011), tomamos o cuidado para que na história narrada a referência externa para a proforma estivesse saliente, entretanto, as sentenças-teste não eram precedidas por um *lead-in* que procurasse estabelecer as duas referências possíveis. É possível, portanto, que no experimento reportado em Grolla & Bertolino (2011), os sujeitos tenham aceitado a ligação local do *ele* não por essa ser uma opção em suas gramáticas, mas, sim, porque sentiam que o antecedente local era o único elemento no discurso que poderia ser escolhido. Isto é, a referência exofórica para o *ele*, naqueles contextos, talvez estivesse muito distante para ser considerada.

Concluo então que os resultados do Experimento I que apresento aqui são mais confiáveis que os de Grolla & Bertolino (2011).

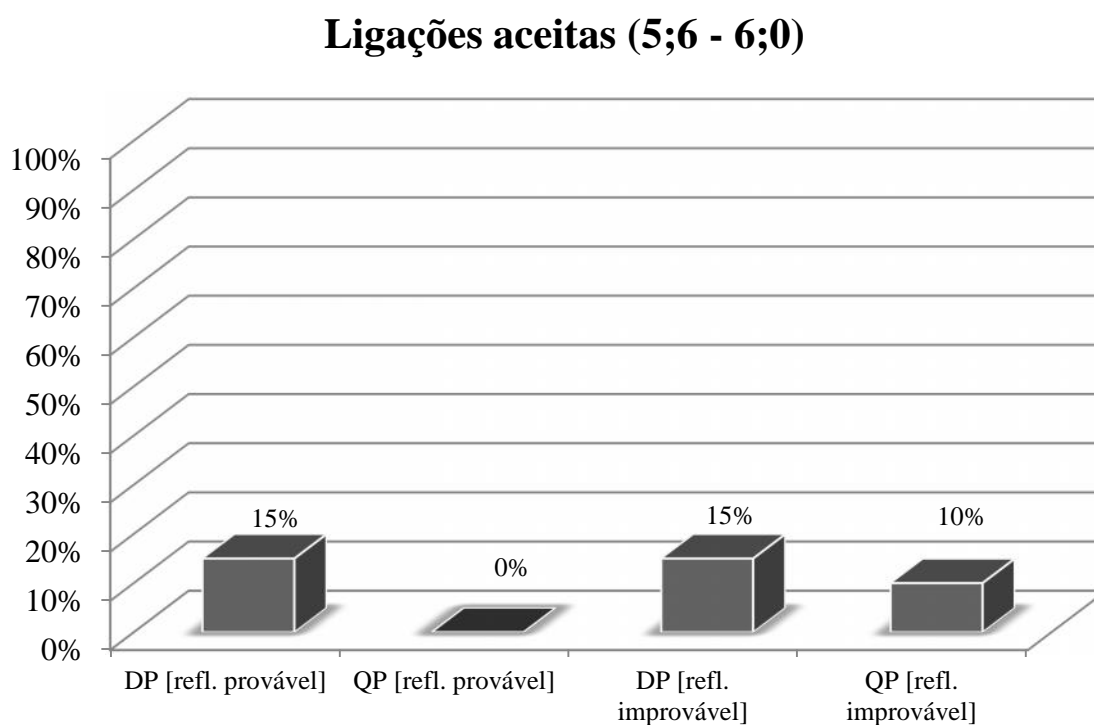


#### 4.1.5.2 Crianças

Vejam os resultados obtidos com os grupos de crianças. Ao considerarmos os resultados de todas as 30 crianças juntas, vemos que a taxa de aceitabilidade da ligação local do *ele* foi extremamente baixa: foram aceitas apenas 9,2% (22/240) de ligações locais da proforma. O teste de Friedman revela que não houve diferença no número de ligações locais aceitas diante de cada condição, pois  $\chi^2 = 1,13$ ,  $p = 0,769$ .

Ao considerarmos os resultados obtidos por cada grupo, separadamente, vemos que as crianças mais velhas (G1: 5;6 a 6;0 anos) permitiram o vínculo local do *ele* em 10% (8/80) dos casos. O gráfico 2 mostra os resultados do G1 para cada uma das condições:

Gráfico 2

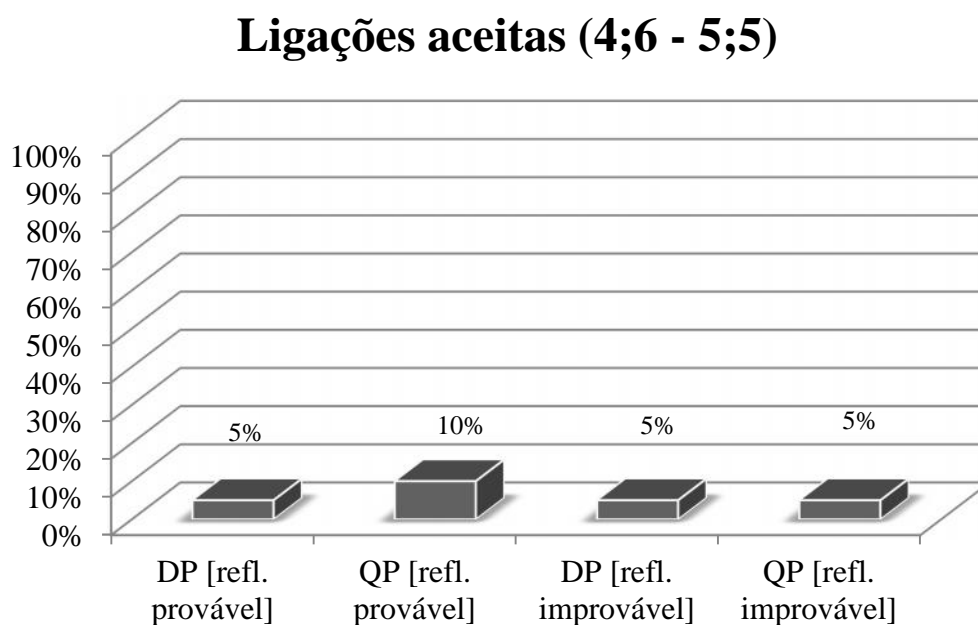


Como vemos no gráfico, para a condição ‘Antecedente DP, com predicado de reflexividade provável’, as crianças do G1 aceitaram a ligação local do *ele* em 15% das vezes. Para a condição ‘Antecedente QP, com predicado de reflexividade provável’, a taxa de aceitabilidade foi de 0%. Para a condição ‘Antecedente DP, com predicado de reflexividade improvável’, a taxa de aceitabilidade foi de 15%. Para a condição ‘Antecedente QP, com predicado de reflexividade improvável’, tivemos 10% de aceitabilidade da ligação local do *ele*.

O teste de Friedman mostra que não houve diferença de leituras anafóricas aceitas entre condições:  $\chi^2 = 3$ ,  $p = 0,392$ . Isto é, as crianças do G1, assim como os adultos, em geral não aceitaram a ligação local do *ele* quando este era um objeto direto de um verbo, em todos os contextos testados (isto é, com antecedentes DPs e QPs e com predicados de reflexividade provável e improvável).

O grupo de crianças de 4;6 a 5;5 anos (G2) permitiu a ligação local do *ele* em apenas 6,25% (5/80) dos casos. O gráfico 3 mostra a porcentagem de ligações locais aceitas do pronome para cada condição, considerando o G2:

Gráfico 3



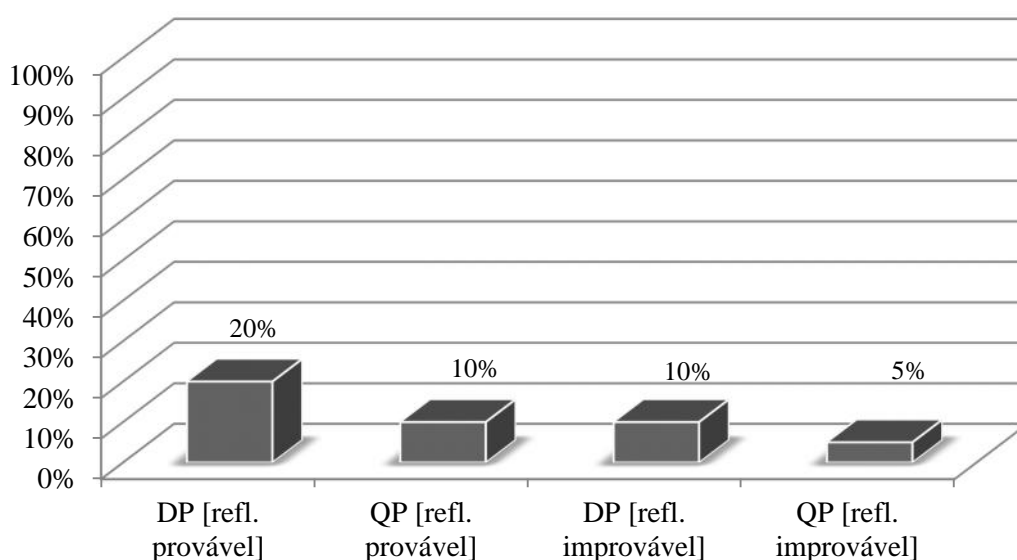
O grupo aceitou a ligação local do *ele* em 5% das vezes nas condições ‘Antecedente DP, com predicado de reflexividade provável’, ‘Antecedente DP, com predicado de reflexividade improvável’ e ‘Antecedente QP, com predicado de reflexividade improvável’. Para a condição ‘Antecedente QP, com predicado de reflexividade provável’, a taxa de aceitabilidade da ligação local do pronome foi de 10%.

O teste de Friedman para o G2 mostra que, novamente, não houve diferença entre respostas para as quatro condições testadas:  $\chi^2 = 0,82$ ,  $p = 0,845$ .

Por fim, o grupo de crianças de 3;4 a 4;5 anos (G3) também teve uma baixa taxa de aceitabilidade da ligação local do *ele*: apenas 11,25% (9/80). O gráfico 4, abaixo, mostra a porcentagem de aceitabilidade da ligação local do *ele* do G3 para cada condição:

Gráfico 4

### Ligações aceites (3;4 - 4;5)



Como vemos no gráfico, para a condição ‘Antecedente DP, com predicado de reflexividade provável’, as crianças do G3 aceitaram a ligação local do *ele* em 5% das vezes. Para a condição ‘Antecedente QP, com predicado de reflexividade provável’, a taxa de aceitabilidade foi de 10%. Para a condição ‘Antecedente DP, com predicado de reflexividade improvável’, a taxa de aceitabilidade foi de 5%. Para a condição ‘Antecedente QP, com predicado de reflexividade improvável’, tivemos novamente uma taxa de aceitabilidade da ligação local do *ele* de 5%.

Como nos demais casos, o teste de Friedman para o G3 não detectou diferença entre respostas para as condições testadas:  $\chi^2 = 1,83$ ,  $p = 0,609$ .

#### 4.1.5.3 Comparação entre os grupos

A tabela abaixo resume os resultados de todos os grupos testados (adultos e crianças) no Experimento I, que foram expostos nas subseções anteriores:

Tabela 2

<b>Grupo</b>	<b>% de ligações aceitas [refl. prov.]</b>	<b>% de ligações aceitas [refl. impr.]</b>	<b>% TOTAL de ligações aceitas</b>
<b>Adultos</b>	12,5% (5/40)	2,5% (1/40)	7,5% (6/80)
<b>G1 (5;6 a 6;0)</b>	7,5% (3/40)	12,5 % (5/40)	10% (8/80)
<b>G2 (4;6 a 5;5)</b>	7,5% (3/40)	5% (2/40)	6,25% (5/80)
<b>G3 (3;4 a 4;5)</b>	15% (6/40)	7,5% (3/40)	11,25% (9/80)
<b>Todas as crianças</b>	10% (12/120)	8,3% (10/120)	9,2% (22/240)

Agora, devemos checar se os grupos tiveram comportamentos diferentes no experimento. Teriam, por exemplo, as crianças permitido mais ligações locais do *ele* do que os adultos? Ou, teriam as crianças mais novas aceitado mais leituras reflexivas do *ele* do que as mais velhas?

A hipótese nula é de que todos os grupos se comportaram de maneira igual. A hipótese alternativa é de que pelo menos um grupo se comportou de modo diferente dos demais. No teste estatístico, caso o valor-p dê menor do que 5% (o nível de significância geralmente adotado), a hipótese nula pode ser descartada.

Aplicando o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, em sua forma bilateral, obtemos, para todas as condições testadas, um valor-p muito maior do que 5%, de modo que mantemos a hipótese nula de que todos os grupos (Adultos x G1 x G2 x G3) se comportaram da mesma maneira. A tabela abaixo resume os resultados das comparações, para as quatro condições experimentais:

Tabela 3

<b>Hipótese nula</b>	<b>Valor-p</b>
O comportamento diante de ‘predicado de reflexividade provável (DP)’ foi igual entre todos os grupos	p = 0,625 > 0,05
O comportamento diante de ‘predicado de reflexividade provável (QP)’ foi igual entre todos os grupos	p = 0,513 > 0,05
O comportamento diante de ‘predicado de reflexividade improvável (DP)’ foi igual entre todos os grupos	p = 0,476 > 0,05
O comportamento diante de ‘predicado de reflexividade improvável (QP)’ foi igual entre todos os grupos	p = 0,881 > 0,05

#### 4.1.6 Discussão

Os resultados do Experimento I obtidos com falantes nativos de PB nos trazem evidência de que a proforma *ele* não é aceita como localmente ligada quando é complemento direto de um verbo. A taxa de aceitabilidade dessa ligação local foi ínfima o bastante entre adultos (7,5%) e entre crianças (9,2%), de modo que não podemos considerá-la algo além de um ruído experimental.

Os resultados obtidos com o grupo de crianças são compatíveis com a hipótese de que há um princípio inato que diz que derivações via movimento devem ser efetuadas sempre que possível. Como vimos, mesmo crianças de 3;4 anos recusaram a ligação local do *ele*, admitindo a hipótese de que desde muito novas, devido ao princípio atuante, as crianças não aceitam a ligação local do *ele* se a derivação via movimento converge. As crianças testadas no Experimento I se comportaram de modo similar às crianças adquirindo inglês como língua materna do experimento de Conroy et alii (2009), o que nos traz evidência da atuação de uma restrição de caráter universal.

Os resultados reportados para o Experimento I também nos trazem evidência de que as crianças não exibem assimetria quantitativa em testes sobre a interpretação de pronomes. Os meus resultados, portanto, replicam o que foi encontrado por Conroy et alii (2009) e divergem do que foi encontrado em estudos clássicos de aquisição de pronomes, em que as crianças recusavam a ligação local do pronome quando o antecedente é um QP, mas aceitavam quando este era um DP (como, por exemplo, os estudos de Chien e Wexler (1990) e Thornton e Wexler (1999), discutidos no capítulo 2). Sendo assim, o estudo que apresento é mais uma evidência de que, sob uma metodologia cuidadosa, as crianças exibem um comportamento adulto em testes sobre pronomes ligados localmente.

## 4.2. Experimento II

Dado que ‘ele’ não pode estar ligado localmente, o segundo experimento testa a hipótese de o ‘ele’ ser, de alguma forma, análogo ao ‘lui’ do francês, que sempre é usado como complemento de uma preposição e, nesse contexto, pode ter um antecedente local. Portanto, o objetivo do teste com adultos do Experimento II foi verificar a aceitabilidade do vínculo local do ‘ele’ quando este estava inserido em um PP.

O Experimento II tinha como fim também verificar se, além da preposição, era necessário que o predicado fosse de reflexividade provável para que a leitura vinculada fosse aceita, como alega Zribi-Hertz (1995) para o *lui* do francês. Foram testadas, portanto, sentenças como em (11)

(11a) O João<sub>i</sub> fala dele<sub>i</sub>.

(11b) \*O João<sub>i</sub> briga com ele<sub>i</sub>.

É importante ressaltar que interpretações equivalentes à (11a) são inaceitáveis em línguas como o inglês e o holandês, como vemos abaixo (REULAND, 2011):

(12a) \*John<sub>i</sub> talks about him<sub>i</sub>.

(12b) \*Jan<sub>i</sub> praat over hem<sub>i</sub>.

‘O João fala dele’

Portanto, não seria possível dizer, adotando a Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981), que em casos como *o João falou dele*, a sentença é aceitável porque o pronome,

estando dentro de PP, não está ligado em seu domínio local. Isso porque, sentenças análogas em inglês, e em outras línguas, não são aceitáveis com a leitura reflexiva do pronome.

O Experimento II também tem o objetivo de verificar o comportamento das crianças, observando se a aceitabilidade de sentenças em que o *ele* está dentro de PPs será maior ou menor, a depender do tipo de predicado (de reflexividade provável ou improvável). Assumindo que a partícula *se* estaria especificada no léxico como possuindo caso acusativo, lanço a hipótese de que elas saibam que não podem inserir o *se* para checar caso oblíquo e efetuar o movimento do sujeito. Se essa hipótese estiver no caminho certo, prevejo que elas vão aceitar o *ele* ligado em contextos preposicionais, assim como adultos irão.

O teste com crianças também objetiva saber se elas são sensíveis, na mesma medida que os adultos, à natureza do predicado, recusando a aceitabilidade do *ele* dentro de PPs quando o predicado é de reflexividade improvável.

#### **4.2.1 Método**

O método utilizado foi, novamente, a TJJVV. O Experimento II foi elaborado de modo a ser ao máximo similar ao Experimento I: utilizei o mesmo número de sentenças-teste e de distradoras, e também os mesmos brinquedos. Desse modo, era possível ter certa garantia de que uma eventual disparidade de resultados entre os dois experimentos seria ocasionada pela natureza das sentenças testadas, e não por diferenças no desenho dos experimentos.



#### 4.2.2 Materiais

Como no Experimento I, as variáveis independentes consideradas foram: ‘tipo de antecedente’, DP ou QP, e ‘tipo de sentença’, com predicados de reflexividade provável ou predicados de reflexividade improvável; a única diferença entre o Experimento I e o II, é que, no segundo, todas as sentenças continham pronomes dentro de PPs. O Experimento II foi composto por quatro condições, contendo quatro sentenças-teste em cada uma delas, totalizando dezesseis sentenças-teste, dispostas entre sentenças distratoras e um pré-teste, como no Experimento I.

A tabela 4, a seguir, expõe os tipos de sentenças utilizados no Experimento II, acompanhados das respectivas sentenças-teste:

Tabela 4

<b>Tipo de sentença</b>	<b>Sentenças</b>
<b>Ligação local em predicado de reflexividade improvável (DP)</b>	A Bela brigou com ela. A Zazá conversou com ela. O Smurf Ciclista brincou com ele. O Peri deu um soco nele.
<b>Ligação local em predicado de reflexividade improvável (QP)</b>	Cada princesa brigou com ela. Cada galinha conversou com ela. Cada Smurf brincou com ele. Cada índio deu um soco nele.
<b>Ligação local em predicado de reflexividade provável (DP)</b>	O Oscar tirou uma foto dele. O Homem aranha falou dele. O Dino pensou nele. O vovô Bernardo ficou orgulhoso dele.
<b>Ligação local em predicado de reflexividade provável (QP)</b>	Cada alienígena tirou uma foto dele. Cada super-herói falou dele.

	Cada dinossauro pensou nele.
	Cada velhinho ficou orgulhoso dele.

Vemos na tabela 4 que as sentenças utilizadas para a condição ‘predicado de reflexividade improvável’ foram aproveitadas do Experimento I (as histórias foram também as mesmas), exceto ‘O Peri deu um soco nele’ e ‘Cada índio deu um soco nele’. Como o objetivo do Experimento I era verificar se o ‘ele’ era aceito quando era um objeto direto de um verbo, sobretudo quando o predicado era de reflexividade provável, não controlamos com rigor o ambiente sintático em que ‘ele’ poderia ser aceito como vinculado a um antecedente local: as sentenças com predicado de reflexividade improvável em sua maioria, continham PPs, mas as sentenças com predicado de reflexividade provável não continham PPs. O Experimento II, contudo, controla esse ambiente: somente sentenças com preposição não locativa e não direcional seguida de pronomes foram testadas<sup>21</sup>.

No Experimento II, as sentenças *Oscar tirou uma foto dele* e o par com QP *Cada alienígena tirou uma foto dele* se diferenciam estruturalmente das demais. Há um *picture-NP* e sabemos o quanto tais sentenças são problemáticas para o princípio B, mesmo em inglês. No entanto, como reporta Reuland (2011: 109), uma sentença equivalente, utilizando o mesmo predicado que no PB, é considerada inaceitável no inglês (*\*Lucie<sub>i</sub> took a picture of her<sub>i</sub>* versus *Lucie<sub>i</sub> saw a picture of her<sub>i</sub>*). Portanto, se tal sentença com *picture-NP* é aceitável em PB mas não em inglês, pode-se pensar que a razão dessa aceitabilidade resida no mesmo fato de que, por exemplo, *O Dino pensou nele* é aceitável em PB. Isso justifica a inclusão dessa sentença no teste.

<sup>21</sup> Como mencionei no capítulo 1, PPs locativos e direcionais permitem a ligação local de pronomes mesmo no inglês. Por isso, sentenças com esse tipo de preposição não foram incluídas no experimento.

Os predicados de reflexividade provável utilizados no experimento foram *pensar em*, *falar de*, *tirar uma foto de* e *ficar orgulhoso de*, assim classificados por possuírem papel temático interno [- c -m]. Os predicados de reflexividade improvável utilizados foram: *brigar com*, *conversar com*, *brincar com* e *dar um soco em*, classificados como [-c +m].

Assim como no Experimento I, no experimento II cada sujeito escutou oito histórias, e as sentenças foram dispostas em duas listas, conforme o esquema em (9).

### **4.2.3 Sujeitos**

Foram testados 10 sujeitos adultos, falantes nativos de PB. Os sujeitos adultos que participaram desse experimento foram diferentes daqueles que participaram do Experimento I. Eles foram selecionados dentro da Universidade de São Paulo: eram alunos de graduação de cursos diversos, excluindo Linguística. Todos eram naturais da cidade de São Paulo.

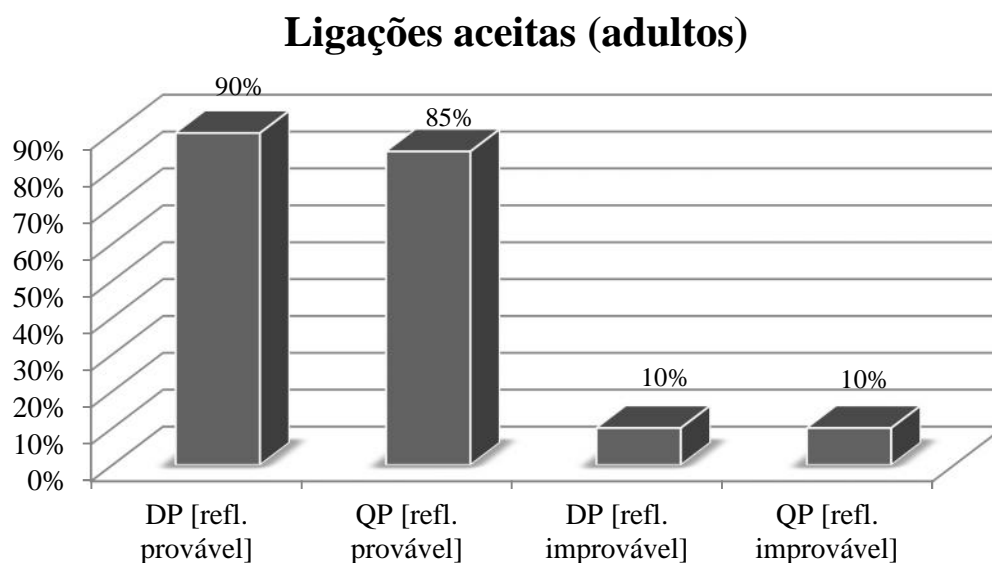
Também foram testadas 14 crianças adquirindo o PB como língua materna, de 4;7 a 5;5 anos de idade. As crianças foram selecionadas na Creche Central da USP e na Creche Oeste da USP.

### **4.2.4 Resultados**

#### **4.2.4.1 Adultos**

O gráfico 5, abaixo, expõe a proporção de vínculos locais do *ele* aceitos pelos sujeitos adultos diante de cada uma das quatro condições do experimento:

Gráfico 5



Ao observarmos o gráfico 5, vemos que, no geral, os sujeitos testados permitiram o vínculo local do *ele* em PPs quando o predicado era de reflexividade provável, contudo, não o permitiram quando o predicado era de reflexividade improvável. Os sujeitos adultos aceitaram a ligação local do *ele* em 90% das vezes em predicados de reflexividade provável, com antecedente DP e em 85% das vezes com predicados do mesmo tipo, mas com antecedente QP. Quando o predicado era de reflexividade improvável, os sujeitos aceitaram a ligação local do *ele* em 10%, para ambos os tipos de antecedentes.

Para confirmarmos essa impressão que o gráfico 5 nos sugere, fiz um teste estatístico: uma ANOVA de medida repetida<sup>22</sup>.

Como resultado, temos que  $F(3, 27) = 46,35$ ,  $p < 0,001$ . Ou seja, o resultado estatístico altamente significativo sugere que as respostas diante das condições testadas não foram iguais. Para sabermos quais das quatro condições geraram respostas

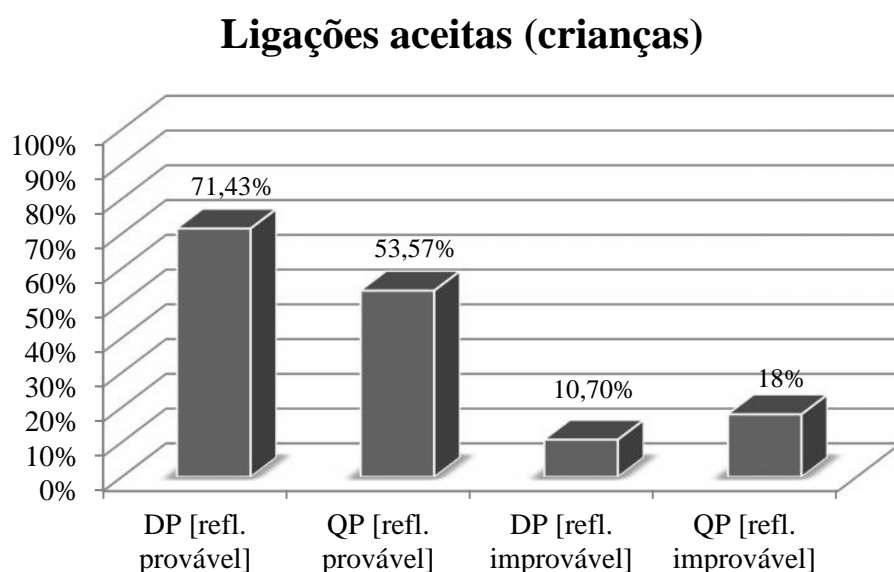
<sup>22</sup> As suposições da ANOVA de Medida Repetida são satisfeitas nestes dados: os resíduos possuem distribuição normal (teste de normalidade de Anderson-Darling:  $p = 0,212 > 0,05$ ) e a esfericidade pode ser assumida (teste de esfericidade de Mauchly:  $W = 0,766$ ,  $p = 0,843 > 0,05$ ).

diferentes entre si, realizamos comparações múltiplas com o pós-teste de Bonferroni (adotando um intervalo de confiança de 95%). O teste nos mostra que só é significativa a diferença entre os pares DP [refl. provável] X DP [refl. improvável] e QP [refl. provável] X QP [refl. improvável] (para ambos,  $T = - 8,061$ ,  $p < 0,001$ ); isto é, os sujeitos permitiram a leitura localmente ligada do *ele* quando o predicado era de reflexividade provável, mas não quando era de reflexividade improvável, e essa aceitabilidade independe do tipo de antecedente.<sup>23</sup>

#### 4.2.4.2 Crianças

O gráfico 6, abaixo, expõe a proporção de vínculos locais do *ele* aceitos pelas crianças testadas diante de cada uma das quatro condições do experimento:

Gráfico 6



<sup>23</sup> O Prof. Dr. Jairo Nunes sugeriu que sentenças como ‘O Peri deu um soco nele’ ou ‘Cada índio deu um soco nele’, com o predicado complexo ‘dar um soco em’ deveriam ter sido evitadas no experimento, bem com o par com PP encaixado em DP ‘O Oscar tirou uma foto dele’ e ‘Cada alienígena tirou uma foto dele’, já que a pequena diferença estrutural dessas sentenças em relação às demais sentenças-teste poderia levar a resultados heterogêneos. Seguindo a sugestão, realizei uma análise estatística sem essas sentenças e verifiquei que a diferença de aceitabilidade diante de predicados [refl. provável] e [refl. improvável] persistia:  $p = 0,004 < 0,05$  (Teste de Wilcoxon), com maior aceitabilidade da ligação local do ‘ele’ diante de predicados [refl. provável]. Ou seja, a inclusão dessas sentenças não interferiu nos resultados.

Como notamos no gráfico acima, as crianças aceitaram a ligação local do *ele* em 71,43% das vezes na condição ‘Antecedente DP, predicado de reflexividade provável’. Para a condição ‘Antecedente QP, predicado de reflexividade provável’, a taxa de aceitabilidade da ligação local do pronome foi de 53,57%. Para as condições ‘Antecedente DP, predicado de reflexividade improvável’ e ‘Antecedente QP, predicado de reflexividade improvável’, as taxas de aceitabilidade da ligação local do pronome foram, respectivamente, de 10,70% e 18%.

As crianças testadas tenderam a permitir o vínculo local do *ele* em PPs quando o predicado era de reflexividade provável, contudo, não o permitiram do mesmo modo quando o predicado era de reflexividade improvável. Os resultados parecem seguir a mesma direção do grupo de adultos.

Para confirmar se houve diferença significativa entre as respostas diante de cada condição, utilizei o Teste de Friedman<sup>24</sup>. Vemos que há diferença entre as condições, pois  $\chi^2 = 22,333$ ,  $p < 0,01$ . Ao realizarmos comparações múltiplas com o Teste Pareado de Wilcoxon, vemos que há diferença apenas entre DP [refl. provável] e DP [refl. improvável] ( $Z = -2,919$ ,  $p = 0,004$ ), e entre QP [refl. provável] e QP [refl. improvável] ( $Z = -2,271$ ,  $p = 0,023$ ). Isto é, da mesma forma como ocorreu entre adultos, nos resultados das crianças, houve uma taxa de aceitabilidade da ligação local do *ele* significativamente maior quando o predicado era de reflexividade provável do que quando era de reflexividade improvável, sendo que não houve diferença de aceitabilidade dependendo do tipo de antecedente.

#### 4.2.5 Discussão

Os resultados do Experimento II obtidos com adultos mostram que, no PB, é possível a leitura localmente ligada do *ele* quando este se encontra dentro de PPs,

---

<sup>24</sup> Os dados obtidos para o grupo de crianças não seguem distribuição normal (Teste de Normalidade de Anderson Darling:  $p = 0,015 < 0,05$ ).

contudo, essa leitura depende não só do contexto sintático, mas também da natureza do predicado, que tem de ser de reflexividade provável.

Como a ligação local do *ele* foi aceita apenas em contexto preposicional e não quando a forma era objeto direto de um verbo, os resultados estão em consonância com a hipótese de que o pronome ligado é utilizado como último recurso, quando a derivação por movimento, com inserção da anáfora, não converge. Em sentenças como (13), não seria possível mover o sujeito do PP e inserir a anáfora *se* para termos uma leitura reflexiva, de modo que o *ele* ligado seria inserido como último recurso.

(13) O João<sub>i</sub> fala dele<sub>i</sub>.

Além disso, os meus resultados empíricos não sustentam a hipótese de Galves (1986) de que o vínculo local do *ele* seria possível apenas quando o antecedente é um DP. Os sujeitos testados no Experimento II permitiram o vínculo local do pronome tanto quando o antecedente era um DP como quando era um QP. Seria necessário, entretanto, verificar se esses resultados se mantêm para outros dialetos do PB, como o mineiro.

Minha hipótese era de que as crianças diante de sentenças com o *ele* dentro de PPs, assim como os adultos, aceitariam a ligação local do *ele*, uma vez que o movimento para fora de PPs seria impossível no PB e a partícula *se* já estaria especificada no léxico como possuindo caso acusativo. Elas saberiam, assim, que não é possível inserir o *se* em contexto de caso oblíquo e também não efetuariam o movimento do sujeito. Os resultados do Experimento II são compatíveis com essa hipótese.

Vimos também que as crianças, em geral, se mostraram sensíveis à natureza do predicado, aceitando um número significativamente maior de leituras localmente ligadas do *ele* dentro de PPs quando o predicado é de reflexividade provável. Esse resultado é favorável à hipótese inicial, uma vez que, caso não fosse esse o comportamento das crianças, não seria possível explicar como elas chegam ao estágio adulto, tendo conhecimento de que o *ele* não deve ser localmente ligado quando o predicado é de reflexividade improvável, mesmo em contexto preposicional.

### 4.3 Conclusão

Os resultados do Experimento I nos sugerem que o *ele* não pode aparecer localmente ligado em qualquer contexto. Particularmente, mesmo quando o predicado é de reflexividade provável, se o *ele* for um objeto direto de um verbo, a ligação local não é aceita por crianças e adultos falantes nativos de PB, como mostram os exemplos abaixo:

(14a) \*O Oscar<sub>i</sub> molhou ele<sub>i</sub>.

(14b) \*Cada alienígena<sub>i</sub> molhou ele<sub>i</sub>.

Os resultados do Experimento II, por seu lado, nos sugerem que, em PPs, a ligação local do *ele* é possível. Entretanto, o ambiente sintático em que a proforma se encontra não é o único fator a permitir a leitura localmente ligada: mesmo quando o *ele* se encontra em PPs, se o predicado for de reflexividade improvável, a leitura localmente ligada não é aceita, mas se for de reflexividade provável, tal leitura se torna aceitável, como mostrado no contraste abaixo:



(15a) \*Cada princesa<sub>i</sub> conversou com ela<sub>i</sub>.

(15b) \*A Bela<sub>i</sub> conversou com ela<sub>i</sub>.

(15c) O Dino<sub>i</sub> pensou nele<sub>i</sub>.

(15d) Cada dinossauro<sub>i</sub> pensou nele<sub>i</sub>.

Esquemáticamente, temos em (16a) o tipo de estrutura em que a ligação local do *ele* é aceita. As demais estruturas em (16) mostram ambientes em que a ligação local do ‘*ele*’ é inaceitável:

(16a) DP<sub>i</sub>/QP<sub>i</sub> V<sub>reflexividade provável</sub> P *ele*<sub>i</sub>.

(16b) \*DP<sub>i</sub>/QP<sub>i</sub> V<sub>reflexividade provável</sub> *ele*<sub>i</sub>.

(16c) \*DP<sub>i</sub>/QP<sub>i</sub> V<sub>reflexividade improvável</sub> P *ele*<sub>i</sub>.

(16d) \*DP<sub>i</sub>/QP<sub>i</sub> V<sub>reflexividade provável</sub> *ele*<sub>i</sub>.

Os resultados do Experimento I e do Experimento II também nos fazem suspeitar que a possibilidade da ligação local do *lui* do francês esteja não apenas relacionada à natureza do predicado, como propõe Zribi-Hertz (1995), mas também ao contexto sintático em que a forma se encontra. Como já dito, é impossível testarmos essa hipótese no francês, uma vez que a forma *lui* não ocorre como complemento de um verbo. No entanto, como vimos no Capítulo 3, é possível propormos uma única análise para as duas formas, o que seria preferível, em termos de parcimônia.

Os resultados, portanto, são compatíveis com a análise de que *ele* e *lui* como pronomes ligados são elementos inseridos na derivação como último recurso. A ligação local dessas formas é possível em contexto preposicional porque essas línguas não permitem movimento para fora do PP e não há uma anáfora disponível que cheque caso

oblíquo (*si* é ausente no PB falado atual e *soi*, do francês, atualmente não é possível nessa posição sintática). Não sendo possível o movimento do sujeito e a inserção da anáfora para checar caso oblíquo, é necessária a inserção do pronome para que seja possível derivar a sentença.

A derivação sintática de uma sentença com *ele* e *lui* dentro de PPs com predicado de reflexividade improvável é tão possível como aquela com predicados de reflexividade provável. No entanto, ao chegar em PF, os morfemas *mesmo* e *même* seriam obrigatoriamente adicionados à estrutura com predicado de reflexividade improvável, com o fim de marcar o *status* marcado da leitura reflexiva.

# Capítulo 5 – Considerações finais

Nos capítulos anteriores, propus uma análise sobre a distribuição do pronome *ele* do PB na posição de objeto direto e como complemento de preposição, e reportei resultados de dois experimentos que suportam essa análise. Neste capítulo final, irei resumir as principais hipóteses levantadas ao longo da dissertação (seção 5.1), além de discutir como os meus resultados são compatíveis com essas hipóteses (seção 5.2).

## 5.1 Distribuição e aquisição do *ele*

Os resultados dos experimentos reportados no Capítulo 4 indicam que o pronome *ele* do PB não pode aparecer localmente ligado quando é objeto direto de um verbo, independentemente da natureza do predicado de reflexividade provável e improvável, como vemos nas sentenças abaixo. Na sentença em (1) temos um predicado de reflexividade provável devido ao traço [-c -m] do papel temático interno do verbo (assim classificado porque *lavar* não requer envolvimento mental do argumento interno). Na sentença (2), por outro lado, temos um predicado de reflexividade improvável porque o papel temático interno do verbo é [-c +m] (assim classificado porque *interrogar* requer envolvimento mental do argumento interno):

- (1) \*O João<sub>i</sub> lavou ele<sub>i</sub>. *predicado de reflexividade provável*  
(2) \*O João<sub>i</sub> interrogou ele<sub>i</sub>. *predicado de reflexividade improvável*

As únicas leituras possíveis em (1) e (2) seriam aquelas em que o *ele* possui um referente exofórico. Não excludo, entretanto, a possibilidade de que a leitura reflexiva do pronome nesse contexto seja possível em alguns dialetos do PB que não o paulista/paulistano testado aqui.

A análise que forneci, para explicar a inaceitabilidade da ligação local do *ele* nas sentenças acima, foi baseada em Hornstein (2001). Podemos reformular essa análise propondo o princípio em (3):

- (3) Pronomes ligados são inseridos na derivação como último recurso, quando a derivação com movimento não pode ocorrer.

O princípio em (3) faz com que a derivação com movimento do objeto direto para posição de sujeito e inserção da anáfora seja obrigatória, impedindo a inserção do pronome ligado. Assim, para as sentenças (1) e (2), teríamos a derivação em (4):

(4a) [TP O João -NOM T [VP o João [lavou / interrogou [[o João] se]]]]

(4b) [TP O João -NOM T [VP ~~o João~~ [lavou / interrogou [[~~o João~~] se]]]]

(4c) [TP O João -NOM T [VP ~~o João~~ [se lavou / interrogou [[~~o João~~]]]]

Em (4a), a partícula *se* é inserida na estrutura por razões de caso (para checar o caso acusativo do verbo). *O João* preenche o papel temático interno do verbo *coçar* e depois se move para preencher o papel temático externo do mesmo verbo. Posteriormente, *o*

*João* se move para [Spec, TP] para checar caso nominativo e os traços de EPP de T, e suas cópias inferiores são apagadas (4b). Por último, *se* deve se mover de sua posição original por ser um clítico (4c).


Quando o *ele* é complemento de uma preposição, contudo, pode aparecer localmente ligado, a depender da natureza do predicado de reflexividade provável ou improvável, como vemos nos exemplos em (5) e (6). Na sentença em (5) temos um predicado de reflexividade provável devido ao traço [-c -m] do papel temático interno do verbo (assim classificado porque *falar de* não requer envolvimento mental do argumento interno). Na sentença (6) temos um predicado de reflexividade improvável porque o papel temático interno do verbo é [-c +m] (assim classificado porque *brigar com* requer envolvimento mental do argumento interno):

(5) O João<sub>i</sub> falou dele<sub>i</sub>.

(6) \*O João<sub>i</sub> brigou com ele<sub>i</sub>.

Nas sentenças acima não seria possível mover o *João* de dentro do PP e inserir a anáfora *se* para checar o caso oblíquo da preposição. No PB o movimento para fora de PPs não é permitido. Além disso, no atual falado, não há anáfora que possa checar caso oblíquo, uma vez que a forma *si* se encontra em desuso. Portanto, a derivação via movimento de *João* não converge em (7a):

(7a) [TP O João<sub>-NOM</sub> T [VP o João [falou / brigou de / com o João]]]



Para que a derivação em (7a) possa convergir, o *ele* ligado é inserido como último recurso para checar o papel temático interno e o caso oblíquo da preposição:

(7b) [TP O João -NOM T [VP ~~o João~~ [falou / brigou de / com **ele**]]]

(inserção do pronome ligado)

Portanto, as sentenças em (5) e (6) possuem a mesma derivação sintática e ambas convergem. No entanto, a sentença (6), embora gramatical em termos sintáticos, precisa da adjunção de *mesmo* para que se torne pragmaticamente apropriada. Como o predicado é de reflexividade improvável, a leitura reflexiva do pronome em (6) causa certo estranhamento, sendo necessária a adjunção de *mesmo* para que a sentença se torne aceitável. A adjunção desse morfema ocorreria em PF, com o fim de assinalar que embora a leitura reflexiva do *ele* seja marcada nesse contexto, é de fato essa a leitura intencionada pelo falante:

(7c) [TP O João -NOM T [VP ~~o João~~ [brigou com **ele + mesmo**]]]

(inserção do *mesmo*)

Vimos também que a forma *lui* do francês pode ser analisada do mesmo modo que o *ele*. Quando *lui*, que ocorre apenas após preposição, se encontra em predicados de reflexividade improvável, a sua ligação local não é possível, havendo necessidade de se adjungir o morfema *même* a *lui*. No entanto, quando o predicado é de reflexividade provável, a ligação local de *lui* se torna aceitável. Vimos que a aceitabilidade da ligação

local do *lui*, assim como a aceitabilidade da ligação local do *ele*, está associada à ausência de uma anáfora na língua que cheque o caso oblíquo nos contextos em questão, além da impossibilidade de movimento para fora de PPs em BP e em francês.

Dada a proposta acima para explicar a distribuição da forma *ele*, lancei algumas hipóteses de como crianças em fase de aquisição da linguagem lidariam com sentenças como (1)-(2) e (4)-(5). Essas hipóteses são listadas a seguir em (8):

- (8) *Hipóteses sobre a aquisição do 'ele' em posição de objeto de V e de P*
- (i) Crianças adquirindo o PB como língua materna não devem aceitar a leitura localmente ligada do *ele* quando este é um objeto direto de um verbo, devido à atuação do princípio em (3), de natureza inata.
  - (ii) Prevê-se que crianças adquirindo o PB como língua materna aceitem a leitura localmente ligada do *ele* quando este é complemento de uma preposição, dado dois fatos: a impossibilidade de movimento para fora de PPs e o fato de que a partícula *se* estaria especificada no léxico para caso acusativo. Basta, portanto, que a criança tenha marcado o parâmetro que restringe o movimento para fora de PPs em PB e/ou tenha a partícula *se* no seu léxico para aceitar a ligação local do *ele* nesse contexto. A criança aplicaria o princípio em (3), permitindo a leitura localmente ligada do pronome.
  - (iii) Prevê-se também que a criança adquirindo PB como língua materna saiba que a leitura localmente ligada do *ele* dentro de PPs depende da natureza do predicado. Portanto, ela tenderá a recusar sentenças com o *ele* em predicados de reflexividade improvável. A razão de se postular essa hipótese são duas, a saber, (a) como a classificação de predicados de

reflexividade provável e improvável depende da semântica do verbo, a diferença entre os dois tipos de predicados estaria especificada, uma vez adquirido o item lexical; (b) assumir que a criança inicialmente aceita sentenças com o *ele* ligado em predicados de reflexividade improvável nos traria problemas de aprendizibilidade: não seria possível explicar como a criança alcança o estágio adulto sem a presença de evidência negativa.

Resumirei, a seguir, como os resultados apresentados nos Experimentos I e II são compatíveis com essas hipóteses e análise.

## **5.2 Resultados experimentais**

Conforme vimos no capítulo 4, os resultados com adultos confirmam que a distribuição do *ele* no PB de fato corresponde à distribuição apresentada na seção anterior: o pronome não pode aparecer localmente ligado quando é objeto direto de um verbo, no entanto, pode aparecer localmente ligado quando é complemento de uma preposição. Os adultos, no entanto, tenderam a não aceitar a ligação local do *ele* dentro de PPs quando os predicados eram de reflexividade improvável, conforme era previsto.

Ressalto, entretanto, que a leitura localmente ligada do *ele* quando é objeto direto de um verbo pode ser possível em outros dialetos do PB, que não o paulista/paulistano, como o dialeto mineiro.

Os resultados dos experimentos aplicados com crianças adquirindo o PB são compatíveis com a hipótese de que haveria um princípio como (3). No Experimento I, as crianças, tal como os adultos, recusaram a ligação local do *ele* quando este era objeto



direto de um verbo. Realizei testes estatísticos mostrando que não há nenhuma diferença entre o comportamento das crianças, de diferentes idades, em relação a adultos.

O Experimento II mostrou que as crianças aceitam a ligação local do *ele* quando a forma se encontra dentro de PPs e que essa aceitabilidade depende da natureza do predicado: em predicados de reflexividade improvável, as crianças tendem a recusar a leitura localmente ligada do pronome, enquanto que em predicados de reflexividade provável, elas tendem a aceitar a ligação local. Esses resultados são compatíveis com a hipótese de que não há movimento para fora de PP e que a partícula *se* é especificada para o caso acusativo, sugerindo que é por essa razão que as crianças inserem o pronome ligado em contextos preposicionais.

Os resultados também são compatíveis com a hipótese apresentada em (8ii): as crianças testadas no Experimento II, que tinham no mínimo 4;5 anos de idade, já diferenciavam predicados de reflexividade provável e improvável, recusando a leitura localmente ligada da forma diante de predicados de reflexividade improvável.

Este trabalho também traz evidências de que crianças em fase de aquisição da linguagem não têm dificuldade em lidar com pronomes ligados: elas não apresentam assimetria quantificacional, ao contrário do que foi tido como consenso por muitos anos nos estudos da área. Diante de uma metodologia adequada e cuidadosa, elas apresentam comportamento adulto.

# Apêndice I – Folhas de respostas

## 1. Experimento I

### (A) Folha de respostas 1

Pré	As ovelhas beberam café.
Pré	As ovelhas queriam brincar de barco e o Charlie queria brincar de bola.
Pré	As ovelhas gostavam de leite.
Dist.	A Bela jogou a bola antes de comer sucrilhos.
Dist.	A Smurfete comeu sucrilhos.
Teste	A Bela brigou com ela.
Dist.	O Oscar chutou a bola antes de fazer carinho no Pluto.
Dist.	Os alienígenas estavam passeando pela terra.
Teste	O Oscar molhou ele.
Dist.	O Zé Pintinha tomou banho depois de passear de helicóptero.
Dist.	O Zé Pintinha estava cheirando muito mal.
Teste	Cada índio salvou ele.
Dist.	Um cachorro correu atrás do Zé Pintinha.
Dist.	O Peri espetou a macaca com o cabelo.
Teste	O Super Homem pintou ele.
Dist.	O Super Homem estava de mau humor
Dist.	O Super Homem jogou golfe sem abraçar o Dino.
Teste	Cada dinossauro coçou ele.
Dist.	A formiga picou o rabo do Dino.
Dist.	O Charlie foi nadar sem ajudar a Lilica.
Dist.	A Lilica ficou presa na janela dela.
Teste	A Zazá conversou com ela.
Dist.	O Zé Lelé encontrou uma moeda depois de comprar uma arma de brinquedo.
Dist.	A moeda foi encontrada debaixo da mesa pelo Zé Lelé.
Teste	Cada vovô enxugou ele.
Dist.	O Jotalhão estava com medo de ficar resfriado.
Dist.	O Jotalhão não foi enxugado pelo vovô Arthur.
Teste	Cada Smurf brincou com ele.

**(B) Folha de Respostas 2**

Pré	As ovelhas beberam café.
Pré	As ovelhas queriam brincar de barco e o Charlie queria brincar de bola.
Pré	As ovelhas gostavam de leite.
Dist.	A Bela jogou a bola antes de comer sucrilhos.
Dist.	A Smurfete comeu sucrilhos.
Teste	Cada princesa brigou com ela.
Dist.	O Oscar chutou a bola antes de fazer carinho no Pluto.
Dist.	Os alienígenas estavam passeando pela terra.
Teste	Cada alienígena molhou ele.
Dist.	O Zé Pintinha tomou banho depois de passear de helicóptero.
Dist.	O Zé Pintinha estava cheirando muito mal.
Teste	O Peri salvou ele.
Dist.	Um cachorro correu atrás do Zé Pintinha.
Dist.	O Peri espetou a macaca com o cabelo.
Teste	Cada Super-Herói pintou ele.
Dist.	O Super Homem estava de mau humor
Dist.	O Super Homem jogou golfe sem abraçar o Dino.
Teste	O Dino coçou ele.
Dist.	A formiga picou o rabo do Dino.
Dist.	O Charlie foi nadar sem ajudar a Lilica.
Dist.	A Lilica ficou presa na janela dela.
Teste	Cada galinha conversou com ela.
Dist.	O Zé Lelé encontrou uma moeda depois de comprar uma arma de brinquedo.
Dist.	A moeda foi encontrada debaixo da mesa pelo Zé Lelé.
Teste	O vovô Bernardo enxugou ele.
Dist.	O Jotalhão estava com medo de ficar resfriado.
Dist.	O Jotalhão não foi enxugado pelo vovô Arthur.
Teste	O Smurf Ciclista brincou com ele.

## 2. Experimento II

### (A) Folha de Respostas 1

Pré	As ovelhas beberam café.
Pré	As ovelhas queriam brincar de barco e o Charlie queria brincar de bola.
Pré	As ovelhas gostavam de leite.
Dist.	A Bela jogou a bola antes de comer sucrilhos.
Dist.	A Smurfete comeu sucrilhos.
Teste	A Bela brigou com ela.
Dist.	O Oscar chutou a bola antes de fazer carinho no Pluto.
Dist.	Os alienígenas estavam passeando pela terra.
Teste	O Oscar tirou uma foto dele.
Dist.	O Zé Pintinha tomou banho depois de passear de helicóptero.
Dist.	O Zé Pintinha estava cheirando muito mal.
Teste	Cada índio deu um soco nele.
Dist.	Um cachorro fugiu do zoológico.
Dist.	O Zé Pintinha jogou água no índio Atira-Flecha.
Teste	O Super Homem falou dele.
Dist.	O Super Homem dançou com a Minnie.
Dist.	O Charlie foi nadar sem ajudar a Lilica.
Dist.	A Lilica ficou presa na janela dela.
Teste	A Zazá conversou com ela.
Dist.	O Super Homem jogou golfe sem abraçar o Dino.
Teste	Cada dinossauro pensou nele.
Dist.	O Dino comeu uma maçã.
Dist.	O Zé Lelé encontrou uma moeda depois de comprar uma arma de brinquedo.
Dist.	A moeda foi encontrada debaixo da mesa pelo Zé Lelé.
Teste	Cada vovô ficou orgulhoso dele.
Dist.	O Jotalhão tirou nota dez.
Dist.	O vovô Arthur estava na escola.
Teste	Cada Smurf brincou com ele.

**(B) Folha de resposta 2**

Pré	As ovelhas beberam café.
Pré	As ovelhas queriam brincar de barco e o Charlie queria brincar de bola.
Pré	As ovelhas gostavam de leite.
Dist.	A Bela jogou a bola antes de comer sucrilhos.
Dist.	A Smurfete comeu sucrilhos.
Teste	Cada princesa brigou com ela.
Dist.	O Oscar chutou a bola antes de fazer carinho no Pluto.
Dist.	Os alienígenas estavam passeando pela terra.
Teste	Cada alienígena tirou uma foto dele.
Dist.	O Zé Pintinha tomou banho depois de passear de helicóptero.
Dist.	O Zé Pintinha estava cheirando muito mal.
Teste	O Peri deu um soco nele.
Dist.	Um cachorro fugiu do zoológico.
Dist.	O Zé Pintinha jogou água no índio Atira-Flecha.
Teste	Cada super herói falou dele.
Dist.	O Super Homem dançou com a Minnie.
Dist.	O Charlie foi nadar sem ajudar a Lilica.
Dist.	A Lilica ficou presa na janela dela.
Teste	Cada galinha conversou com ela.
Dist.	O Super Homem jogou golfe sem abraçar o Dino.
Teste	O Dino pensou nele.
Dist.	O Dino comeu uma maçã.
Dist.	O Zé Lelé encontrou uma moeda depois de comprar uma arma de brinquedo.
Dist.	A moeda foi encontrada debaixo da mesa pelo Zé Lelé.
Teste	O vovô Bernardo ficou orgulhoso dele.
Dist.	O Jotalhão tirou nota dez.
Dist.	O vovô Arthur estava na escola.
Teste	O Smurf brincou com ele.

# Apêndice II – Histórias

## 1. Experimento I

### 1.

Depois de voltar de um passeio, o Woody bebeu leite. Aí ele foi brincar de bola e chamou as ovelhas Lara e Dina para brincarem junto com ele.

Lara: “Nós queremos brincar com você, Woody, mas estamos muito fraquinhas.”

Woody: “Vocês precisam beber leite, porque assim vão ficar fortes para brincar comigo.”

Dina: “Não gostamos de leite! Acho que vamos beber café.”

Woody: “Mas ovelhas não podem beber café!”

Lara: “Ah, tá bom! Então vamos beber leite, já que você insiste, Woody.”

A Lara e a Dina, então, beberam bastante leite e ficaram bem fortes.

Lara e Dina: “Nossa, um barco! Desculpa, Woody, mas queremos brincar com o barco, que é bem mais legal que a bola.”

No fim, o Woody teve de brincar sozinho com a bola.

### Fantochê:

A. Acho que entendi... Deixa eu ver... Nessa história que a gente acabou de ouvir o Woody queria brincar com as ovelhas, mas elas estavam muito fraquinhas... Aí, acho que... **As ovelhas beberam café.**

B. Acho que... **As ovelhas queriam brincar de barco e o Woody queria brincar de bola.**

C. Deixa eu falar outra coisa que aconteceu na história... Deixa eu ver... **As ovelhas gostavam de leite.**

### 2.

A Bela e a Smurfete Cantora estavam fazendo uma competição para ver quem jogava a bola mais alto. A Bela deveria jogar a bola primeiro. Mas, quando a Bela ia jogar a bola, ela pensou bem e decidiu comer um pouco de sucrilhos para ficar forte e poder jogar a bola bem alto. Então, a Bela comeu o sucrilhos e jogou a bola.

Bela: “Olha como a bola foi para bem alto, Smurfete! Acho que eu ganhei!”

Smurfete Cantora: “Nada disso, Bela. Espere que eu vou também comer sucrilhos. Vou ficar bem forte e vou jogar a bola mais alto ainda.”

Mas, a Smurfete comeu tanto sucrilhos que não conseguia mais sair do lugar, de tão cheia.

### Fantochê:

- A. Hahaha! Que engraçado! A Bela e a Smurfete estavam fazendo uma competição pra ver quem jogava a bola mais alto... Aí, acho que... **A Bela jogou a bola antes de comer sucrilhos.**
- B. Deixa eu falar outra coisa que eu acho que aconteceu na história... Hum... Acho que... **A Smurfete comeu sucrilhos.**

### 3.

As princesas Bela e Cinderela e as Smurfetes Surfista e Cantora estavam fazendo uma competição pra ver quem briga melhor. As amigas decidiram que cada participante tinha de brigar sozinha – era essa a regra da competição.

Mas a Smurfete Cantora não queria participar. Ela achava isso muito estranho. Então ela disse para a Cinderela:

Smurfete Cantora: “Cinderela, você pode brigar comigo, porque eu não quero brigar.”

A Cinderela, que tinha memória muito ruim, esqueceu por um segundo que a regra da competição era que cada participante brigasse sozinha. Ela quase começou a brigar com a Smurfete Cantora, mas por sorte deu tempo de ela lembrar da regra. Então, a Cinderela brigou sozinha:

Cinderela: “Eu sempre faço tudo errado! Como sou boba!”

A Bela quase brigou com a Smurfete Cantora também, mas aí ela lembrou da regra da competição.

Bela: “Ah, lembrei! Tenho de brigar sozinha. Mas será que consigo? Acho que não... Talvez seja melhor eu desistir dessa competição... Hum... Deixa eu ver se eu consigo... Eu estou muito chateada comigo! Eu sou muito boba, muito feia!”

Depois a Smurfete Surfista também brigou sozinha. Aí todas as amigas foram decidir quem tinha brigado melhor.

### Fantoche

Certo! Nessa história que a gente acabou de ouvir, a Smurfete Cantora não queria brigar e a Bela quase desistiu de participar da competição... Deixa eu ver... Acho que... **A Bela brigou com ela.**

Certo! Nessa história que a gente acabou de ouvir, a Smurfete Cantora não queria participar da competição e as princesas queriam... Deixa eu ver... Acho que... **Cada princesa brigou com ela.**

### 4.

Os alienígenas Oscar e Bétamèche estavam dando um passeio pela terra. Eles decidiram que iam jogar um pouco de futebol. O Bétamèche foi para o gol. Mas, quando o Oscar ia chutar a bola, de repente o Pluto apareceu.

Oscar: “Nossa, que cachorro lindo!”

Então o Oscar fez carinho no Pluto. Depois disso, o Oscar chutou a bola.

Oscar: “GOL!”

O Bétamèche então resolveu fazer carinho no Pluto.

Bétamèche: - Que cachorro bonitinho...

### **Fantoche**

- A. Acho que eu entendi. Vamos lá... Essa história foi sobre jogar futebol. O Oscar e o Bétamèche estavam visitando a terra e depois decidiram jogar futebol... Deixa eu ver... Eu acho que... **O Oscar chutou a bola antes de fazer carinho no Pluto.**
- B. Será que eu consigo lembrar de outra coisa? Deixa eu ver... **Os alienígenas estavam passeando pela terra.**

### **5.**

Os alienígenas Oscar e Bétamèche estavam jogando futebol com o Pluto e com o Pateta. Quando chegou no fim do jogo, o Bétamèche e o Pateta estavam muito sujos de terra. O Bétamèche então pegou um balde com água e molhou todo o seu rosto e sua roupa, para ficar limpo. O Pateta, coitado, como é muito bobinho, não sabia limpar com água a sujeira na sua roupa e no seu rosto. Então, o Pateta pediu ajuda para o Bétamèche:

Pateta: “Bétamèche, você pode me ajudar?”

Bétamèche: “Estou molhando o meu cabelo que também ficou todo sujo de terra. Mas, se sobrar água, eu molho você.”

Infelizmente, não sobrou água. Então, o alienígena Bétamèche não pôde molhar o Pateta. Aí o Pateta resolveu pedir ajuda para o Oscar.

Pateta: “Oscar, você tem água também! Que ótimo! Será que você pode molhar aqui o meu nariz e a minha roupa, para limpar a sujeira?”

Oscar: “Claro, Pateta. Eu estou limpinho. Nem vou precisar da água. Posso molhar o seu nariz e a sua roupa.”

Mas, aí, quando o Oscar estava pegando o balde com água, o Pluto subiu em cima do Oscar, com as patas todas sujas. O Oscar ficou furioso!

Oscar: “Olha o que você fez, Pluto, você sujou toda a minha roupa, o meu sapato, os meus braços. Tudo! Até as minhas antenas você sujou! Esse cachorro não tem jeito... Desculpa, Pateta, mas agora eu vou ter de usar toda essa água!”

Então o Oscar jogou o balde cheio de água em cima da cabeça, molhando as antenas, o braço, a roupa. O Pateta, coitado, teve de voltar sujo para casa...

### **Fantoche**

Hum, acho que entendi! Essa história foi sobre água. O Pateta estava todo sujo e não sabia usar água para limpar a sujeira, e o Oscar tinha um balde com água. Acho que sei o que aconteceu... **O Oscar molhou ele.**

Hum, acho que entendi! Essa história foi sobre água. O Pateta estava todo sujo e não sabia usar água para limpar a sujeira, e os alienígenas sabiam usar a água. Acho que sei o que aconteceu... **Cada alienígena molhou ele.**



## 6.

O Zé Pintinha e o índio Atira-Flecha estavam conversando quando foram convidados pelo Zé Bigode a dar uma volta de helicóptero.

Zé Bigode: “- Quem vai primeiro?”

Índio Atira-Flecha: “- Eu!”

O índio Atira-Flecha, então, deu uma volta de helicóptero pela floresta. O índio Atira-Flecha achou que era muito bonito ver a floresta lá de cima.

Depois o índio Atira-Flecha voltou para a aldeia. Era agora a vez do Zé Pintinha passear de helicóptero. Mas, quando Zé Pintinha estava quase entrando no helicóptero, ele percebeu que estava cheirando muito mal.

Zé Pintinha: “Nossa, Zé Bigode, eu estou muito suado! Desculpe, mas não vou poder passear agora. Vou ter de tomar banho no rio.”

Zé Bigode: “Não! Vamos dar um passeio primeiro e depois você toma banho.”

Zé Pintinha: “Não vai dar, não, Zé Bigode. Eu estou cheirando muito mal!”

Então, o Zé Pintinha foi tomar banho no rio.

Atira-Flecha: “Hei, Zé Pintinha, agora que você está limpo e cheiroso, você não quer dar uma volta de helicóptero? Eu achei tão legal!”

Zé Pintinha: “Oba! Quero sim! Estou indo lá.” Então o Zé Pintinha passeou de helicóptero.

### Fantoche

- A. Acho que eu entendi. Vamos lá... Essa história foi sobre passear de helicóptero. O Zé Pintinha estava suado e o índio Atira-Flecha achou a floresta muito bonita lá de cima... Eu acho que... **O Zé Pintinha tomou banho depois de passear de helicóptero.**
- B. Deixa eu ver se eu lembro de outra coisa que aconteceu... **O Zé Pintinha estava cheirando muito mal.**

## 7.

Os aventureiros Zé Bigode e Zé Pintinha estavam perdidos na floresta. De repente, apareceu uma pantera. Aí o Zé Bigode começou a gritar:

Zé Bigode: “Socorro, uma pantera!” Mas aí o Zé Bigode entrou no helicóptero e conseguiu escapar da pantera. O problema é que na pressa, acabou esquecendo do seu amigo, Zé Pintinha.

Zé Pintinha: “E agora, o que eu faço? A Pantera vai me atacar! Socorro!” [a pantera começa a correr atrás dele].

Então apareceu o índio Atira-Flecha.

Zé Pintinha: “Índio Atira-Flecha! Socorro, índio! Me ajuda!”

Atira-Flecha: “Pode deixar, Zé Pintinha. Eu vou salvar você.” Mas, quando o índio Atira-Flecha ia salvar o Zé Pintinha, um dinossauro veio por trás, para atacar o índio Atira-Flecha.

Atira-Flecha: “Desculpa, Zé Pintinha, mas agora eu não posso mais salvar você. Eu preciso me livrar desse dinossauro. Então, o índio Atira-Flecha deu uma flechada no dinossauro, que caiu tonto no chão. Salvo, o índio Atira-Flecha voltou para a sua cabana.”

A pantera não parava de correr atrás do Zé Pintinha, que estava desesperado. Aí, de repente, apareceu o índio Peri.

Zé Pintinha: “Socorro, índio Peri, me salve!!!”

Índio Peri: “Pode deixar, Zé Pintinha. Eu vou espetar essa pantera com os meus cabelos que são muito pontudos.”

Mas, de repente, uma macaca selvagem veio para cima do índio Peri. E então, o Zé Pintinha, coitado, não pôde mais contar com a ajuda do índio Peri, que estava tentando ficar livre da macaca selvagem.

Então o Zé Pintinha começou a correr de novo, desesperado, com medo de que a pantera o pegasse. Enquanto isso, o índio Peri lutava contra a macaca selvagem. Ele, então, deu uma espetada na macaca, que voou longe. Salvo, o índio Peri foi nadar no rio.

O Zé Pintinha continuava correndo:

Zé Pintinha: “Droga, ninguém me salvou! Não aguento mais correr...” O Zé Pintinha estava muito cansado já, quando, por sorte, a pantera tropeçou em uma pedra e caiu. O Zé Pintinha então ficou muito feliz e conseguiu achar o caminho de volta para casa.

### **Fantoche**

**A.** Nossa, quantos perigos têm nessa floresta, né? O Zé Pintinha quase foi morto por um bicho e cada índio foi atacado por bichos diferentes que apareceram também. Acho que eu sei o que aconteceu... **Cada índio salvou ele.**

Nossa, quantos perigos têm nessa floresta, né? O Zé Pintinha quase foi morto por um bicho e o Peri foi atacado por alguma coisa diferente que apareceu. Acho que eu sei o que aconteceu... **O Peri salvou ele.**

**B.** Será que eu consigo lembrar qual bicho corria atrás do Zé Pintinha? Deixa eu ver... Acho que... **Um cachorro correu atrás do Zé Pintinha.**

**C.** Deixa eu ver... **O Peri espetou a macaca com o cabelo.**

### **8.**

A Minnie ia dar uma festa em que todos tinham de ir pintados. O Super Homem fala que vai usar uma tinta vermelha para fazer a pintura no rosto e no braço. O Homem Aranha tem tinta verde. O Chico Bento quer usar tinta amarela. O Cebolinha, coitado, não tem nenhuma tinta e então ele resolve perguntar se os seus amigos podem emprestar.

Primeiro, o Cebolinha pergunta para o Super Homem se ele pode emprestar um pouco de tinta.

Super Homem: “Se alguma tinta sobrar, eu pinto o seu rosto.”

Infelizmente, depois que o Super Homem pintou o rosto e os braços, não sobrou nenhuma tinta. Então, o Cebolinha foi perguntar para o Homem Aranha se ele emprestava um pouco de tinta verde.

O Homem Aranha estava de mau humor e não queria ir à festa.

Homem Aranha: “Eu não quero ir à festa. Posso pintar o seu rosto com tinta verde, se você quiser, Cebolinha.”

Mas o Super Homem queria muito que o Homem Aranha fosse para a festa e resolveu convencê-lo. O Homem Aranha acaba aceitando e usa toda a sua tinta para fazer a pintura dos seus braços, do seu rosto...

Homem Aranha: “Desculpa, Cebolinha, mas eu acabei usando toda a tinta!”

Cebolinha: “Tudo bem, vou ver se o Chico Bento dá um pouco de tinta amarela.”

O Chico Bento dá um pouco de tinta amarela para o Cebolinha. Agora estão todos prontos para ir para a festa da Minnie.

### **Fantoche**

**A.** Certo! Essa história foi sobre ‘pintura’. O Cebolinha não tinha nenhuma tinta e o Homem Aranha quase não foi pra festa. Deixa eu ver... Acho que... **O Homem Aranha pintou ele.**

Certo! Essa história foi sobre ‘pintura’. O Cebolinha não tinha nenhuma tinta e os super heróis tinham. Deixa eu ver... Acho que... **Cada super-herói pintou ele.**

**B.** Deixa eu falar outra coisa que aconteceu na história... **O Super Homem estava de mau humor.**

### **9.**

A Rosinha e o Charlie estavam indo nadar no rio. Quando eles chegaram no rio, eles viram a galinha Lilica gritando por socorro:

Lilica: “Socorro, socorro! Alguém me ajuda! Fiquei presa na janela da minha casa.”

Charlie: “Ai, a Lilica ficou presa na janela! Que mania que ela tem de entrar pela janela ao invés de entrar pela porta. Vai lá ajudar a Lilica, Rosinha. Eu vou me preparar para entrar no rio.

Rosinha: “Mas eu não consigo tirar a Lilica de lá, Charlie! Eu sou muito pequena. Vai você, que é bem mais forte do que eu.”

Aí o Charlie foi ajudar a Lilica. Ele puxou a galinha pela cabeça e, finalmente, ela conseguiu sair da janela.

Lilica: “Muito obrigada, Charlie.”

Charlie: “Por nada, Lilica. Agora vou nadar.”

Então o Charlie e a Rosinha ficaram se divertindo a tarde inteira no rio.

### **Fantoche**

**A.** Acho que entendi... Essa história foi sobre nadar no rio. O Charlie e a Rosinha estavam indo nadar no rio... Aí... Já sei... **O Charlie foi nadar sem ajudar a Lilica.**

**B.** Deixa eu ver se eu lembro de mais alguma coisa... **A Lilica ficou presa na janela dela.**

**10.**

O Charlie acordou de manhã e levou um susto! Tinha uma aranha de mentira na cama dele. Quando o Charlie viu a Rosinha rindo, atrás da porta, teve certeza de que foi ela quem aprontou aquilo.

Charlie: “A Rosinha vai ver! Eu tenho um plano! Vou lá fora falar com as galinhas da fazenda para não conversarem mais com a Rosinha. [Charlie vai até as galinhas]. Oi, Zazá, ou Lilica, vocês não sabem o que aconteceu... A Rosinha colocou uma aranha de mentira na minha cama. Quando eu acordei, levei um susto! Estou muito bravo com ela.”

Galinhas: “Nossa, que brincadeira feia que a Rosinha fez!”

Charlie: “Queria pedir para vocês não conversarem com a Rosinha hoje, para ela aprender a nunca mais fazer isso.”

As galinhas concordaram com o plano. Então, a Rosinha veio toda feliz conversar com a Lilica:

Rosinha: “Oi, Lilica! Bom dia! Me conta como você está.”

A Lilica esqueceu do plano do Charlie por um segundo, e quase começou a conversar com a Rosinha. Mas, por sorte, ela lembrou do plano antes de fazer isso. Então ela virou de costas, foi para o quarto e começou a conversar sozinha:

Lilica: “Hoje a minha irmã vem me visitar na fazenda e vamos brincar muito... Antes de ela chegar, tenho de fazer várias coisas... Tenho de deixar a casa limpa para quando ela chegar. Depois nós vamos brincar com as vaquinhas da fazenda.”

Rosinha: “Ué! Que galinha louca! Está falando sozinha, lá no quarto... Por que será? Bom, vou tentar conversar com a Zazá.” [Rosinha vai até a Zazá]. “Oi, Zazá, tudo bem?”

A Zazá quase falou com a Rosinha, mas ela lembrou antes do plano do Charlie. Então ela virou de costas e foi para o quarto e ficou lá, conversando sozinha:

Zazá: “Deixa eu ver o que tem no jornal hoje. Hum... Quanta notícia interessante. Depois de ler o jornal, eu preciso tomar banho... blá, blá, blá.”

Rosinha: “Ué! Esta galinha também está louca! Está falando sozinha!”

Então a Rosinha voltou para casa, sem entender nada do que estava acontecendo, e o Charlie não conseguia parar de rir.

**Fantoche**

Hahaha, que engraçada essa história! A Rosinha aprontou alguma coisa e a Zazá estava participando de um plano. Deixa eu ver o que aconteceu... **A Zazá conversou com ela.**

Hahaha, que engraçada essa história! A Rosinha aprontou alguma coisa e as galinhas estavam participando de um plano. Deixa eu ver o que aconteceu... Acho que... **Cada galinha conversou com ela.**

## 11.

O Super Homem e o He-Man estão indo jogar golfe no campo. O dinossauro Dino, que vive no campo, diz para o Super Homem:

Dino: “Você tem de me abraçar se quiser jogar aqui.”

Aí o Super Homem respondeu:

Super Homem: “Eu não vou te abraçar, não, porque não sei se você morde!”

Dino: “Deixa de ser bobo. Eu não morde não. Se você não me abraçar, não vou deixar você jogar aqui.”

Super Homem: “Tá bom, então eu te dou um abraço.”

Aí o Super Homem abraçou o dinossauro.

Dino: “E você, He-Man? Para jogar aqui você também tem de me abraçar.”

He-Man: “Dino, mas se eu te abraçar, com esse braço de espada, eu vou machucar você.”

Dino: “É verdade, então deixa. Pode jogar.”

Então o He-Man e o Super Homem ficaram jogando golfe no campo.

### Fantochê

Certo! Essa história foi sobre jogar golfe. O Super Homem e o He-Man queriam jogar golfe, aí... Deixa eu ver... **O Super Homem jogou golfe sem abraçar o Dino.**

## 12.

Os dinossauros Dino e Leo estavam passeando no parque junto com o Super Homem e o He-Man. De repente, uma formiga gigante picou os dois super heróis e o dinossauro Leo. A formiga tinha picado justo as costas do He-Man e ele não conseguia alcançar pra coçar. Então, o He-Man foi pedir para o Leo coçar as suas costas.

He-Man: Hei, Leo, será que você pode coçar as minhas costas?

O Leo ia coçar as costas do He-Man, mas ele estava com muita coceira na pata. Então, o Leo desistiu de coçar as costas do He-Man e foi coçar a própria pata. [Leo coça a pata]

He-Man: Ai, estou com muita coceira nas costas. O Leo não pôde me ajudar... Ah, vou ver se o Dino pode me ajudar, já que ele foi o único que não foi picado pela formiga.

Então o Dino aceitou ajudar, mas, quando ele ia coçar as costas do He-Man, apareceu outra formiga gigante, que picou o rabo do Dino.

Dino: “Nossa, que coceira! Desculpa, He-Man, mas eu não vou poder ajudar você! Preciso coçar o meu rabo.”

O Super Homem também estava ocupado com a própria coceira. De repente, o He-Man pensou que podia coçar as suas costas com o taco de golfe. Deu certo! Então, já recuperados da picada da formiga, os amigos continuaram o passeio pelo parque.

### Fantochê

A. Certo! Essa história foi sobre ‘coceira’. O He-Man não alcançava as costas e os dois dinossauros tinham pescoços tão grandes que podiam alcançar tudo. Deixa eu ver... Acho que... **Cada dinossauro coçou ele.**

Certo! Essa história foi sobre ‘coceira’. O He-Man não alcançava as costas e o Dino quase não foi picado por uma formiga. Deixa eu ver... **O Dino coçou ele.**

B. Deixa eu ver se eu lembro de mais alguma coisa... **A formiga picou o rabo do Dino.**

### 13.

O Zé Lelé e o vovô Bernardo queriam muito brincar de guerra de água. Então o vovô foi em uma loja de brinquedos e comprou uma arma que atirava água. O Zé Lelé precisava comprar uma também, para brincar com o vovô, mas ele não tinha dinheiro. Só que, de repente, o Zé Lelé encontrou uma moeda debaixo da sua mesa.

Zé Lelé: “Nossa, uma moeda! Que alegria! Agora eu vou poder brincar de guerra de água com o vovô Bernardo!”

Então, o Zé Lelé pegou a moeda e comprou na loja de brinquedos uma arma de atirar água.

#### Fantoche

A. Certo! Essa história foi sobre comprar arma de brinquedo que atira água. O Zé Lelé não tinha dinheiro e o vovô Bernardo tinha... Deixa eu ver... **O Zé Lelé encontrou uma moeda depois de comprar uma arma de brinquedo.**

B. Deixa eu ver se eu lembro de mais alguma coisa... **A moeda foi encontrada debaixo da mesa pelo Zé Lelé.**

### 14.

O Jotalhão e o Zé Lelé estavam brincando de guerra de água com os vovôs Bernardo e Artur. No fim, o Jotalhão e o Zé Lelé ganharam a guerra, porque eles foram os que conseguiram molhar mais os adversários. O Zé Lelé, o Bernardo e o Artur trouxeram toalhas, mas o Jotalhão não tinha nenhuma... Então o Jotalhão resolveu pedir para que o vovô Artur enxugasse a sua trompa e a sua barriga, e o vovô Artur disse:

Artur: “Se a toalha não ficar muito molhada depois que eu enxugar o meu cabelo, posso enxugar a sua trompa e a sua barriga.”

Depois que o vovô Artur enxugou o cabelo, não tinha nenhum pedacinho da toalha seco. Então, o vovô Artur não pôde enxugar o Jotalhão.

Artur: “Infelizmente não vai dar para enxugar a sua trompa e a sua barriga, Jotalhão.”

Jotalhão: “Vou ver se o vovô Bernardo pode fazer isso, então.”

O vovô Bernardo estava muito triste por ter perdido a guerra de água.

Bernardo: “Estou muito triste! O meu rosto, as minhas roupas e os meus cabelos estão todos molhados, mas estou tão triste que não quero enxugar. Se você quiser, posso usar a toalha que eu trouxe para enxugar você, Jotalhão.”

Mas, aí, o vovô Artur disse:

Artur: “Pára com isso, Bernardo! Você vai ficar resfriado se não usar a toalha para enxugar essa molhadeira toda!”

Bernardo: “Hum, você tem razão, Artur! Jotalhão, infelizmente eu vou ter de usar a toalha. Não vai dar para enxugar você, não.”

Então o vovô Bernardo, com medo de ficar resfriado, pegou a toalha e enxugou muito bem os seus cabelos, a sua roupa e o rosto.

No fim, a barriga e a trompa do Jotalhão secaram sozinhas e os amigos voltaram contentes para casa.

### Fantoche

- A. Certo! Essa história foi sobre enxugar. O Jotalhão não tinha nenhuma toalha e os dois vovôs tinham... Deixa eu ver... Eu acho que... **Cada vovô enxugou ele.**  
Certo! Essa história foi sobre enxugar. O Jotalhão não tinha nenhuma toalha e o vovô Bernardo estava muito triste por ter perdido a guerra de água... Deixa eu ver... Eu acho que... **O vovô Bernardo enxugou ele.**
- B. Será que eu consigo lembrar de outra coisa? Deixa eu ver... **O Jotalhão estava com medo de ficar resfriado.**
- C. Deixa eu ver se eu lembro de mais alguma coisa... **O Jotalhão não foi enxugado pelo vovô Arthur.**

### 15.

O Mickey queria muito encontrar um amigo que quisesse brincar de ursinho junto com ele. Então, o Mickey foi perguntar para o Smurf Cozinheiro se ele queria brincar de ursinho.

Mickey: “Oi, Smurf Cozinheiro, você quer brincar de ursinho comigo?”

Smurf Cozinheiro: “Sim, vamos brincar.”

Mas, quando o Smurf Cozinheiro ia brincar de ursinho com o Mickey, ele mudou de ideia.

Smurf Cozinheiro: “Pensando bem, Mickey, eu prefiro brincar de castelo de areia.”

E aí o Smurf Cozinheiro ficou sozinho em um canto, brincando de castelo de areia.

O Mickey então foi perguntar para o Smurf Ciclista se ele queria brincar de ursinho:

Mickey: “Oi, Smurf Ciclista, você quer brincar de ursinho comigo?”

Smurf Ciclista: “Ainda bem que você apareceu me chamando para brincar com você, Mickey! A minha bicicleta quebrou então eu não tenho nada com que brincar. Quero brincar de ursinho com você, sim”.

Mas aí, quando o Smurf Ciclista ia brincar com o Mickey, ele viu um trenzinho.

Smurf Ciclista: “Nossa, que legal! Desculpe, Mickey, mas eu prefiro brincar de trenzinho, sozinho.”

O Smurf Ciclista ficou brincando de trenzinho e o Mickey foi embora, triste, porque não achava nenhum amigo para brincar de ursinho. Mas, de repente, a Minnie apareceu e ela aceitou brincar de ursinho com o Mickey. E os dois ficaram a tarde inteira brincando.

### Fantoche

Certo! Essa história que a gente acabou de ouvir foi sobre brincadeira. O Mickey queria um amigo para brincar e tinha dois Smurfs na história... Acho que... **Cada Smurf brincou com ele.**

Certo! Essa história que a gente acabou de ouvir foi sobre brincadeira. O Mickey queria um amigo para brincar, e o Smurf Ciclista não podia mais brincar de bicicleta. Deixa eu ver... Acho que... **O Smurf Ciclista brincou com ele.**

## 2. Experimento II

Muitas das histórias do Experimento I foram as mesmas empregadas no Experimento II. Portanto, nesta subseção, irei apenas transcrever as histórias que eram novas.

### 1.

O Pateta, o Oscar e o Betamèche estavam jogando futebol. Quando chegou no fim do jogo, o

Pateta queria muito tirar uma foto do seu rosto que estava todo sujo, então ele pediu para o alienígena Oscar ajudar.

Pateta: “Hei, Oscar, você pode tirar uma foto minha?”

Oscar: “É claro, Pateta.”

O Oscar nunca tinha visto uma máquina de fotografar antes, e nem sabia usar a máquina. Quando ele ia tirar uma foto do Pateta, acabou usando a máquina ao contrário e tirou uma foto do próprio rosto.

O Pateta ficou muito bravo, e resolveu tirar a câmera da mão do Oscar, dando a câmera para o alienígena Betamèche, que parecia ser bem mais esperto. O Betamèche, realmente, sabia usar a máquina... O Pateta então fez uma pose bem bonita, mas quando o Betamèche estava quase apertando o botão para tirar a foto, o Pluto veio e subiu em cima do Betamèche... O Betamèche acabou ficando todo atrapalhado e acabou tirando uma foto do próprio rosto. O Pateta, no fim, desistiu de tirar a foto, e resolveu voltar para casa.

### Fantoche:

Ah, já sei o que aconteceu! O Pateta queria muito tirar uma foto e o Oscar não sabia mexer na máquina fotográfica... Acho que... **O Oscar tirou uma foto dele.**

Ah, já sei o que aconteceu! O Pateta queria muito tirar uma foto e os alienígenas pegaram a máquina fotográfica... Acho que... **Cada alienígena tirou uma foto dele.**

### 2.

Os aventureiros Zé Pintinha e Zé Bigode estavam tentando caçar uma pantera que fugiu do zoológico e foi parar em uma floresta, quando de repente, apareceu o índio Atira-Flecha, super bravo:



Índio Atira-Flecha: “Hei, vocês não vão pegar essa pantera! Agora ela é a pantera de estimação da minha tribo!”

O Zé Bigode ficou com muito medo, e então ele resolveu entrar no helicóptero e voltar para casa. Mas o Zé Pintinha decidiu ficar lá e lutar contra o índio Atira-Flecha, e devolver a pantera para o zoológico.

Índio Atira-Flecha: “se você tentar pegar a pantera, vou te dar um soco, Zé Pintinha!”

O índio Atira-Flecha, então, se preparou para dar um soco no Zé Pintinha. Mas, de repente, o Zé Pintinha jogou um balde de água no índio Atira-Flecha, que começou a ficar todo tonto. O índio Atira-Flecha estava tão tonto que acabou dando um soco na própria barriga ao invés de acertar o Zé Pintinha.

Índio Atira-Flecha: “Socorro, índio Peri, me ajuda a acabar com esse Zé Pintinha. Vai lá e dá um soco na cabeça dele, senão ele vai levar a pantera embora!”

Então o índio Peri correu em direção ao Zé Pintinha com a intenção de dar um soco na cabeça do nosso herói. Mas aí, de repente, o Zé Pintinha jogou uma toalha em cima do índio Peri, que não conseguia enxergar mais nada. Aí o Peri deu um soco no próprio braço, achando que era o braço do Zé Pintinha.

No fim, o nosso herói conseguiu pegar a pantera dos índios e levá-la de volta para o zoológico.

### **Fantoche**

A. Nossa, que história mais agitada! O Zé Pintinha tinha que levar um bicho de volta para o zoológico, e os índios resolveram lutar. Aí, acho que... **Cada índio deu um soco nele.**

Nossa, que história mais agitada! O Zé Pintinha tinha que levar a pantera de volta para o zoológico, e o índio Peri foi lutar. Aí, acho que... **O Peri deu um soco nele.**

B. Será que eu consigo lembrar qual bicho fugiu do zoológico? Deixa eu ver... Acho que... **Um cachorro fugiu do zoológico.**

C. Hum... Deixa eu falar outra coisa... Acho que... **O Zé Pintinha jogou água no índio Atira-Flecha.**

### **3.**

O Super Homem, o Homem Aranha, o Cebolinha e o Chico Bento estavam em uma festa.

O Cebolinha era muito apaixonado pela Minnie, mas ele não tinha coragem de falar com ela. Então, o Cebolinha resolveu pedir ajuda para o Homem-Aranha:

Cebolinha: “Homem Aranha, eu queria muito que a Minnie gostasse de mim. Será que você não pode conversar com ela? Aí você diz para ela que eu sou muito inteligente, bonito... Quem sabe ela não acaba se apaixonando por mim? Você pode falar de mim para ela?”

O Homem Aranha concordou em ajudar o Cebolinha. Então, ele foi falar com a Minnie. Mas, quando o Homem Aranha se aproximou da Minnie, ele achou que ela estava muito

bonita... O Homem Aranha sentiu muita vontade de dançar com ela. Ele, então, desistiu de falar sobre o Cebolinha para a Minnie e resolveu falar sobre as suas próprias qualidades.

Homem Aranha: “Minnie! Será que você não quer dançar comigo? Eu sou muito bom dançarino. Eu sei dançar tango [fazer Homem Aranha dançar tango], samba [fazer Homem Aranha sambar]. Além de tudo, eu sou muito forte e sou o super herói mais corajoso que existe.”

A Minnie então ficou encantada com as qualidades do Homem Aranha e acabou dançando um pouco com ele [mostrar os dois dançando]. O Cebolinha, vendo aquilo, ficou muito triste: o Homem Aranha acabou falando para a Minnie das suas próprias qualidades. Mas, o Cebolinha não desistiu e resolveu pedir ajuda para o Super-Homem. O Super Homem, então, concordou em falar para a Minnie sobre o Cebolinha.

O Super Homem ia falar sobre o Cebolinha para a Minnie, mas como ele era muito metido, não resistiu e acabou falando sobre as suas próprias qualidades.

Super-Homem: “Minnie, você sabia que eu salvei vinte pessoas ontem? Eu sou o super-herói mais valente e bonzinho do mundo! Eu também sou muito, muito forte – veja só os meus músculos!”

E então o Super-Homem não parou de falar sobre as suas qualidades para a Minnie, a noite inteira. A Minnie saiu da festa muito cansada!

#### **Fantoche:**

**A.** Acho que sei o que aconteceu... O Cebolinha era muito apaixonado pela Minnie, mas ele tinha vergonha de falar com ela. Então, o Cebolinha acabou pedindo ajuda para o Homem Aranha e para o Super-Homem... Aí, acho que ... **Cada super herói falou dele.**

Acho que sei o que aconteceu... O Cebolinha era muito apaixonado pela Minnie, mas ele tinha vergonha de falar com ela. Então, o Cebolinha acabou pedindo ajuda para o Super Homem... Aí, acho que ... **O Super Homem falou dele.**

**B.** Deixa eu falar outra coisa que aconteceu na história... **O Super Homem dançou com a Minnie.**

#### **4.**

Os dinossauros Dino e Leo e os super heróis Super Homem e He-Man estavam perdidos na floresta. O He-Man estava muito faminto e mandou o dinossauro Leo procurar comida para ele.

O Leo então obedeceu o He-Man e foi atrás da comida. O dinossauro Leo andou muito, mas finalmente ele acabou encontrando um milho. Ele, então, pegou o milho para levá-la para o He-Man, conforme o ordenado. Mas, no caminho, a barriga do Leo começou a roncar. Ele então disse: “eu não vou pensar no He man; eu tenho de pensar em mim, na minha fome. Vou comer esse milho agora mesmo.”

Quando o He-Man viu o Leo comendo a maçã, ele ficou muito furioso!

He-Man: “Ah, Leo, você só pensou na sua fome! Comeu a comida que eu mandei você pegar. Vai lá, Dino, procurar alguma coisa para eu comer! Rápido!”

O Dino, então, obedeceu o He-Man e foi atrás da comida. Ele andou a floresta inteira e, quando já estava muito cansado, encontrou um ovo. O Dino então disse: “Eu ia levar comida para o He-Man, mas estou muito fraco de tanto que andei, se eu não comer, vou desmaiar. Tenho de pensar em mim”. Então o Dino, preocupado com a sua fraqueza, comeu todo o ovo.

O He-Man, no fim, teve de procurar por comida sozinho.

**Fantoche:**

A. Acho que sei o que aconteceu... O He-Man estava com muita fome e os dinossauros estavam fracos e com fome quando encontraram comida... Aí... **Cada dinossauro pensou nele.**

Acho que sei o que aconteceu... O He-Man estava com muita fome e o Dino estava muito fraquinho quando encontrou o ovo... Aí... **O Dino pensou nele.**

B. Deixa eu ver se eu lembro de mais alguma coisa... **O Dino comeu um milho.**

**5.**

O Jotalhão, o vovô Bernardo e o vovô Arthur estavam na escola. Hoje era o dia de eles saberem quais notas eles tiraram na última prova. Enquanto estavam esperando pela nota, o vovô Arthur falou para o Jotalhão:

Vovô Arthur: “Jotalhão, você é o mais inteligente de todos aqui. Tenho certeza que você tirou nota DEZ. Vou ficar muito orgulhoso de você.”

Vovô Bernardo: “Eu também vou ficar muito orgulho de você, se você tirar DEZ, Jotalhão.”

Mas aí, quando o professor Zé Lelé entregou as notas, todos tiveram uma grande surpresa: o Jotalhão não tinha ido tão bem na prova dessa vez e os vovôs Arthur e Bernardo tinham tirado DEZ.

Vovô Arthur: “Nossa, estou muito orgulhoso de mim, da nota que eu tirei, do esforço que eu fiz!”

Vovô Bernardo: “Eu também estou muito orgulhoso de mim, da minha nota, da minha inteligência!”

**Fantoche**

A. Certo, acho que sei o que aconteceu... O Jotalhão era o aluno mais inteligente, e o vovô Bernardo ficou surpreso quando viu as notas... Acho que... **O vovô Bernardo ficou orgulhoso dele.**

Certo, acho que sei o que aconteceu... O Jotalhão era o aluno mais inteligente, e os vovôs ficaram surpresos quando viram as notas... Acho que... **Cada vovô ficou orgulhoso dele.**

- B.** Será que eu consigo lembrar de outra coisa? Deixa eu ver... **O Jotalhão tirou nota dez.**
- C.** Deixa eu ver se eu lembro de mais alguma coisa...**O vovô Arthur estava na escola.**

## **Bibliografia**

- ATKINSON, M. (2002) *Review of Thornton and Wexler (1999)*. *Journal of Child Language*, 29:212-223.
- AVRUTIN, S. (1999) *Development of the Syntax-Discourse Interface*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- AVRUTIN, S. & THORNTON, R. (1994) *Distributivity and Binding in Child Grammar*. *Linguistic Inquiry* 25:265-271.
- AVRUTIN, S., & WEXLER, K. (1992) *Development of Principle B in Russian: Coindexation at LF and Coreference*. *Language Acquisition* 2:259-306.
- BAAUW, S., ESCOBAR, L., & PHILIP, W. (1997) *A Delay of Principle B Effect in Spanish Speaking Children: the Role of Lexical Feature Acquisition*. In *Proceedings of Generative Approaches to Language Acquisition*, eds. A. Sorace, C. Heycock and R. Shillock, 16-21. Edinburgh.
- BOSTER, C. (1994) *Children's Failure to Obey Principle B: Syntactic Problem or Lexical Error?* In *UConn Working Papers in Linguistics* 4, eds. J. Abe, L. Ferro, L. Laporte-Grimes, D. Takahashi and M. Yamashina. Storrs, University of Connecticut.
- CAIRNS, H., MCDANIEL, D., HSU, J., & KONSTANTYN, D. (1995) *Grammatical and Discourse Principles in Children's Grammars: The Pronoun Coreference Requirement*. In: *Proceedings of CUNY Forum 19*, ed. E. Fernandez. City University of New York.
- CARDINALETTI, A., & STARKE, M. (1995) *The Tripartition of Pronouns and Its Acquisition: Principle B Puzzles are Ambiguity Problems*. In: *Proceedings of NELS 25*, ed. J. Beckman. University of Massachusetts, GLSA: Amherst.
- CARUSO, R. (2013) *Aquisição da proforma contrastiva 'ele mesmo' no português brasileiro*. Comunicação Oral apresentada no III Workshop de Processamento Anafórico. Niterói, UFF, 20 a 23 de Maio de 2013.
- CASAGRANDE, S. (2010) *A correlação entre aspecto e objeto no PB: uma análise sintático-aquisicionista*. Tese de Doutorado, Unicamp.
- CHIEN, Y.-C., & WEXLER, K. (1990) *Children's Knowledge of Locality Conditions in Binding as Evidence for the Modularity of Syntax and Pragmatics*. *Language Acquisition* 1:225-295.
- CHOMSKY (1981) *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Holland: Foris Publications.

- CHOMSKY, N. (1986a). *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1986b). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, N., & LANSKY, H. (1993). *The Theory of Principles and Parameters*. In *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research*, eds. J. Jacobs, A. v. Stechow, W. Sternefeld and T. Vennemann. Berlin: de Gruyter.
- CHOMSKY, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CONROY, A.; TAKAHASHI, E.; LIDZ, J. & PHILLIPS, C. (2009). *Equal Treatment for All Antecedents: How Children Succeed with Principle B*. *Linguistic Inquiry*, Volume 40, Number 3, Summer: 446-486.
- CRAIN, S. & THORNTON, R. (1998). *Investigations in Universal Grammar: A guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- DEUTSCH, W., KOSTER, C. & KOSTER, J. (1986) *Children's Errors in Understanding Anaphora*. *Linguistics* 24:203-225.
- ELBOURNE, P. (2005) *On the acquisition of Principle B*. *Linguistic Inquiry* 36: 333-365
- ESCOBAR, L., & GAVARRÓ, A. (1999) *The Acquisition of Catalan Clitics and Its Implications for Complex Verb Structure*. In *Proceedings of Generative Approaches to Language Acquisition*, ed. I. Lasser. Frankfurt/Berlin: Peter Lang Verlag.
- GALVES, C. (1986) *A interpretação "reflexiva" do pronome no português brasileiro*. *DELTA* 2: 249-264.
- GRIMSHAW, J., & ROSEN, S. (1990) *Knowledge and Obedience: the Developmental Status of the Binding Theory*. *Linguistic Inquiry* 21:187-222.
- GRODZINSKY, Y., & KAVE, G. (1993) *Do Children Really Know Condition A?* *Language Acquisition* 3:41-54.
- GRODZINSKY, Y., & REINHART, T. 1993. *The Innateness of Binding and Coreference*. *Linguistic Inquiry* 24:69-101.
- GROLLA, E. (2010) *Remarks on the Acquisition of Intensified Proforms in Brazilian Portuguese*. In: *Papers in Psycholinguistics. Proceedings of the First International Psycholinguistics Congress, an activity of Anpoll's Psycholinguistics Work Group*, p. 75-90. Eds. Aniela Improta França e Marcus Maia.
- GROLLA, E. (2012) *Estratégias Infantis na Aquisição da Expressão 'ele mesmo' no Português Brasileiro*. In: *Revista Linguística: Volume 8, número 2*, p.: 56-70.

- GROLLA, E. & BERTOLINO, K. (2011) *A proforma 'ele' com antecedente local em português brasileiro adulto e infantil*. In: Estudos da Linguagem: casamento entre temas e perspectivas. Org.: da Hora, D. & Negrão, E. Editora Ideia/Editora Universitária da UFPB: João Pessoa.
- GUASTI, M. (2004) *Language Acquisition: the growth of grammar*. Cambridge : MIT Press.
- HAMMAN, C. (2002) *From Syntax to Discourse*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- HAMMAN, C., KOWALSKY, O., & PHILIP, W. (1997) The French "Delay of Principle B" Effect. In *Proceedings of the 21st Annual Boston University Conference on Language Development*, eds. E. Hughes, M. Hughes and A. Greenhill: Cascadilla Press: Somerville, MA.
- HEIM, I. (1998) *Anaphora and semantic interpretation: A reinterpretation of Reinhart's approach*. In U. Sauerland e O. Percus (Eds.), *The interpretive tract* (MIT Working Papers in Linguistics 25). Cambridge, MA: MIT, Department of Linguistics and Philosophy.
- HORNSTEIN, N. (2001) *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.
- HORNSTEIN, N., NUNES, J., & GROHMANN, K. (2005) *Understanding minimalism*. Cambridge, MA: MIT Press.
- JAKUBOWICZ, C. (1984) *On Markedness and Binding Principles*. In Proceedings of NELS 14, ed. C. J. a. P. Sells: Univesity of Massachusetts, GLSA: Amherst, MA.
- JAKUBOWICZ, C. (1994) *Reflexives in French and Danish: Morphology, Syntax, and Acquisition*. In *Binding, Dependencies, and Learnability*. Hillsdale. Lawrence Erlb.: 115-144.
- JAKUBOWICZ, C., MÜLLER, N., KANG, O.-K., RIEMER, B., & RIGAUT, C. (1996) *On the Acquisition of Pronominal Reference in French and German*. In Proceedings of the 20th Annual Boston University Conference on Language Development, eds. A. Stringfellow, D. Cahana-Amitay, E. Hughes and A. Zukowski: Cascadilla Press: Sommerville, MA.
- KAUFMAN, D. (1988). *Grammatical and Cognitive Interactions in the Study of Children's Knowledge of Binding Theory and Reference Relations*, Ph.D. Dissertation, Temple University.
- KLEIN, S. (2001) *A relação entre anáfora e foco: evidências do português brasileiro*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo

- KOSTER, J. (1985) *Reflexives in Dutch*. In Jacqueline Gueron. Hans-Georg Obenauer, and Jean-Yves Pollock. cds .*Grammatical Representation*, 141- 168. Dordrecht: Foris.
- LASNIK, H., & CRAIN, S. (1985) *On the Acquisition of Pronominal Reference*. *Lingua* 65:135-154.
- LEMMEN, H. (2005) *To Bundle or Not to Bundle? Researching Verbs in Dutch on Reflexivization*. Dissertação de Mestrado, Utrecht University.
- LEMLE, M. (1985) *Pronomes, anáfora, zero: Observações sobre uma mudança linguística*. *DELTA* 1: 122-124.
- LOPES, R. E. V. (2009) *Aspect and the acquisition of null objects in Brazilian Portuguese*. In: Acrisio Pires; Jason Rothman. (Org.). *Minimalist inquiries into child and adult language acquisition*. Berlin/NY: Mouton de Gruyter, v. , p. 105-128.
- LUST, B., LOVELAND, K., & KORNET, R. (1980) *The Development of Anaphora in First Language*. *Linguistic Analysis* 6:217-249.
- MAGALHÃES, T. (2006) *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do PE e do PB*. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Estadual de Campinas.
- MCDANIEL, D., & CAIRNS, H. S. (1996) *Eliciting Judgments of Grammaticality and Reference*. In *Methods for Assessing Children's Syntax*, eds. D. McDaniel, C. McKee & H. S. Cairns. Cambridge, MA: MIT Press.
- MCDANIEL, D., CAIRNS, H. S., & HSU, J. R. (1990) *Binding Principles in the Grammars of Young Children*. *Language Acquisition* 1:121-138.
- MCDANIEL, D., & MAXFIELD, T. (1992) *Principle B and Contrastive Stress*. *Language Acquisition* 2:337-358.
- MCKEE, C. (1992) *A Comparison of Pronouns and Anaphors in Italian and English Acquisition*. *Language Acquisition* 1:21-55.
- MENDES, F. (2009) *Estruturas possessivas: aquisição de posse funcional e posse inalienável no português*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MENUZZI, S. (1999) *Binding theory and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado, Universidade de Leiden.
- MOREIRA DA SILVA, S. (1984) *Etudes sur la symétrie et l'asymétrie sujet/objet dans le Portugais du Brésil*. Tese de doutorado. Paris, Université Paris VIII.
- MÜLLER, A. (2003) *Pronomes e anáfora - o estado da arte*. *Linha d' Água*, São Paulo, SP, v. 16, p. 17-37.



NEGRÃO, E. V. (1997). *Asymmetries in the distribution of overt and empty categories in Brazilian Portuguese*. In: James R. Black; Virginia Motapanyane. (Org.). *Clitics, pronouns and movement*. 1 ed. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Ltd., v. 140, p. 217-235.

NEGRÃO, E. V. (2002) *Distributividade e Genericidade nos sintagmas introduzidos por CADA e TODO*. Revista do GEL, São Paulo, v. 1, n.especial, p. 187-205.

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. (2003). *As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas?* DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), São Paulo, v. 12, n. 1, p. 125-152.

PHILIP, W., & COOPMANS, P. (1996) *The Double Dutch Delay of Principle B Effect*. In *Proceedings of the 22nd Development*, eds. A. Stringfellow, D. Cahana-Amitay, E. Hughes and A. Zukowski: Cascadilla Press: Somerville, MA. 0th Annual Boston University Conference on Language.

PONTES, E. (1987) *O Tópico no Português Brasileiro*. Campinas: Ed. Pontes

REINHART, T. (1983a) *Anaphora and Semantic Interpretation*. London: Croom Helm.

REINHART, T. (1983b) *Coreference and Bound Anaphora: A Restatement of the Anaphora Questions*. *Linguistics and Philosophy* 6:47-88.

REINHART, T. (1986) *Center and Periphery in the Grammar of Anaphora*. In *Studies in the Acquisition of Anaphora* (Vol. 1), ed. B. Lust. Dordrecht: D. Reidel.

REINHART, T. (2002) *The theta system: An overview*. In W. Sternefeld, ed., *Theoretical Linguistics* 28, 229-290. Berlin:Mouton.

REINHART, T. & REULAND, E. (1993) *Reflexivity*. *Linguistic Inquiry* 24, 657-720.

REINHART, T. & SILONI, T. (2005) *The lexicon-syntax parameter: Reflexivization and other arity operations*. *Linguistic Inquiry* 36, 389-436.

REULAND, E. (2001). *Primitives of Binding*. *Linguistic Inquiry*, Volume 32, Number 3, Summer: 439-492.

REULAND, E. (2011). *Anaphora and Language Design*. The MIT Press: Cambridge, MA.

- ROSS, J. (1970) *On declarative sentences*. In Roderick A. Jacobs and Peter S. Rosenbaum. eds. , *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn.
- SIGURJÓNSDÓTTIR, S., & COOPMANS, P. (1996) *The Acquisition of Anaphoric Relations in Dutch*. In Amsterdam Series on Child Language Development 5, eds. W. Philip and F. Wijnen.
- SIGURJÓNSDÓTTIR, S., & HYAMS, N. (1992) *Reflexivization and Logophoricity: Evidence from the Acquisition of Icelandic*. *Language Acquisition* 2:359-413.
- SILVA, C. (1989) *Language Acquisition of Portuguese: Some Aspects of Binding Theory*, Tese de Doutorado, University of California.
- SOLAN, L. (1983) *Pronominal Reference: Child Language and the Theory of Grammar*. Dordrecht: D. Reidel.
- THORNTON, R. (1991) *Whither Principle B: Panel discussant*. Cognitive Science colloquium, MIT, Cambridge, MA, November.
- THORNTON, R., & WEXLER, K. (1999) *Principle B, VP Ellipsis, and Interpretation in Child Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- VARELA, A. (1988) *Binding in Spanish: A Theoretical and Experimental Study*, Tese de Doutorado, University of Connecticut.
- ZRIBI-HERTZ, A. (1990) *Lui-même argument et le concept de pronom A*. *Langages* 97: 100-127
- ZRIBI-HERTZ, A. (1995) *Emphatic or Reflexive? On the Endophoric Character of French lui-même and Similar Complex Pronouns*. *Journal of Linguistics*, Volume 31, Number 2 (Sep. 1995), p. 333-74.
- ZRIBI-HERTZ, A (2008) *From intensive to reflexive: the prosodic factor*. In *Reciprocals and Reflexives: Theoretical and Typological Explorations*. Berlin: Mouton.
- WILLIAMS, E. (1981) *Argument structure and morphology*. *Linguistic Review* I, 81-114.
- WILLIAMS, E. (1982) *The NP cycle*. *Linguistic Inquiry* 13, 227-295.
- WILLIAMS, E. (1987) *Implicit arguments, the binding theory and control*. *Natural Language & Linguistic Theory* 5, 151-180.
- WEXLER, K., & CHIEN, Y.-C. (1985) *The Development of Lexical Anaphors and Pronouns*. *Papers and Reports on Child Language Development* 24:138-149.